

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

170 jan./mar. 2011

ISSN 1413-1536



Entrevista:
Tânia Bacelar
Caminhos do
desenvolvimento
regional

Ponto de vista:
Ney Campello
A agenda da copa

Educação na Bahia
no panorama do
Nordeste e do Brasil

Contabilidade de custos
como instrumento de
gestão pública

publicações
SEI

**HÁ 16 ANOS, OS BAIANOS
PODEM CONTAR COM
OS NÚMEROS DA SEI
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO.**

Em cada projeto e investimento do Governo no Estado, o trabalho da SEI está presente. São índices, indicadores, mapas, estudos e pesquisas que ajudam a orientar e direcionar as políticas públicas. Porque mais do que recolher dados, a SEI faz análises objetivas com reconhecida credibilidade que se transformam em mais desenvolvimento para a Bahia e em uma vida melhor para todos os baianos.



www.sei.ba.gov.br



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

170 jan./mar. 2011

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

Economias brasileira e baiana: desempenho da conjuntura em 2010

Carla do Nascimento,
Elissandra Britto,
Jorge Tadeu Caffé,
Rosângela Conceição

Entrevista

19

Caminhos do desenvolvimento regional

Tânia Bacelar Araújo

Artigos

25

Breve análise da educação na Bahia frente ao panorama educacional do Nordeste e do Brasil

Marcelo Santana,
Roberta Pimenta Cunha dos Santos

43

A contabilidade de custos como instrumento de gestão no setor público

Marcelo Bernardino Araújo

32

Previdência Social: uma análise crítica sobre o equilíbrio financeiro do sistema

Saulo Correia Sobral
Nogueira Mendes,
Magali Alves de Andrade,
Osmar G. Sepúlveda

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ZEZÉU RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jackson Ornelas Mendonça, Jair Sampaio Soares Junior, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Jorge Caffé
Maria Margarete de C. Abreu Perazzo

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Raimundo Pereira Santos

NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes da Silva Sousa
Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ana Paula Porto

EDITORIA GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO DE LINGUAGEM
Luiz Fernando Sarno

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

FOTOS
Agecom, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA – Tiragem: 1.000

Resenha

50

**Rachel Carson
e os gritos da
Primavera Silenciosa**

Francisco Emanuel Matos
Brito

Ponto de vista

52

A agenda da copa

Ney Campello

Investimentos na Bahia

56

**O estado da Bahia
espera investimentos
industriais de cerca de
R\$ 33,3 bilhões até 2013**

Fabiana Karine Santos de
Andrade

60
Livros

62
**Conjuntura
econômica
baiana**

Indicadores conjunturais

73

Indicadores econômicos

80

Indicadores sociais

90

Finanças públicas

Colaborou com este número a jornalista Luzia Luna.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2011.
n. 170
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)

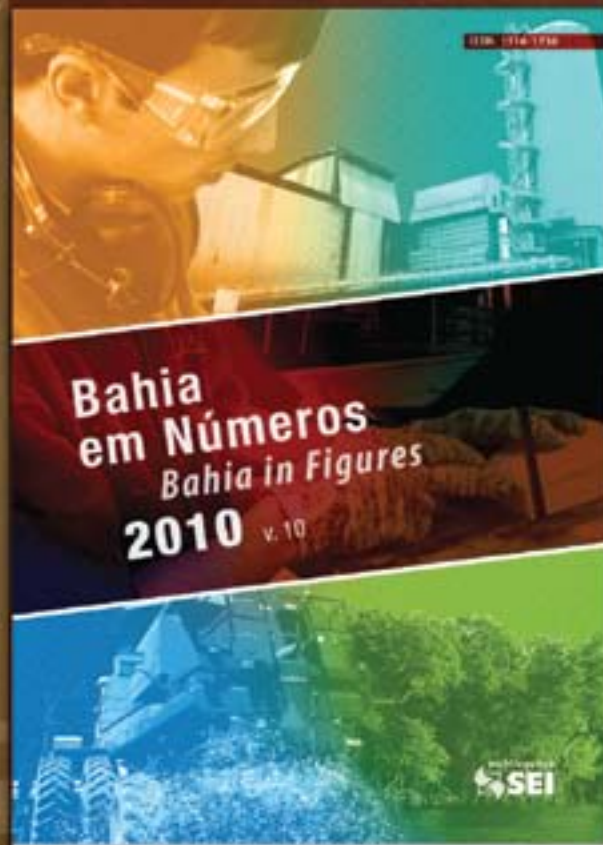


SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) - Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 - Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

A BAHIA SOB DIFERENTES ÓTICAS

Com um olhar para dentro e para fora do estado, a SEI apresenta duas publicações de destaque na sua linha editorial: *Bahia em Números* e *A Bahia no Nordeste e no Brasil*.



Bahia em Números condensa estatísticas e indicadores socioeconômicos referentes ao desempenho da Bahia nos anos mais recentes, com informações conjunturais. A revista oferece uma síntese da estrutura produtiva e a representação espacial de diversas características do estado por meio de mapas e cartogramas. Este é seu décimo volume.



A Bahia no Nordeste e no Brasil: Indicadores Econômicos Comparados, volume três, permite observações alicerçadas em parâmetros referentes aos citados espaços geográficos, propiciando a leitura e a interpretação das estatísticas disponibilizadas sob diferentes recortes analíticos.

Confira estas e outras publicações em nosso site:
www.sei.ba.gov.br

Carta do editor

O ano de 2010 revelou um desempenho excelente da economia brasileira, confirmado pelos indicadores econômicos. A elevação da taxa de inflação acima da meta estabelecida fez com que o Banco Central adotasse um conjunto de medidas para que essa taxa convergisse para o centro da meta nos próximos dois anos. Diante dessa conjuntura, espera-se para 2011 um crescimento mais moderado da atividade econômica. Mesmo assim, alguns indicadores se mantêm em expansão, como as vendas e o nível de emprego. Assim, a revista Conjuntura & Planejamento na sua edição 170 traz algumas reflexões sobre esse quadro, e algumas perspectivas para a economia brasileira e baiana para os próximos anos.

Como colaboradora, a professora Tânia Bacelar Araújo, socióloga e economista de vasta experiência, além de grande defensora da formulação e implementação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil, expõe suas ideias sobre a relevância da Região Nordeste. Na entrevista concedida à Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), a professora chama a atenção para o papel do Nordeste no cenário econômico brasileiro, e as alternativas para a sua inserção na matriz econômica do Brasil.

Seguindo a análise de redefinição de papéis, Ney Campello, Secretário Estadual para Assuntos da Copa 2014, apresenta na seção Ponto de Vista as vantagens advindas da realização desse evento no Brasil. Para ele, o esforço despendido para atender os requisitos estipulados no Caderno de Encargos da FIFA é compensado com a visibilidade internacional que o país e os estados adquirirão, além de *expertise* e ganhos tecnológicos. Na sua avaliação, é um megaevento que oferece ao país oportunidades econômicas, esportivas e socioculturais.

Na seção de artigos, Marcelo Santana e Roberta Pimenta Cunha dos Santos apresentam uma análise da educação na Bahia inserida no contexto do Nordeste e do Brasil. Já os trabalhos de Marcelo Bernardino Araújo, intitulado *A contabilidade de custos como instrumento de gestão no setor público*, e de Saulo Correia Sobral Nogueira Mendes, Magali Alves de Andrade e Osmar G. Sepúlveda, *Previdência Social: uma análise crítica sobre o equilíbrio financeiro do sistema*, revelam uma preocupação com as diretrizes da gestão pública. Esse trabalho sobre a previdência social foi o último em que economista Osmar Sepúlveda orientou. Como membro honorário do Núcleo de Estudos Conjunturais da FCE-UFBA, o professor contribuiu, com sua larga experiência, para formação de muitos economistas, sendo o texto ora apresentado *in memoriam*.

A edição da C&P 170 inova, ao trazer a resenha de Francisco Emanuel Matos Brito, intitulada *Rachel Carson e os gritos da Primavera Silenciosa*. Esse autor discute a relevância do trabalho de Rachel Carson, *A Primavera Silenciosa*, para a humanidade. Trata-se de um clássico do ambientalismo, que mesmo tendo sido lançado em 1962, mantém-se atual.

Assim, a SEI, por meio da sua publicação C&P, mantém a sociedade informada sobre os aspectos conjunturais e estruturais que norteiam as economias estaduais e nacionais. Sem pretensões de esgotar o assunto, e emitir juízo de valor sobre as questões apresentadas, faz-se um convite aos leitores para refletirem sobre aspectos condicionantes do atual estágio da economia brasileira.

Economias brasileira e baiana: desempenho da conjuntura em 2010

Carla do Nascimento*
Elissandra Britto**
Jorge Tadeu Caffé***
Rosângela Conceição****

A continuidade da dinâmica de crescimento da economia brasileira foi confirmada pelos indicadores econômicos em 2010, sobretudo em relação à produção, às vendas internas e externas (exportações) e ao emprego.

No âmbito da produção agrícola brasileira, a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou acréscimo anual da ordem de 11,6%, alcançando um volume de 149,5 milhões de toneladas, previsão 2,4% superior à safra recorde de 2008 (que foi de 146,0 milhões de toneladas). Dentre os principais produtos, que representam 90,9% da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, registraram acréscimo: soja (20,2%) e milho (9,4%); em sentido contrário, somente a estimativa do arroz apresentou recuo de produção (-10,1%). Esses dados constam do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, de dezembro de 2010.

A produção física industrial nacional acumulou aumento de 10,5% em 2010, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2010). Considerando-se as categorias de uso, destacou-se o setor de bens de capital, que apresentou a maior variação percentual, com taxa de 20,8%. A categoria bens de consumo duráveis também registrou taxa positiva, de

10,3%, além da produção de bens intermediários, que consignou acréscimo de 11,4%, e da produção de bens de consumo semi e não duráveis, que aumentou 5,2% (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2010). Esse conjunto de indicadores apontou para a recuperação da capacidade de produção do setor industrial e evidenciou o vigor dos investimentos, fator relevante na retomada da economia no pós-crise, cuja dinâmica setorial contribuiu sobremaneira para a ampliação das exportações.

Não bastassem essas constatações positivas na performance industrial, outros indicadores confirmaram a robustez da atividade industrial em 2010. Por exemplo, os dados divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que indicaram que a atividade industrial no Brasil,

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br.

** Mestre e graduada em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Especialista em Planejamento Agrícola; graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Secretaria do Planejamento (Seplan/SEI). tadeu@sei.ba.gov.br

**** Mestranda em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs); especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br



no ano em foco, proporcionou uma expansão na produção da ordem de 7,1%; o emprego industrial igualmente registrou acréscimo de 5,4% e a massa salarial obteve alta de 5,9%. Todos esses resultados verificados em 2010 estão acima dos patamares apresentados no ano de 2008, período, como se sabe, mais crítico da atividade industrial dos últimos anos. No entanto, constatou-se um arrefecimento na atividade em apreço nos últimos meses de 2010, o que já permite conjecturar sobre um cenário com baixo ritmo de expansão no início de 2011 (RODRIGUES, 2011).

No front externo, as empresas brasileiras apresentaram bom desempenho, a despeito da depreciação do dólar, pois exportaram US\$ 201,9 bilhões em 2010, representando um aumento de quase um terço (32,0%) em relação ao ano anterior. Já as importações, com um volume de US\$ 181,6 bilhões, registraram um acréscimo de 42,2%. O maior incremento no percentual das importações, comparativamente às exportações, motivou a redução do superávit da balança comercial para US\$ 20,3 bilhões, contra US\$ 25,3 bilhões no mesmo período de 2009. Nesse período, o comércio exterior brasileiro registrou corrente de comércio recorde de US\$ 383,6 bilhões, com ampliação de 36,6% sobre 2009, quando atingiu US\$ 280,7 bilhões (BRASIL, 2011). A forte dinâmica da demanda doméstica ante a externa explica em grande parte a redução verificada no superávit comercial. Considerando-se as exportações por

fator agregado, na comparação com 2009, os produtos básicos cresceram 45,3% e os semimanufaturados e manufaturados aumentaram, respectivamente, 37,6% e 18,1%. Ressalta-se, não obstante, que as exportações de bens industrializados responderam por mais da metade (55,7%) do total exportado pelo Brasil no período (BRASIL, 2011).

Quanto aos blocos econômicos de destino das exportações brasileiras, destacou-se a Ásia. Com aumento nas vendas de 39,9%, esse bloco econômico ocupou a primeira posição, superando inclusive o acréscimo nas exportações para a América Latina e Caribe (34,6%) e para a União Europeia (26,7%). Essa boa performance foi atribuída, basicamente, ao comportamento da economia chinesa, que continua a liderar o ranking mundial com taxas de crescimento expressivas e a manter sua demanda sustentada por importações. As exportações brasileiras para a China atingiram US\$ 30,8 bilhões, representando um incremento de 46,6% e uma participação de 15,2% do total de produtos comercializados com o mundo (BRASIL, 2011).

No âmbito do mercado interno, o comércio varejista manteve-se em crescimento durante o ano de 2010, beneficiado por fatores como a manutenção do nível de renda e a elevação do número de empregos, associados a um quadro de melhoria da confiança dos consumidores quanto ao desempenho da economia.

No ano corrente foi registrado um crescimento de 10,9% no volume vendas do varejo, superior ao resultado obtido no mesmo período de 2009 (que foi de 7,0%), segundo os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (2010) do IBGE.

O principal destaque no varejo ficou por conta do segmento de bens não duráveis – no caso o de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo –, que registrou acréscimo significativo de 9,0%. Na segunda posição, beneficiado pelo aumento da renda real dos ocupados, pelas facilidades de crédito e pela queda dos preços no setor, em virtude da valorização cambial, figura o segmento de móveis e eletrodomésticos, que cresceu 18,3% no período. Considerando-se o comércio varejista ampliado, verificou-se o crescimento expressivo em veículos e motos (14,1%) e em material de construção (15,6%), este último favorecido pelas medidas oficiais de incentivo à construção civil (redução do IPI e ampliação das linhas de crédito), aliadas ao aumento de renda.

O mercado de trabalho mostrou-se dinâmico em 2010, contribuindo para os bons resultados alcançados pela economia brasileira. Nesse decênio foram criados 2.524.678 novos postos de trabalho¹, com destaque para a construção civil, que, impulsionada pela expansão imobiliária e pelas obras civis, principalmente em infraestrutura, apresentou um aumento de 13,8% na oferta de novas vagas, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (2010) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Vale ressaltar, também, o satisfatório desempenho da indústria de transformação, com uma taxa de expansão de 6,1%. O setor de serviços, com taxa de crescimento de 5,7%, continuou sendo o segmento de maior criação de vagas em números absolutos (1.008 mil ocupados).

As informações apuradas pela Pesquisa Mensal do Emprego (2010), para as seis regiões metropolitanas pesquisadas, indicaram redução na taxa de desemprego, que registrou taxa de 5,3% no mês de dezembro ante 6,8% em dezembro de 2009, indicando queda de 1,5 p.p. no decorrer de um ano. Esse resultado merece ser destacado, pois representa o mínimo histórico dos

O crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores favoreceu a ampliação do consumo doméstico, justificando a expressiva contribuição do consumo das famílias no PIB brasileiro

últimos oito anos, cuja série foi iniciada em março de 2002. O emprego, medido pelo total de ocupados nas regiões metropolitanas apresentou elevação de 2,9% em relação ao mês de dezembro do ano anterior.

A expansão da população ocupada na sequência desses anos vem garantindo a manutenção do crescimento da massa salarial na economia brasileira. Após obter alta de 4,0% no ano de 2009, a massa salarial real habitualmente recebida, considerando-se todos os rendimentos recebidos, registrou aumento de 7,3% nos 11 meses decorridos do ano (PESQUISA MENSAL DO EMPREGO, 2010). Com a inflação relativamente sob controle, o crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores favoreceu a ampliação do consumo doméstico, justificando a expressiva contribuição do consumo das famílias no PIB brasileiro.

O comportamento dos preços mostrou-se ascendente no último trimestre de 2010. Após registrar altas de 0,75% em outubro e de 0,83% em novembro, a inflação, medida pela variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu em dezembro o patamar de 0,63%. Com isso, a inflação acumulada em 2010 foi de 5,91%, 1,60 p.p. acima da observada em igual período de 2009 e 1,41 p.p. acima do centro da meta. Segundo análise do Copom (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011),

o aumento da inflação em 2010 reflete o comportamento dos preços livres, que variaram 7,09% e contribuíram com 5,0 p.p., de um total de 5,91 p.p. De fato, os preços administrados aumentaram 3,13%, ante 4,74%

¹ O acumulado do ano inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2010.

Tendo por base a avaliação da conjuntura macroeconômica e da dinâmica dos preços, o Copom decidiu, em janeiro, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 11,25% a.a., sem viés

registrados em 2009, com contribuição de apenas 0,91 p.p. para a inflação de 2010. [...] [Neste sentido], o conjunto de informações disponíveis sugere que a aceleração de preços observada em 2010, processo liderado pelos preços livres, pode mostrar alguma persistência, em parte porque a inflação dos serviços segue em patamar elevado [que atingiu 7,62% em 2010].

Neste contexto, tendo por base a avaliação da conjuntura macroeconômica e da dinâmica dos preços, o Copom decidiu, em janeiro, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 11,25% a.a., sem viés, "dando início a um processo de ajuste da taxa básica de juros, cujos efeitos, somados aos de ações macroprudenciais², contribuirão para que a inflação convirja para a trajetória de metas". A intenção do Copom é "assegurar a convergência da inflação para a trajetória de metas neste e nos próximos anos, o que exige a pronta correção de eventuais desvios em relação à trajetória" (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

É nesse panorama que as próximas seções estão destinadas a analisar mais detalhadamente o comportamento da economia baiana, do ponto de vista dos diferentes indicadores de atividade econômica. Ao mesmo tempo, enfocam as perspectivas para os próximos meses, considerando-as favoráveis, uma vez que não existem, no curto prazo, previsões de novos abalos no mercado internacional capazes de afetar a economia brasileira. Essa expectativa encontra respaldo no crescimento, ainda que moderado, do crédito, tanto para pessoas físicas

como jurídicas, na confiança dos agentes econômicos e no dinamismo da atividade econômica, favorecido pelo aumento do emprego.

INDÚSTRIA

Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2010) do IBGE, a produção física da indústria baiana (transformação e extrativa mineral), no quarto trimestre de 2010, apresentou retração de 2,8%, comparado com o mesmo período de 2009. Quando analisado o comportamento no período de janeiro a dezembro de 2010, em relação ao mesmo período de 2009, verificou-se expansão de 7,1%.

A performance da produção industrial baiana, no último trimestre de 2010, foi influenciada pelos resultados negativos apresentados pelos segmentos de produtos químicos (-18,3%), seguido por metalurgia básica (-2,1%) e veículos automotores (-2,5%). Dentre os segmentos que influenciaram positivamente esse indicador destacaram-se: alimentos e bebidas (9,2%), refino de petróleo (3,6%), celulose, papel e produtos de papel (2,8%) e borracha e plástico (7,7%).

O desempenho da produção industrial no acumulado de 2010 foi influenciado pelo resultado positivo notado em sete dos oito segmentos da indústria de transformação, que cresceu 7,1%. Os maiores impactos positivos foram observados em refino de petróleo e produção de álcool (22,6%), pressionado pela produção de óleo diesel e nafta para petroquímica; alimentos e bebidas (8,0%),

O desempenho da produção industrial no acumulado de 2010 foi influenciado pelo resultado positivo notado em sete dos oito segmentos da indústria de transformação, que cresceu 7,1%

² Ver artigo da seção *Economia em Destaque* da *Conjuntura & Planejamento* n. 169 (NASCIMENTO; CAFFÉ; CONCEIÇÃO, 2010).

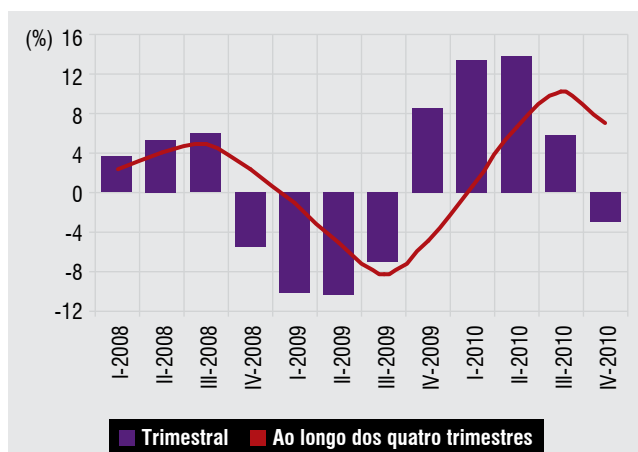


Gráfico 1
Variações trimestrais (1) da produção física industrial
Bahia – 2008-2011

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

oriundo do aumento da produção de cerveja e óleo de soja; metalurgia básica (9,3%), por conta da crescente produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e vergalhões de aço. Exceção à regra, a única taxa negativa foi constatada no desempenho em produtos químicos (-2,5%), pressionada, sobretudo, pelos produtos de polietileno de alta densidade e etileno.

A recuperação da indústria baiana pode ser constatada no Gráfico 1, que explana o desempenho satisfatório do setor a partir do quarto trimestre de 2009, registrando taxas positivas nos trimestre subsequentes. No entanto, evidencia-se recuo da produção no último trimestre de 2010, ocasionado principalmente por paradas programadas para manutenção do setor químico.

Mesmo com a retração verificada na produção física da indústria no último trimestre de 2010, o nível de emprego, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (2010) do IBGE, registrou acréscimo na indústria geral de 6,6% no quarto trimestre de 2010, comparando-se com o mesmo período de 2009. O indicador acumulado totalizou, no período de janeiro a dezembro de 2010, um acréscimo de 6,3%, comparado com 2009.

Como ilustrado no Gráfico 2, a curva de pessoal ocupado, na condição de assalariado, figurou resultados positivos trimestralmente, com taxas de crescimento positivas

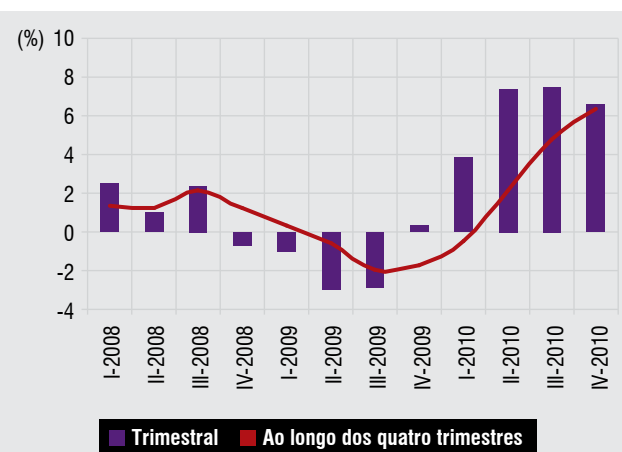


Gráfico 2
Variações trimestrais (1) do pessoal ocupado
assalariado na indústria geral – Bahia – 2008-2011

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

desde o quarto trimestre de 2009, com variação de 0,3%. O índice trimestral registrou crescimento de 3,9%, 7,4%, 7,5% e 6,6%, no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres, respectivamente, elevando a trajetória de crescimento do emprego industrial.

Dentre os segmentos que influenciaram positivamente para o resultado do indicador anual (janeiro a dezembro de 2010) do emprego industrial destacaram-se calçados e couro (16,9%), outros produtos da indústria de transformação (17,3%), produtos de metal (13,2%) e máquinas e equipamentos (13,6%). Em contrapartida, os principais segmentos que contribuíram negativamente no número de pessoas ocupadas nesse período foram fumo (-27,3%), meios de transporte (-6,1%) e produtos químicos (-4,7%).

COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial da Bahia proporcionou superávit de US\$ 2,26 bilhões em 2010, ante o superávit de US\$ 2,34 bilhões no ano anterior, de acordo com estatísticas do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2010).

As exportações baianas, em 2010, atingiram volume de US\$ 8,9 bilhões, com acréscimo de 26,8% comparado ao ano

de 2009. As importações registraram acréscimo de 41,8%, com volume de US\$ 6,6 bilhões. A corrente de comércio (volume de exportações mais volume de importações) registrou expansão de 32,6% no período considerado.

O desempenho das exportações no ano de 2010 decorreu principalmente da expansão nos segmentos de químicos e petroquímicos (31,1%), papel e celulose (30,5%) e petróleo e derivados (74,0%). Juntos esses setores foram responsáveis por 53,7% das receitas de exportação no período. Entre as *commodities* agrícolas, contribuíram para o bom desempenho as vendas de algodão e seus subprodutos, com acréscimo de 35,0%, e de cacau e derivados (26,5%).

As informações apresentadas no Gráfico 3 ilustram o comportamento trimestral do comércio exterior baiano no ano de 2010. Neste sentido, observou-se que o volume de importações foi superior ao de exportações em todos os trimestres, e que ocorreu recuo na taxa de crescimento tanto para o volume de importações como para as exportações. No entanto, as curvas das taxas ao longo dos quatro trimestres indicaram comportamento diverso nos dois últimos trimestres: enquanto a curva das importações apresentou trajetória ascendente, a das exportações mostrou-se descendente, prefigurando as expectativas do saldo da balança comercial de 2010 inferior ao de 2009.

Não obstante o volume de exportações ter obtido taxas de crescimento positivas no período, a valorização cambial prejudicou o aquecimento das vendas, em razão do fator preço, uma vez que os produtos comercializados no período atingiram, em média, um incremento de 16,7%, ante 8,7% no volume embarcado. Por outro lado, os fatores positivos para o saldo na balança comercial foram a ampliação das vendas para os países emergentes e a suave retomada das compras dos EUA (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2010).

Os principais mercados fornecedores para a Bahia, em 2010, foram Argentina, Chile e Argélia. As importações atingiram US\$ 6,6 bilhões, 41,5% superiores a 2009, favorecidas pela apreciação do câmbio. Por outro lado, a China assumiu a condição de segundo maior mercado comprador dos produtos baianos, como petróleo e alimentos em grãos (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2010).

Para 2011 espera-se aumento no volume de importados em consequência do impulso no consumo interno, da queda do desemprego, do aumento nos salários, da melhoria na aquisição do crédito e, principalmente, pela valorização do real. O ritmo moderado das exportações baianas tende a elevar o saldo negativo da balança comercial baiana.

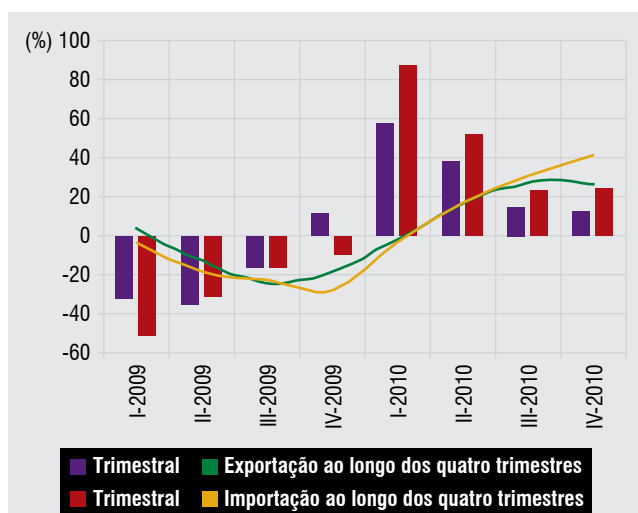


Gráfico 3
Variações trimestrais (1) da balança comercial
Bahia - 2009-2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais mercados fornecedores para a Bahia, em 2010, foram Argentina, Chile e Argélia. As importações atingiram US\$ 6,6 bilhões, 41,5% superiores a 2009, favorecidas pela apreciação do câmbio

COMÉRCIO VAREJISTA

A dinâmica do comércio varejista revelou a recuperação da economia brasileira após as incertezas quanto ao futuro da atividade econômica verificada em 2009 no cenário mundial. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento de 10,9%, registrado pelo varejo no ano de 2010, superou as expectativas. No mesmo sentido, a Bahia apresentou, no acumulado do ano, acréscimo de 10,1% no volume de negócios.

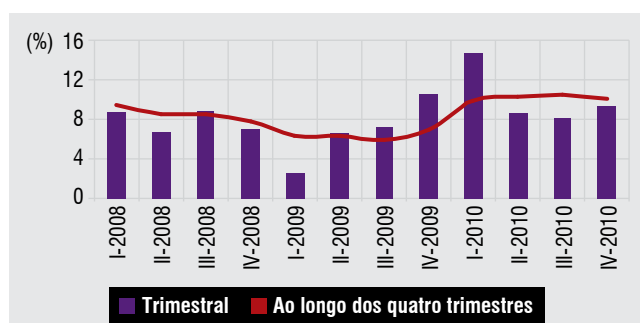


Gráfico 4
Variações trimestrais (1) do volume de vendas do comércio varejista – Bahia – 2008-2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

O comportamento do comércio varejista baiano em 2010 denota que, não obstante o arrefecimento no volume de vendas verificado nos trimestres subsequentes ao

primeiro – em que a variação dos negócios alcançou a taxa de 14,8% –, o setor comercial manteve-se com taxas positivas, conforme ilustrado no Gráfico 4. Esse desempenho está associado não somente aos efeitos do crescimento econômico, como também ao aumento de liquidez na economia, vista por meio da expansão do crédito para financiamento do consumo, ampliação dos prazos para parcelamento dos financiamentos, melhoria de rendimento dos consumidores e aumento do emprego formal, além das desonerações de impostos verificadas no primeiro trimestre do ano.

A intervenção do governo para a economia sair da crise foi determinante na expansão das vendas comerciais em 2010. No mês de dezembro, o volume de negócios realizado no país alcançou a taxa de 10,1% sobre o mesmo mês de 2009. Na Bahia, a variação nesse mês foi de 8,4% nessa mesma comparação. Para o acumulado do ano, esse aquecimento das vendas ocorreu em todos os segmentos que compõem o setor, como indicado no Gráfico 5.

Por ordem de contribuição no resultado global do Indicador Acumulado do Volume de Vendas, tomando-se como base igual período de 2009, tem-se: *Móveis e eletrodomésticos* (23,1%); *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (6,4%); *Combustíveis e lubrificantes* (5,4%); *Tecidos, vestuário e calçados* (8,4%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (7,9%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria* e

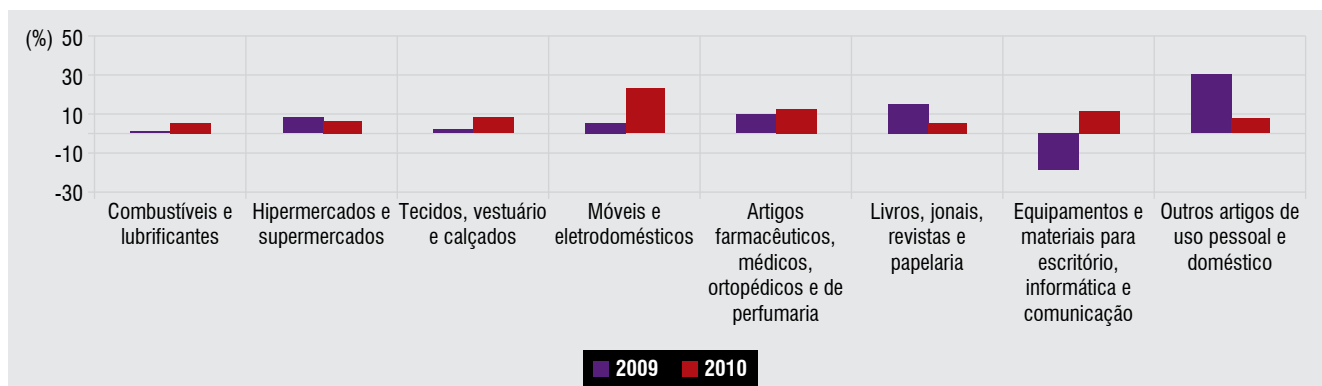


Gráfico 5
Índice de volume de vendas no comércio varejista – Variação acumulada no ano por atividades Bahia – 2009/2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

No ano de 2010, o segmento de maior destaque no varejo baiano foi o de Móveis e eletrodomésticos, decorrentes não somente das condições econômicas favoráveis, mas também da estabilidade de preços

cosméticos (12,4%); e *Livros, jornais, revistas e papelaria* (5,6%). O subgrupo *Hipermercados e supermercados* também apresentou variação positiva de 6,7%.

No ano de 2010, o segmento de maior destaque no varejo baiano foi o de *Móveis e eletrodomésticos*, decorrentes não somente das condições econômicas favoráveis, mas também da estabilidade de preços. Considerando-se a redução dos preços de componentes e produtos importados via efeito câmbio e também pelas vendas sazonais, em razão do período natalino, no mês de dezembro o ramo elevou suas vendas em 32,1% em relação a igual mês de 2009.

O segmento de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* – ramo de maior peso para o indicador do volume de vendas – foi o segundo a exercer impacto na taxa anual do varejo. A despeito do resultado negativo de 2,0% registrado no mês de dezembro, em relação ao mesmo mês de 2009, a atividade seguiu determinando o ritmo do setor, pois fatores como o aumento do poder de compra da população e a expansão de crédito foram variáveis que favoreceram o aquecimento dos negócios. Esse decréscimo observado, muito provavelmente, deverá estar associado à base comparativa, uma vez que no ano passado a variação nesse mês foi de 11,0%.

Quanto ao comportamento dos segmentos *Veículos, motos, partes e peças* e *Material de construção*, foi observada expansão nas vendas na ordem de 15,0% e 14,6%,

respectivamente, para o acumulado do ano, mas esses segmentos não entraram na composição do indicador, fazendo parte, entretanto, do Comércio Varejista Ampliado. Os benefícios fiscais adotados pelo governo nos primeiros meses de 2010 foram determinantes para o desempenho dessas atividades, estando em vigor até o momento os benefícios para os insumos da construção civil.

A boa trajetória do comércio varejista em 2010 trouxe otimismo quanto ao seu comportamento em 2011, pois a despeito das políticas de combate à inflação iniciadas no último trimestre do ano, que visam desestimular o crédito, os analistas econômicos preveem taxas positivas para o setor nos próximos meses.

AGRICULTURA

Na Bahia, as estimativas para a colheita na produção de grãos, em 2010, evidenciaram um acréscimo 13,2% maior que a de 2009, representada por 6,7 milhões de toneladas, das quais mais de 90% decorreriam da soja, do milho e do algodão. Estes resultados previstos farão da safra de grãos nesse ano a maior já registrada na Bahia. Contudo, é importante assinalar que sorgo e feijão, após ajustes estatísticos realizado pelo IBGE nas suas estimativas de novembro, apresentaram declínios de produção (-10,7% e -10,1%, respectivamente).

Acerca das culturas agrícolas tradicionais no estado, os dados do LSPA/IBGE para o mês de dezembro revelaram um panorama em que todas elas apresentaram crescimento

Os dados do LSPA/IBGE para o mês de dezembro revelaram um panorama em que todas elas apresentaram crescimento de produção, com exceção da mandioca (-6,6%)

de produção, com exceção da mandioca (-6,6%). Deste modo, a cana-de-açúcar, o cacau e o café cresceram no interstício de 2009 para 2010, respectivamente, 7,5%, 8,2%, 4,8%. A razão do incremento da produção desses cultivos teria sido a ampliação das áreas colhidas, aliada, principalmente, à maior produtividade por hectare colhido.

Dois fatores deverão continuar garantindo boas safras de grãos para o país e a Bahia, quais sejam: 1) a alta nos preços dos grãos e 2) a crescente demanda internacional. Capturando essa tendência, o índice de *commodities* Brasil (IC-BR), do Banco Central (Bacen), registrou alta de 35,4% em 2010, em comparação com 2009. No acumulado do ano, a alta do índice foi puxada sobretudo pelo agronegócio, com aumento de 45,74%, seguido dos metais (25,85%) e da energia (17,06%).

Prognóstico para 2011

A previsão nacional da produção de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas) do LSPA/IBGE para 2011 – indica decréscimo de 1,8% em relação a 2010. Assim, deverão ser colhidas 146,8 milhões de toneladas de grãos contra 149,5 milhões de 2010. A diferença a menor de 2,7 milhões de toneladas no cotejo entre as duas últimas safras nacionais representaria, por exemplo, o comprometimento de toda a produção anual de grãos do Piauí ou mais do que as exportações acumuladas de janeiro a outubro de 2010 de soja e seus derivados na Bahia, que somaram 2,3 milhões de toneladas.

Por outro lado, a estimativa do LSPA/IBGE sinaliza acréscimo de 3,4% para a área a ser colhida de grãos no país, ou 48,2 milhões de hectares.

Entre as grandes regiões do país, o volume estimado, para 2011, da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Nordeste foi de 15 milhões de toneladas (10,2% do Brasil), acusando um incremento de 26,6% em relação à safra de 2010, em cujo contexto a Bahia representaria 4,7% da produção nacional, contribuindo para isso, principalmente, a soja, o milho e o algodão.

Referente às estimativas do LSPA/IBGE para a produção agrícola da Bahia, o prognóstico para 2011 aponta

O volume estimado, para 2011, da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Nordeste foi de 15 milhões de toneladas (10,2% do Brasil), acusando um incremento de 26,6% em relação à safra de 2010

crescimento da safra de grãos em 8,5% em relação a 2010. Entre os cinco grãos selecionados (algodão, feijão, milho, soja e sorgo), excetuando a soja, os demais produtos apresentaram variação positiva na estimativa de produção em referência a 2010. Entretanto, é importante registrar que para os cultivos de segunda safra de feijão e milho os dados correspondem às projeções do ano passado, em razão de o calendário agrícola da 2ª safra desses dois produtos ainda não permitir uma avaliação segura da produção futura.

O destaque dos prognósticos para os grãos em 2011 ficará por conta do algodão, que apresentou crescimento da produção (25,7%) e da área colhida (19,8%), em decorrência das boas cotações dessa *commodity* no mercado externo e interno.

Por sua vez, os produtos da agricultura tradicional (mandioca, cana-de-açúcar, cacau e café) também seguem uma trajetória ascendente de produção em comparação ao ano passado, a exceção do cacau, que figurou com decréscimo de produção da ordem de 6,6%, em razão da queda de produtividade (-9,2%). O destaque do prognóstico no rol dessas culturas pertence à mandioca, em relação à qual se estimou um incremento de produção e área colhida, respectivamente, de 20,1% e 16,9%, em comparação a 2010.

As estimativas de produção, área plantada e colhida e rendimento físico, atinentes ao terceiro prognóstico de 2011, em confronto com as de 2010, podem ser examinadas detalhadamente na Tabela 1.

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia – 2010-2011

Produtos/ safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2010 (1)	2011 (2)	Var. (%)	2010 (1)	2011 (2)	Var. (%)	2010 (1)	2011 (2)	Var. (%)	2010 (3)	2011 (3)	Var. (%)
Mandioca	3.211	3.858	20,1	514	306	-40,4	262	306	16,9	12.256	12.596	2,8
Cana-de-açúcar	4.976	5.324	7,0	91	84	-7,8	84	84	0,3	59.415	63.375	6,7
Cacau	149	139	-6,6	555	564	1,6	522	537	2,9	286	260	-9,2
Café	185	201	8,3	175	170	-2,9	156	170	9,3	1.191	1.180	-0,9
Grãos	6.732	7.301	8,5	2.790	2.894	3,7	2.648	2.894	9,3	2.542	2.523	-0,7
Algodão	996	1.252	25,7	271	324	19,5	270	324	19,8	3.687	3.870	5,0
Feijão	307	431	40,1	607	622	2,5	552	622	12,7	557	692	24,3
Milho	2.223	2.346	5,5	810	803	-0,8	724	803	11,0	3.070	2.921	-4,9
Soja	3.113	3.080	-1,1	1.017	1.027	0,9	1.017	1.027	0,9	3.060	2.999	-2,0
Sorgo	92	192	108,4	85	118	38,9	84	118	39,2	1.092	1.634	49,7
Total	-	-	-	4.124	4.018	-2,6	3.672	3.991	8,7	-	-	-

Fonte: IBGE–LSPA-Ba.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) LSPA/IBGE 2010.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2011 (Jan. 2011).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

MERCADO DE TRABALHO

As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (2010), na Região Metropolitana de Salvador (RMS), indicaram redução no desemprego total, que registrou taxa de 13,8% no mês de dezembro ante 17,0% em dezembro de 2009, indicando queda de 3,2 p.p. no indicador. Tal resultado é oriundo da queda da taxa de desemprego aberto de 10,1% para 9,8% da PEA e da redução da taxa de desemprego oculto de 4,7% para 4,0%, no mesmo período.

Com relação ao total de ocupados, constatou-se variação positiva de 6,5% em dezembro, comparado ao mês de dezembro de 2009. Nesse período, entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, destacaram-se os segmentos da construção civil, comércio, outros setores e o setor de serviços, cujos incrementos foram da ordem de 17,4%, 11,1%, 10,7% e 4,4%, respectivamente. Entre as categorias de posição na ocupação, os assalariados apresentaram acréscimo de 8,3%. Ressalta-se neste grupo o aumento de 12,3% dos assalariados com carteira assinada do setor privado. O nível de ocupação dos autônomos manteve-se estável e o dos domésticos aumentou 6,6% no período.

Analisando apenas os dados do emprego formal no período de janeiro a dezembro de 2010, divulgados no

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2011), observou-se a criação de 91.402 postos de trabalho na Bahia. Este número resulta, sobretudo, da expansão de postos nos setores de serviços (32.198), construção civil (20.485), comércio (17.980) indústria de transformação (14.742) e agropecuária (3.872). Vale destacar que o saldo do período foi bem superior ao contabilizado em igual período do ano anterior (71.170 vagas).

Especialmente, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) colaborou positivamente, registrando acréscimo de 49.262 novos postos de trabalho formais em 2010. É relevante

Entre as categorias de posição na ocupação, os assalariados apresentaram acréscimo de 8,3%. Ressalta-se neste grupo o aumento de 12,3% dos assalariados com carteira assinada do setor privado

ênfatisar que o interior do estado criou 42.140 empregos com carteira assinada, correspondendo a 46,1% das vagas celetistas. Na esfera municipal, destacou-se o município de Salvador com o maior saldo, de 37.786 empregos, no período, seguido por Camaçari e Feira de Santana, que contabilizaram 10.191 e 9.766 empregos formais, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil registrou crescimento robusto no período pós-crise – incremento do PIB de 7,5% em 2010 –, mas que foi acompanhado por recentes pressões inflacionárias, por causa, em grande parte, de choques de oferta interna e externa. Para combatê-las, o Banco Central do Brasil (Bacen) iniciou ajuste monetário, em dezembro, que consistiu no aumento da taxa do compulsório exigido dos bancos sobre depósitos à vista (de 8% para 12%) e sobre depósitos a prazo (de 15% para 20%), além de exigir mais garantias das instituições financeiras no momento de realizarem empréstimos. Com essas medidas, o Bacen esperava, no campo macroeconômico, impedir um crescimento maior da taxa de inflação. No entanto, a inflação de 2011 já começa a acelerar um pouco – com a elevação geral dos preços, principalmente *commodities* e serviços –, chegando a quase 5%, acima da meta de 4,5%, assim como a inflação de 2010. Com isso, em janeiro, na primeira reunião do Copom de 2011, a Selic passou de 10,75% para 11,25%.

Somada a essas medidas contracionistas, a política macroeconômica adotada pela nova equipe econômica suprimiu os estímulos fiscais até então em vigor e reduziu os gastos do governo alinhados com a política anticíclica praticada nos últimos anos. Neste sentido, o governo federal anunciou programa de consolidação fiscal, com corte e bloqueio de R\$ 50 bilhões das despesas do governo central para 2011, concentrado nos gastos de custeio e acompanhado da contenção de novos dispêndios e do aumento da eficiência dos gastos. Esse corte é uma forma de o governo também tentar conter o crescimento da dívida pública, que já atinge 2,9% do PIB.

Não obstante, a atividade econômica deverá manter o dinamismo, favorecida pelo vigor do mercado de trabalho, que se reflete em taxas de desemprego historicamente baixas e em substancial crescimento dos salários reais, notadamente no setor público.

As perspectivas para 2011, tanto para a economia brasileira como para a economia baiana, nos setores de produção agrícola, indústria, serviços e, especialmente, comércio varejista, apontam para um desempenho mais moderado do que o observado em 2010.

Considerando-se o desempenho setorial, no caso da agricultura brasileira a previsão de safra é superior à registrada em 2010. Também na Bahia a expectativa é de colher uma produção de grãos superior à de 2010.

O desempenho industrial de transformação na Bahia está atrelado ao maior volume de investimentos nos setores de petróleo e extrativo mineral. O estado deverá ser beneficiado também, no longo prazo, pelo crescimento robusto nos investimentos em celulose. Deve-se destacar que a performance do setor industrial baiano está condicionada ao comportamento da atividade econômica mundial, na medida em que parcela significativa dos bens produzidos na Bahia destina-se ao mercado externo. Nesse sentido, a aposta no consumo doméstico é fator relevante para as perspectivas de crescimento dos investimentos em setores que produzem bens de maior valor agregado.

O setor de serviços deverá acompanhar os frutos desses dois setores e manter-se em ritmo equivalente ao observado em 2010, patrocinado principalmente pelos investimentos em infraestrutura, sobretudo aqueles destinados à Copa do Mundo de Futebol de 2014. No caso específico do comércio varejista, esse deverá ser favorecido pelo crédito, pelo emprego e pela massa salarial.

Diante dessas considerações, vislumbra-se para o país um crescimento do PIB acima de 5,0%, entre 2011 e 2014, liderado pelos investimentos em um contexto econômico em que a inflação estará sob controle e calibrará a demanda agregada.

REFERÊNCIAS

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 18 e 19 jan. 2011*. [Brasília]: BACEN, 2011. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas* [Brasília]: MDIC, 2010. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília: MTE, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1798&id_pagina=1>. Acesso em: 10 fev. 2011.

NASCIMENTO, Carla do; CAFFÉ, Jorge Tadeu; CONCEIÇÃO, Rosângela. A recuperação da economia baiana no pós-crise. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 169, p. 7-19, out./dez. 2010.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. *RMS atinge a menor taxa de desemprego da série*. Salvador: SEI, dez. 2010. Boletins Técnicos. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

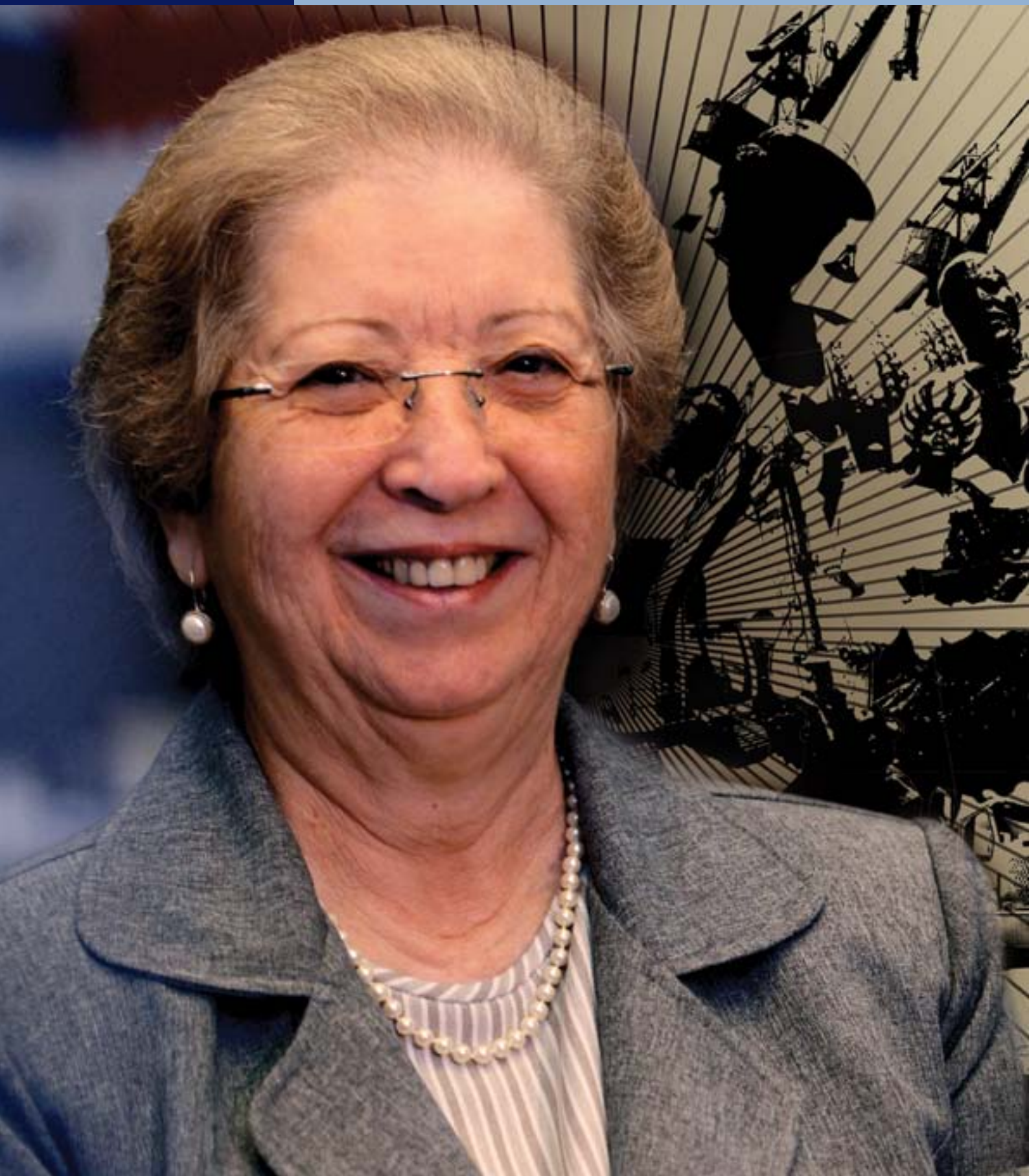
PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

PREÇO das commodities subiu mais de 35% no ano passado. AGROLINK. 6 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/noticias/ClippingDetalhe.aspx?CodNoticia=152050>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

RODRIGUES, Azelma. Atividade industrial foi recorde em 2010, mostra CNI. *Valor on-line*. Brasília, 10 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/online/indicadores/10/382336/atividade-industrial-foi-recorde-em-2010-mostra-cni>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

SOARES, Pedro. Imposto menor no 1º tri impulsionou recorde do varejo em 2010. *Folha.com*, Rio de Janeiro, 15 fev. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/875844-imposto-menor-no-1-tri-impulsionou-recorde-do-varejo-em-2010.shtml>>. Acesso em: 16 fev. 2011.



An aerial photograph of a port area, showing a large ship docked at a pier and a crane. The image is in black and white and serves as a background for the text.

Tânia Bacelar Araújo

Caminhos do desenvolvimento regional

Para além das discussões sobre as mudanças econômicas recentes no Brasil, que transformaram o país numa nova área de interesse mundial, a discussão regional retoma sua relevância. Para discutir o tema, a revista C&P convidou uma das maiores especialistas em Desenvolvimento Regional no Brasil, a economista e socióloga pernambucana Tânia Bacelar. Doutora em Economia Pública, Planejamento e Organização do Estado, nos anos de 2003 e 2004, Bacelar ocupou o cargo de secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional no Ministério de Integração Nacional. Atualmente, é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e do Conselho Deliberativo da Fundação Joaquim Nabuco. Nessa entrevista, ela reforça a necessidade de um esforço articulado de Políticas Desenvolvimentistas que “não podem raciocinar com um Brasil abstrato e desenhar iniciativas genéricas: estão desafiadas a levar em conta a desigualdade e a diversidade regional brasileira e priorizar investimentos no Nordeste e Norte do país. Investir mais agora, onde se investiu menos no passado”.

C&P – Quais são as alternativas para a inserção da Região Nordeste na Matriz Econômica do Brasil?

Tânia Bacelar – A matriz econômica brasileira vai sofrer mudanças nas próximas décadas com o aumento do peso da produção de energia (tanto na velha matriz dos combustíveis fosseis por conta da exploração do pré-sal como pelo avanço das energias renováveis, com destaque para o etanol) e a ampliação da produção de alimentos, num mundo cuja demanda estará em forte crescimento. Por outro lado, o país terá que ampliar sua indústria de maior valor agregado e seguir consolidando seu terciário moderno. Paralelamente, a indústria criativa vai ganhar importância num ambiente onde o conhecimento e a criatividade ganham destaque. O Nordeste precisa estar atento a essas mudanças para assegurar sua presença no novo contexto. No caso da cadeia de Petróleo e Gás há uma tendência a concentração, no Sudeste/Sul, de investimentos novos na indústria de suprimentos. Por sua vez, a produção de etanol tende para o Sudeste e Centro-Oeste. Já na indústria criativa o potencial nordestino é enorme, mas as grandes estruturas de produção também estão no Sudeste. Portanto, o Nordeste tem que se manter alerta e proativo.

C&P – Nos últimos anos, o Nordeste cresceu mais que o Brasil. Mesmo assim, sua participação no PIB continua a mesma, 13%, enquanto sua população representa 28%. Quais medidas podem ser adotadas do ponto de vista estrutural para equilibrar esta relação?

Sou dos que acreditam que o estímulo de políticas públicas ainda é muito importante num país como o Brasil. Mas estas políticas nacionais precisam dialogar com a desigualdade regional que herdamos do passado

TB – O desafio é ampliar significativamente os investimentos produtivos e em infraestrutura, para que o fluxo de produção possa crescer bem acima da média nacional. A tendência recente foi positiva neste sentido, mas a dimensão do esforço precisa ser muito maior.

C&P – É possível pensar na ampliação da participação econômica da região Nordeste no PIB brasileiro sem um esforço articulado de Políticas Desenvolvimentistas que aumentem a articulação das economias nordestinas com o eixo mais desenvolvido do país?

TB – Não. Sou dos que acreditam que o estímulo de políticas públicas ainda é muito importante num país como o Brasil. Mas estas políticas nacionais precisam dialogar com a desigualdade regional que herdamos do passado. Não podem raciocinar com um Brasil abstrato e desenhar iniciativas genéricas: estão desafiadas a levar em conta a desigualdade

e a diversidade regional brasileira e priorizar investimentos no Nordeste e Norte do país. Investir mais agora, onde se investiu menos no passado.

C&P – As instituições que pensaram e implementaram as políticas de desenvolvimento para o Nordeste foram perdendo força. Cada estado passou a adotar políticas isoladas de crescimento e atração de empresas, como a “guerra fiscal”. Como ter um plano de desenvolvimento para a região como um todo?

TB – Penso que o Nordeste e o Norte, mais até do que o Centro-Oeste, necessitam ter uma estratégia regional. A soma de iniciativas dispersas nos estados pode gerar “guerra interna” e dispersar energia política e potenciais econômicos. Pela legislação atual, continua a caber à Sudene [Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste] e Sudam [Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia] este papel articulador e a responsabilidade explícita de construir um Plano de Desenvolvimento para as suas respectivas áreas de atuação. Pena que estejam tão esvaziadas e que as iniciativas de elaborar propostas de tais Planos não tenham recebido apoio político.

C&P – O processo de industrialização do Nordeste se deu de forma diferenciada, em especial, no que diz respeito à Bahia, que fez uma opção, sobretudo, por produção de bens intermediários, portanto, uma indústria complementar à indústria do centro-sul. Na sua opinião, quais são os caminhos para que a Bahia possa alargar sua

inserção na economia nacional e mesmo na mundial?

TB – A inserção como produtora de bens intermediários não foi apenas da Bahia. No período da Sudene, essa foi a forma do Nordeste se inserir na dinâmica nacional. Maranhão, Sergipe e Pernambuco, por exemplo, exibiram o mesmo padrão. O Ceará é que centrou seus esforços na indústria da moda e se destacou. Tanto que foi o único estado que renovou sua elite industrial. Na maioria dos casos, executivos de grandes grupos de fora é que predominaram no comando daquela “nova indústria”. A Bahia, no entanto, tem grande potencial para ampliar sua inserção na nova matriz econômica nacional. A presença do setor automotivo já sinalizou em nova direção. A indústria criativa tem no estado um enorme potencial. A face terciária de Salvador e outras cidades deve ser valorizada. Potencial não falta.

C&P – A região vem perdendo participação na inserção internacional. Hoje as exportações do Nordeste representam pouco mais de 7,5% das exportações do Brasil. Quais as causas desta perda de dinamismo e como mudar este cenário?

A indústria criativa tem no estado um enorme potencial. A face terciária de Salvador e outras cidades deve ser valorizada. Potencial não falta

TB – O valor das exportações brasileiras cresceu muito nos anos recentes, puxado pelas vendas de *commodities* (principalmente minérios e bens da agropecuária) o que ampliou o peso de outras regiões, como o Centro-Oeste, o Norte e o Sudeste. Com isso o NE perde posição relativa. Mas não perde dinamismo. Ao contrário, as exportações do Nordeste também se mostraram dinâmicas: passaram de US\$ 4 bi, em 2000, para cerca de US\$ 16 bi, em 2010. Estados produtores de *commodities* se saíram bem. A Bahia quase quintuplicou suas exportações, passando de US\$ 1,9 bi para quase US\$ 9 bi neste período. O Maranhão pula de US\$ 758 mi para quase US\$ 3 bi. O cenário que precisa mudar é o brasileiro, tornando a pauta de exportações do país menos dependente das *commodities*.

C&P – Quais são os investimentos estruturantes que estão programados para a região Nordeste para os próximos anos que podem potencializar o crescimento sustentável dos estados?

TB – A região vem recebendo investimentos importantes na sua infraestrutura, com projetos na área de energia (várias linhas de transmissão), de infraestrutura hídrica (interligação de bacias), de transportes (a duplicação de vias como a BR 101 no trecho Aracaju-Natal; a construção de duas ferrovias importantes como a Transnordestina e a Leste-Oeste), entre outros. E vem acolhendo projetos industriais de peso, como três refinarias de petróleo (duas já em implantação), vários estaleiros navais, siderúrgicas, montadoras de veículos,

O Nordeste tem avançado em áreas como a tecnologia da informação, nanotecnologia, biotecnologia, atuando, portanto, em áreas de ponta do conhecimento mundial

entre outros. São projetos de peso que devem sustentar a dinâmica da economia em vários estados da região nos anos 2011-2014.

C&P – Na esfera da Ciência e Tecnologia, qual o espaço que estados nordestinos como Bahia, Pernambuco e Ceará podem ainda ocupar?

TB – Esses estados têm boas estruturas universitárias produtoras e difusoras de conhecimento novo. Elas se expandiram e se qualificaram nos anos recentes. O Nordeste tem avançado em áreas como a tecnologia da informação, nanotecnologia, biotecnologia, atuando, portanto, em áreas de ponta do conhecimento mundial. Atraiu alguns Institutos Nacionais, como o de fármacos, situado na UFPE, e o de neurociências ancorado na UFRN, também em áreas de ponta. Criamos e tornamos atuantes as Fundações Estaduais de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico. Onde precisamos avançar é na Inovação: nossas empresas aparecem modestamente nos resultados da política nacional de inovação.

Governos precisam se unir em inovadoras e consistentes políticas de apoio à inserção produtiva dos brasileiros mais pobres

C&P – A presidente Dilma colocou como uma de suas prioridades a erradicação da miséria no Brasil. O Nordeste concentra a maior proporção da população pobre. E, como é de seu conhecimento, uma estratégia de desenvolvimento deve levar em consideração aspectos territoriais e demográficos. Nesse contexto, a Bahia tem um vasto território de 564 mil km², sendo cerca de 69,34% no semi-árido, área que representa 40% do semi-árido nordestino. Além das políticas de transferência de renda, quais medidas podem ser adotadas visando intensificar o ritmo de diminuição da pobreza no estado?

TB – Políticas de ampliação da oferta de serviços públicos essenciais, como os de saúde e educação e como os de energia e abastecimento d'água. Os mais pobres são dependentes da oferta pública destes serviços que precisam ser ampliados e qualificados. Especialmente os de educação. É ela que consegue dar às pessoas oportunidade de se inserir melhor na vida social, cultural e política e nas atividades produtivas do país. Além

disso, os Governos precisam se unir em inovadoras e consistentes políticas de apoio à inserção produtiva dos brasileiros mais pobres. Estimular a iniciativa deles, apoiar seus esforços na luta pela sobrevivência digna é fundamental.

C&P – E para o Nordeste, quais seriam as alternativas viáveis, em especial, para a promoção do desenvolvimento nas áreas rurais, que em sua grande maioria se caracteriza pelo isolamento econômico e pela economia de subsistência, principalmente para os municípios da região semi-árida?

TB – Levar estruturas educacionais para cidades médias do semi-árido é muito importante. Sem melhorar o padrão educacional da região e em especial o dos moradores das áreas rurais, o futuro permanecerá incerto. Por outro lado, consolidar novas cadeias produtivas que dialoguem melhor com a realidade do bioma caatinga é tarefa importante. O velho tripé gado x algodão x policultura, que foi desmontado no final do século XX, era gerador de riqueza para poucos e de miséria para a maioria. Inovar

Sem melhorar o padrão educacional da região e em especial o dos moradores das áreas rurais, o futuro permanecerá incerto

Daria prioridade a todos os níveis de ensino. A defasagem regional se expressa em todos eles

é preciso. Buscar novas fontes de dinamismo para a região é fundamental. Mas que sejam estruturas menos injustas.

C&P – Existem dois programas de governo: o Programa Bolsa Família e o programa Economia Solidária. O primeiro apresenta resultados bem visíveis e o segundo ainda carece de uma maior estrutura. A possibilidade de uma integração entre estes dois programas permitiria que os beneficiários do Bolsa Família passassem a ser agentes produtivos?

TB – Sim. O Programa de Apoio à Economia Solidária é um dos que pode ser ampliado para dar conta da demanda de segmentos da sociedade brasileira que se interessam por este tipo de organização produtiva. E ele dialoga bem com a chamada “economia popular”.

C&P – A média nordestina da população ocupada com 10 anos ou mais de idade é de 6 anos de estudos; a nacional é de 7,6 anos; a do Sudeste, de 8,5 anos; e a da região Sul é de 8 anos. Quais medidas poderiam ser adotadas para diminuir esta desigualdade dentro do mesmo país?

TB – Esta é uma das faces mais duras da herança de desigualdade sócioespacial do país. Isto por que, no século XXI, o acesso ao conhecimento é fundamental para promover um desenvolvimento sustentável. Os investimentos em educação se ampliaram nos anos recentes, o Nordeste até se destacou nas taxas de crescimento de matrículas, mas o esforço necessário é muitíssimo maior. Daria prioridade a todos os níveis de ensino. A defasagem regional se expressa em todos eles.

C&P – As últimas eleições demonstraram uma perda no poder das oligarquias nordestinas, com uma modificação no quadro político do Nordeste em favor de políticos com uma visão mais progressista. Na sua opinião, essa mudança é definitiva? E quais impactos ela pode trazer para a ampliação das políticas sociais no Nordeste?

TB – Torço para que seja definitiva. Trata-se de tendência que vem se consolidando a cada pleito e que atingiu

a maioria dos estados nordestinos. Um primeiro impacto já é sentido: o enfraquecimento do discurso do “Nordeste coitadinho”, tão caro às elites conservadoras (que usava a miséria do povo para captar benesses). Nos anos recentes, o Nordeste foi revisitado pelo resto do país e suas potencialidades ficam cada vez mais evidentes. O discurso que valoriza nossos potenciais e cobra investimentos estratégicos está associado ao avanço das forças progressistas na região.



Breve análise da educação na Bahia frente ao panorama educacional do Nordeste e do Brasil

Marcelo Santana*

Roberta Pimenta Cunha dos Santos**

Ao longo dos últimos anos, o Brasil vem passando por diversas transformações em seu padrão de educação, resultando num avanço significativo. Entretanto ainda resguarda desigualdades no que tange aos desequilíbrios na forma de distribuição do sistema educacional nas distintas escalas geográficas. Apesar da alta taxa de analfabetismo entre pessoas com 10 anos ou mais de idade, do aumento de anos de estudo e da ampliação do acesso à educação superior ainda consistirem em alguns desafios a serem enfrentados, os dados educacionais levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2008 a 2009 revelam uma melhoria importante no processo educacional do país.

* Especialista em Administração e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. marcelosantana@sei.ba.gov.br

** Especialista em Educação Matemática pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e em Educação a Distância pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); graduada em Matemática pela UCSal. Professora da rede pública de ensino do estado da Bahia; técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). roberta@sei.ba.gov.br

Ao analisar a evolução de alguns indicadores relevantes para o ano 2009, como taxa de analfabetismo; taxa de frequência escolar segundo grupos etários; distribuição dos estudantes por nível de ensino na rede pública ou privada; anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade; proporção de pessoas ocupadas segundo anos de estudo; e o rendimento médio mensal das pessoas com 10 anos de idade ou mais, ocupadas, por anos de estudo, percebe-se que houve um progresso nos indicadores educacionais para quase todos os níveis de ensino. Sendo assim, cabe assinalar que os indicadores considerados neste trabalho, embora fundamentais para uma avaliação das políticas educacionais postas em prática pelas diversas instâncias de governo, deixam de fora, evidentemente, uma gama extensa e variada de aspectos ligados ao ensino (corpo docente, características dos estabelecimentos de ensino, acesso ao livro didático, rendimento escolar e muitos outros), também essenciais para que a avaliação seja suficientemente abrangente e, assim, mais consistente. Tal ausência, no entanto, não impede que, com base nos números obtidos com a PNAD (e dos seus diversos cruzamentos), se alcance uma razoável visão panorâmica da realidade educacional do país, bem como da evidência das políticas públicas praticadas para o setor.

Tendo como pano de fundo esse cenário, tem-se que este artigo procura dar conta, de maneira bastante resumida, de alguns dos indicadores de educação postos à disposição pela PNAD 2009 para o estado da Bahia, cotejando-os, em algumas situações, com os dados do ano anterior e com resultados de outras escalas geográficas, além de fazer um breve histórico da trajetória da educação a distância e suas tendências, apontando-a como contribuição para o avanço da educação superior no Brasil.

ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ENTRE 2008 E 2009

Em que pese os avanços obtidos nos últimos anos, a taxa de analfabetismo na Bahia em 2009 ainda era elevada em comparação à medida para o Brasil (Tabela 1). Considerando-se as pessoas com 10 anos ou mais de idade, segundo a PNAD, havia um total de cerca de 1,98 milhões pessoas que não sabiam ler e escrever,

Tabela 1
Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a localização
Bahia, Nordeste e Brasil – 2008/2009

Ano	Área geográfica		
	Bahia	Nordeste	Brasil
2008	15,7	17,7	9,2
2009	15,1	17,0	8,9

Fontes: IBGE–PNAD 2007, 2008.

resultando numa taxa de analfabetismo que alcançava o expressivo patamar de 15,1%, bem acima, portanto, da taxa calculada para o país, que era de 8,9%, porém inferior à do Nordeste, de 17,0%.

Ao comparar as taxas de analfabetismo medidas para os anos 2008 e 2009, nos três espaços geográficos aqui estudados, vê-se que houve queda do analfabetismo na Bahia e no Nordeste. No Brasil, constatou-se certa estabilidade deste indicador. A despeito da tímida melhora, em comparação aos demais espaços analisados, o Nordeste foi o que apresentou queda mais significativa do analfabetismo, de 0,7 ponto percentual, que, em números absolutos, representa pouco mais de 175,3 mil nordestinos com 10 anos ou mais de idade alfabetizados.

A PNAD também mostrou que havia na Bahia, em 2009, uma população de crianças, adolescentes e jovens, de 5 a 24 anos, de cerca de 5,4 milhões de pessoas. Desse total, quase 4 milhões frequentavam escola, o que correspondia a uma proporção de 73,1% do total de pessoas nessa faixa etária. Esse percentual foi superior aos medidos para o Nordeste e o Brasil (Tabela 2). Analisando o comportamento deste indicador entre os anos de 2008 e 2009, para os três recortes geográficos, vê-se que ele evoluiu positivamente.

Outra informação revelada pela PNAD diz respeito ao rendimento médio mensal domiciliar per capita das famílias cujos membros frequentavam creche ou escola, que se mostrou maior do que o das famílias cujos integrantes não frequentavam (Gráfico 1). No caso específico das famílias que possuíam crianças entre 5 e 6 anos que iam à escola, o rendimento médio situava-se, em 2009, no patamar de R\$ 258. Nesse mesmo ano, as famílias com filhos nessa mesma faixa etária que não estudavam auferiam um

Tabela 2
Proporção de pessoas que frequentavam escola, por grupos de idade
Brasil, Nordeste e Bahia – 2008/2009

Bahia	Grupos de idade				Total
	5 e 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	
2008	91,9	98,1	84,4	32,9	72,9
2009	92,9	98,0	85,7	31,4	73,2
Nordeste	5 e 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	Total
2008	91,5	97,6	82,8	30,7	72,0
2009	92,2	97,8	84,0	30,6	72,5
Brasil	5 e 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	Total
2008	87,8	97,9	84,1	30,5	71,5
2009	89,1	98,0	85,2	30,3	71,8

Fontes: IBGE–PNAD 2007, 2008.

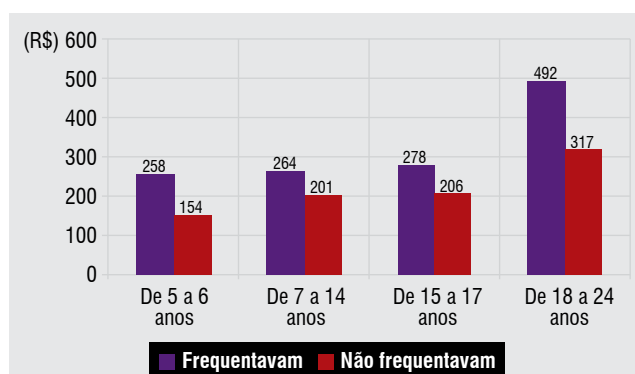


Gráfico 1
Rendimento médio mensal domiciliar per capita, por grupos de idade, segundo a frequência escolar
Bahia – 2009

Fontes: IBGE–PNAD 2009.

rendimento médio da ordem de R\$ 154, o que correspondia a 59,5% do rendimento obtido pelas famílias do primeiro grupo. Em 2008, essa proporção era de 50,8%, o que indica uma piora no rendimento médio domiciliar das famílias baianas com crianças de 5 a 6 anos de idade.

Quanto ao atendimento segundo a natureza da rede de ensino, em 2009 a rede pública mostrou-se predominante no atendimento das pessoas que frequentavam creches até o ensino médio. Isso é válido para todas as escalas geográficas aqui analisadas. Detalhando um pouco essa questão para a Bahia, tem-se que, em 2009, mais da metade das crianças (56,8%) que frequentavam creche

estavam na rede pública. Vale notar que tal percentual é inferior àqueles que foram aferidos no Nordeste (62,1%) e no país (65,4%) (Tabela 3).

No caso dos alunos baianos que estavam na pré-escola, 69,2% deles frequentavam a rede pública. Também aqui se observa percentuais maiores para a Região Nordeste (70,9%) e Brasil (72,8%). Já nos níveis de ensino subsequentes (fundamental e médio) as proporções que foram contabilizadas para a Bahia na rede pública, 88,6% e 93,1%, respectivamente, superam as medidas no plano nordestino e nacional.

Um dado interessante é que essa supremacia da rede pública não ocorre no ensino superior em nenhuma das escalas geográficas em foco. Na Bahia, por exemplo, em 2009, entre os estudantes que estavam no topo da pirâmide educacional, cerca de 73,3% deles estudavam em instituições privadas. Cabe destacar que essa prevalência da rede privada nesse estado era ainda mais marcante do que a observada no Nordeste (67,1%), porém menos intensa do que a verificada no Brasil (76,6%).

Tabela 3
Taxa de frequência a escola, segundo a natureza da rede de ensino – Bahia, Nordeste e Brasil – 2009

Nível de ensino e rede de ensino que frequentam	Distribuição das pessoas que frequentavam escola ou creche, a natureza da rede de ensino (%)		
	Bahia	Nordeste	Brasil
2009			
Creche			
Rede pública	56,8	62,1	65,4
Rede privada	43,2	37,9	34,6
Pré-escolar (1)			
Rede pública	69,2	70,9	72,8
Rede privada	30,8	29,1	27,2
Fundamental			
Rede pública	88,6	87,3	87,1
Rede privada	11,4	12,7	12,9
Médio			
Rede pública	93,1	88,4	86,3
Rede privada	6,9	11,6	13,7
Superior (2)			
Rede pública	26,7	32,9	23,4
Rede privada	73,3	67,1	76,6

(1) Pré-escolar contempla maternal, jardim de infância e alfabetização.

(2) Inclusive Mestrado e Doutorado

Fontes: IBGE–PNAD 2009.

Ao avaliar a proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo grupos de anos de estudo (Tabela 4) – indicador importante para se mensurar os resultados das políticas educacionais –, observa-se um quadro que vem apresentando melhoras, mas que ainda é revelador de um descompasso em relação às demandas sociais existentes. Pode-se verificar que, entre 2008 e 2009, decresceram sensivelmente as proporções de pessoas sem instrução e menos de 1 ano de estudo. Situação de queda também é observada, agora nas três escalas geográficas, nas proporções de pessoas com 4 a 7 anos de estudo.

Tabela 4
Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo – Bahia – 2008/2009

Bahia	Anos de estudo					
	Sem instrução/ menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	De 11 a 14 anos	15 ou mais anos
2008	16,8	16,0	28,1	14,8	21,2	3,2
2009	16,3	16,2	28,0	13,8	22,0	3,8
Nordeste	Anos de estudo					
	Sem instrução/ menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	De 11 a 14 anos	15 ou mais anos
2008	17,2	16,1	28,2	14,9	19,7	3,9
2009	16,5	16,2	27,8	14,5	20,8	4,2
Brasil	Anos de estudo					
	Sem instrução/ menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	De 11 a 14 anos	15 ou mais anos
2008	10,2	12,6	28,3	17,3	24,7	6,9
2009	9,7	12,6	28,1	16,6	25,7	7,4

Fontes: IBGE–PNAD 2008, 2009.

Para compensar esses movimentos, constatou-se ampliação quase que generalizada da participação das pessoas com credenciais educacionais mais elevadas nos três espaços. A mais intensa delas, em pontos percentuais, foi registrada no Nordeste para as pessoas com 11 a 14 anos de estudo, posto que passou de 19,7% para 20,8%. No Brasil, assim como na Bahia, essa expansão mostrou-se mais modesta, pulando, no primeiro caso, de 24,7% para 25,7%, e no segundo, de 21,2% para 22,0%. Quanto à proporção de pessoas com 15 anos ou mais de estudo, vale ressaltar que, no Brasil, este percentual foi expressivamente superior aos medidos para o Nordeste e Bahia, tanto em 2008 quanto em 2009, o que demonstra um desequilíbrio na forma de distribuição do sistema educacional do país.

O PADRÃO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES OCUPADOS

Quando se investiga a escolaridade das pessoas ocupadas nos três espaços em questão, apura-se a seguinte realidade, também de acordo com a PNAD 2009: os ocupados na Bahia e no Nordeste são, em média, menos escolarizados do que os do Brasil. Isso porque, quando se somam as proporções de trabalhadores sem instrução ou com até 3 anos de estudo com aqueles que possuíam 4 a 7 anos de estudo, verifica-se que os ocupados com tais credenciais educacionais representavam cerca de 53,1% do total, tanto na Bahia quanto no Nordeste, ao passo que no Brasil tal proporção era da ordem de 40,2% (Gráfico 2).

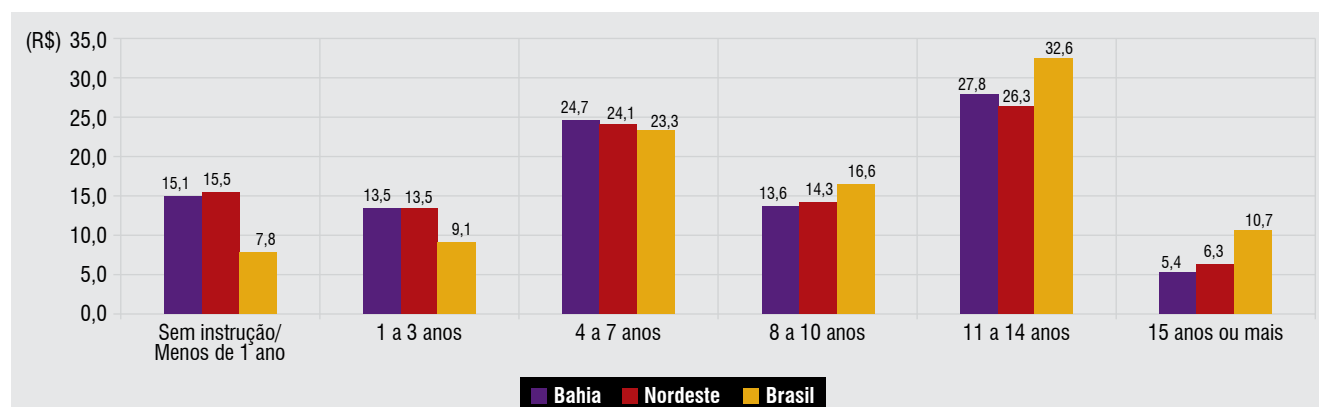
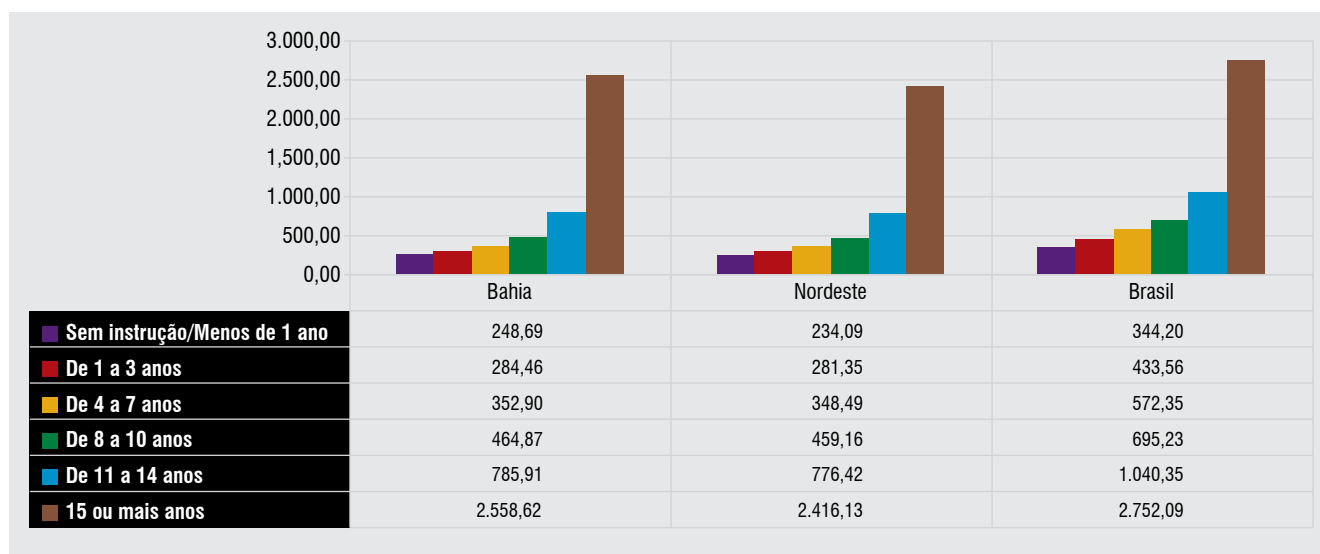


Gráfico 2
Proporção de pessoas ocupadas, na semana de referência por anos de estudo – Brasil, Nordeste e Bahia – 2009

Fontes: IBGE–PNAD 2009.

**Gráfico 3**

Rendimento médio mensal de pessoas ocupadas no trabalho principal, na semana de referência, por anos de estudo – Brasil, Nordeste e Bahia – 2009

Fontes: IBGE-PNAD 2009.

Ao se detalhar um pouco mais essa questão, vislumbra-se, por exemplo, que a proporção de pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de estudo no Brasil (10,7%) é praticamente o dobro da medida na Bahia (5,4%) e bem superior à aferida para o Nordeste (6,3%) (Gráfico 2).

Quando se analisa o padrão de rendimento dos ocupados levando-se em conta a questão da escolarização na Bahia, percebe-se que é superior ao do Nordeste e inferior ao do Brasil. Isso vale para todos os níveis de instrução. Vale ressaltar que os trabalhadores na Bahia, em 2009, ganharam um rendimento equivalente a, pelo menos, 61,7% (trabalhadores com 4 a 7 anos de estudo) do que o percebido pelos trabalhadores do conjunto do país. Em média, os trabalhadores que estavam no topo da pirâmide educacional baiana, ou seja, com 15 anos ou mais de estudo, recebiam, em 2009, um rendimento mensal da ordem de R\$ 2.558,62, ao passo que os do Brasil contavam com um rendimento de R\$ 2.752,09.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA ON-LINE: UMA NOVA TENDÊNCIA EM EDUCAÇÃO

Uma das ações de incentivo que tem contribuído para a melhora dos indicadores educacionais no país é o

uso da educação mediada pelo computador conectado à internet – o *e-learning*. Os avanços tecnológicos da informação e comunicação, associados à urgência de maior acesso à educação, principalmente para pessoas menos assistidas, têm ampliado a utilização dessa nova modalidade de ensino denominada Educação a Distância (EAD) on-line.

A EAD não é uma prática recente no Brasil, pelo contrário, desde a década de 1930 o país vem utilizando diversos meios de comunicação social no “processo de produção do conhecimento à distância”. Segundo Sales (2006, apud ARAGÃO, 2008), o marco inicial da EAD no Brasil deu-se com a utilização da mídia sonora e impressa. Neste período, diversos projetos foram desenvolvidos com o objetivo de impulsionar a alfabetização de jovens e adultos por meio de programas de rádio.

Ao longo das décadas de 1930 a 2000, a EAD foi disseminada no Brasil pela inserção de programas de educação e, aos poucos, passou a ocupar espaço importante no contexto educacional do país. O Programa Nacional de Tele-Educação (Prontel), Salto para o Futuro, Telecurso 2º grau, dentre outros, foram projetos desenvolvidos por meio de ações de diversas instituições particulares e privadas, como o Instituto Universal Brasileiro, Fundação Roquete Pinto, Fundação Padre Anchieta,

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Fundação Roberto Marinho, que com o apoio do Ministério de Educação (MEC) possibilitaram alfabetização e capacitação de pessoas em diversos níveis de escolaridade. Posteriormente, o Movimento de Educação de Base (MEB) foi implementado nos estados do Norte e Nordeste e, em seguida, expandido para todo o Brasil. Desde então, o país vivenciou diversas experiências relevantes em seu processo educativo, e em 1999 foi criada a Universidade Virtual Pública (Unirede), formada pela união das universidades públicas federais e estaduais com o intuito de oferecer cursos de graduação a distância.

Mais tarde, em outubro de 2005, o MEC criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB), um sistema nacional de ensino superior a distância, cujo objetivo fundamental é oferecer formação inicial aos professores em efetivo exercício da educação básica pública que ainda não têm graduação, e todas as licenciaturas e cursos de graduação para atender regiões carentes.

Embora a UAB tenha sido criada somente em 2005, na Bahia, desde o ano anterior são oferecidos cursos de graduação a distância por meio de uma universidade privada, que teve início com a participação de professores da rede estadual de educação. A partir daí, o ensino superior a distância foi disseminado mais fortemente no estado, o que possibilitou mais acesso à educação superior e, possivelmente, o aumento dos anos de estudos.

Segundo dados da PNAD, na Bahia, em 2005, aproximadamente 527 mil pessoas com idade entre 14 e 24 anos utilizaram a Internet nos últimos três meses anteriores à realização da pesquisa para fins de educação e aprendizado (pesquisas, educação a distância etc.), inclusive para cursos de graduação e pós-graduação, o que representou 16,3% da população dessa faixa etária. Em 2008, essa proporção chegou a 32,7%. Movimentos de expansão semelhantes também foram identificados no Nordeste (de 15,0% em 2008 para 30,6% em 2009) e no Brasil (de 25,5% em 2008 para 40,7% em 2009).

No ano de 2009, a PNAD investigou a utilização da Internet por pessoas de 10 anos ou mais de idade. A partir daí, constatou-se que, no Brasil, 66,2% das pessoas com 14 a 24

anos de idade acessaram a Internet. No Nordeste e na Bahia essas proporções foram inferiores às observadas para o país, 51,0% e 51,7%, respectivamente.

Nesta perspectiva, é compreensível que este cenário aponte para uma nova fase da educação brasileira, em que os jovens podem contar com mais uma possibilidade de acesso à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses breves comentários sobre a realidade educacional do país, verificou-se que avanços claros foram alcançados no ano 2009. Porém, mesmo tendo sido constatado que a Bahia, em alguns casos, avançou em ritmo mais acelerado do que a média do Brasil, isso não se deu de tal maneira que as disparidades existentes tenham desaparecido. Apesar da Bahia ser o maior estado do Nordeste e, em alguns aspectos, apresentar resultados melhores do que desta região, os números ainda são pouco satisfatórios no que tange à evolução do processo educacional do país.

Por outro lado, verifica-se que a educação no Brasil ganhou um novo aliado que pode ser considerado como uma estratégia a mais para ampliar os níveis de escolarização, possibilitando aumento dos anos de estudo e ampliação de acesso ao ensino superior. Neste sentido, a educação a distância mediada pelas tecnologias da informação e das comunicações tem conquistado importante espaço neste contexto. O mercado de trabalho, por sua vez, receberá alguns reflexos deste processo, visto que as pessoas ocupadas, ao elevarem o grau de escolaridade, têm mais chances de alcançar maiores rendimentos.

Portanto, a posição que a Bahia ocupa no processo de evolução educacional do país deixa claro a necessidade de implementar políticas públicas que busquem alavancar os níveis de educação, atenuando as diferenças regionais marcantes, a fim de possibilitar maior escolarização e, conseqüentemente, mais possibilidades de inserção no mercado de trabalho com melhores rendimentos.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Claudia Regina Dantas. *Comunidades virtuais de aprendizagem*. 2008. Monografia (Especialização em Educação a Distância) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal* 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil* 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Banco Multidimensional de Estatísticas. Microdados* 2005, 2007, 2008 e 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

SARAIVA, Terezinha. Avaliação da educação a distância: sucessos, dificuldades e exemplos. *Boletim Técnico do SENAC*. [S.l.], v. 21, n. 3, p. 1-20, set./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/213/2103032045.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

Previdência Social: uma análise crítica sobre o equilíbrio financeiro do sistema

Saulo Correia Sobral Nogueira Mendes*
Magali Alves de Andrade**
Osmar G. Sepúlveda***

A Previdência Social é uma das contas do Tesouro Nacional que apresenta históricos déficits financeiros, segundo a visão dominante atual. Este fato está constantemente sendo discutido pela grande mídia e instituições especializadas, as quais defendem a existência de desequilíbrios financeiros e a necessidade de reforma do sistema. Este trabalho tem o objetivo de mostrar dois conceitos divergentes da Previdência Social brasileira, e analisa se, de fato, há déficits no sistema.

O objetivo do trabalho é analisar e perceber qual a natureza do alegado déficit apresentado na conta da Previdência Social, tentando mostrar que ele ocorre por causa da formulação, da natureza e das fontes de financiamento da conta, atentando também para o fato de que a Previdência está inscrita entre os direitos sociais definidos no art. 6º da Constituição do Brasil de 1988.

* Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estagiário do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). saulom.nec@gmail.com

** Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). magalialvesdeandrade@gmail.com

*** Mestre em Administração e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor orientador do NEC. Professor aposentado do Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). osmargs@ufba.br



Inicialmente, o trabalho faz um breve histórico a respeito da evolução das leis previdenciárias e sua legitimação pela Constituição de 1988. A segunda parte aborda uma exposição da visão ortodoxa (restrita) do sistema, a qual defende a existência de déficits. A terceira parte analisa os gráficos dos benefícios pagos pela Previdência Social de maneira discriminada; iremos separar quais são os benefícios destinados às aposentadorias, aos auxílios e à assistência social. A quarta parte trata da visão socioconstitucional previdenciária, defendendo a não separação da Previdência Social do sistema da seguridade, embasada na Carta Magna brasileira. Na quinta parte serão tecidas algumas considerações finais sobre o tema.

BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A partir da década de 1930, com a chefia do governo provisório por Getúlio Vargas, a Previdência passa a ter o conceito de “Fundo de Pensão”, com cada categoria econômica de trabalhadores criando sua autarquia previdenciária, surgindo, assim, os Institutos de Previdência por setores do mercado de trabalho (surgem o IAPM, o IAPC, o IAPI e o IAPTEC, todos da década de 1930 e pioneiros). Esses e os outros institutos setoriais criados a partir da década de 1940 foram todos unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1964.

O sistema previdenciário iniciou-se, portanto, estruturado por categorias profissionais, que passaram a ter fundo de pensão específico. Cada participante tinha sua cota de contribuição: o empregado, o empregador e o governo. Cada categoria possuía um tipo de cobertura e benefícios peculiares, o que gerou um problema no sistema previdenciário, com diferenças gritantes entre as aposentadorias e pensões para cada categoria profissional.

Na década de 1940, há um aumento da política sindical e políticas públicas previdenciárias, o que aumentou o número de segurados. Os trabalhadores e o Estado passam a se relacionar por três sistemas: Sindicatos, Justiça do Trabalho e Políticas Previdenciárias (SOUZA, 2002). É criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) com finalidade de proteger a maternidade, a infância, os idosos e prestar assistência médica às pessoas com necessidade. Com o fim da Segunda Guerra mundial, em 1945, é instituída uma nova constituição em 1946, contendo pela primeira vez a expressão "Previdência Social". Martins (2008) demonstra alguns dos principais pontos dessa constituição, em que empregador e empregado unem-se para promover medidas a favor da proteção à maternidade, velhice, invalidez e morte. O empregador assegura ao empregado proteção contra acidentes do trabalho.

A partir de 1950, com a eleição de Getúlio Vargas à presidência da República, cria-se, em 1955, o Serviço Social Rural (SSR). Em 1960 é promulgada a primeira Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que unificava o sistema assistencial, com ampliação de concessão de benefícios a grupos antes excluídos. Martins (2008) chama atenção para a criação do auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão, Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural e salário-família, no mesmo período. Já no ano de 1965, é definido o princípio da procedência da fonte de custeio, ou seja, nenhum benefício da previdência poderia ser criado sem a sua fonte de custeio correspondente. Em 1966, a unificação do sistema se completa com o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS).

Segundo Munhoz (2007), o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pro-Rural), criado em 1972, ainda que fosse uma evolução para os trabalhadores, limitava a aposentadoria em 50% do salário mínimo. Em 1977 é criado o SIMPAS, que integrava as áreas de Previdência Social, Assistência Social, Assistência Médica, Gestão Administrativa e Financeira Patrimonial. E subdividia-se em: INPS, tratando da concessão dos benefícios e demais prestações previdenciárias; Inamps, que prestava assistência médica e assistência social à população carente; Fundação para a Infância e Adolescência (Funabem), que promovia a execução de política de bem-estar do menor; Dataprev, que cuidava do processamento de dados da previdência; CEME,

No final dessa década é criado o fator previdenciário, com a função de aumentar a remuneração para contribuintes que passarem mais tempo contribuindo, sendo observadas normas de tempo de permanência e idade

que distribuía medicamentos gratuitamente ou a baixo custo; e IAPAS, que cuidava da arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições e recursos da Previdência Social (MOTA, 2010). Essa estrutura acabava facilitando a existência de fraudes.

Na constituição de 1988 adota-se o conceito de Seguridade Social, compreendido como o conjunto de ações da Previdência, Assistência Social e Saúde, sendo financiados pelas contribuições previdenciárias e por tributos sobre o faturamento e o lucro líquido, sendo mais tarde criadas contribuições específicas para custear a Seguridade, como é o caso da atual Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Em 1990, alguns problemas começam a surgir, gerando a criação de vários projetos de emenda constitucional, porém sem sucessos (CECHIN, 2007).

Na década de 1990, algumas mudanças na legislação modificam a estrutura do sistema previdenciário. É criado o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), com a fusão do INPS e do IAPAS, e o INAMPS passa a vincular-se ao Ministério da Saúde, sendo extinto em 1993.

No final dessa década é criado o fator previdenciário, com a função de aumentar a remuneração para contribuintes que passarem mais tempo contribuindo, sendo observadas normas de tempo de permanência e idade. A partir de 2002 a alíquota de contribuição cai de 20% para 8% quando a base salarial for o salário mínimo.

ANÁLISE DA ESTRUTURA DAS CONTAS DE SEGURIDADE SOCIAL

É comum encontrar críticas ao sistema previdenciário, colocando sobre ele a responsabilidade pelo alto índice de déficit das contas públicas. Filgueiras e Lobo (2003) chamam atenção para as dificuldades que o governo enfrenta com esse debate. São elencados três tipos de problemas centrais no tocante ao sistema previdenciário: fiscal, social e econômico. O problema fiscal diz respeito ao comprometimento do equilíbrio das contas públicas, gerando sucessivos déficits; consequentemente, o sistema não é autofinanciável. Do ponto de vista econômico, o sistema impediria o crescimento, já que os déficits reduzem a capacidade de investimento do governo, impedindo a queda da taxa de juros. Em suma, seria um empecilho ao crescimento. E o problema social, pois o sistema seria injusto, porque o financiamento do seu déficit reduziria o montante dos gastos sociais, além do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) ter privilégios sobre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com benefícios e aposentadorias mais elevados.

A VISÃO DOMINANTE DA ORTODOXIA SOBRE O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Nesta seção são abordadas variáveis determinantes da argumentação de desequilíbrio e déficits do sistema. Será discutido o desequilíbrio atuarial, além das mudanças e perspectivas do perfil demográfico brasileiro.

O primeiro fator a ser comentado diz respeito ao equilíbrio atuarial da conta. Conforme Cechin e Cechin (2007, p. 225), há um desequilíbrio que não se refere apenas à diferença entre receitas e despesas no presente, mas também considera o equilíbrio de longo prazo, utilizando conceitos estatísticos de riscos e expectativas.

Ainda que o sistema previdenciário no Brasil venha cumprindo importante papel redistributivo, admite-se uma clara separação entre previdência e assistência. Ou seja, a previdência deve ser contributiva e atuarial, sem exercer relevante papel redistributivo. Já a assistência deve assegurar renda aos necessitados, independentemente de contribuições. Assim, espera-se que um regime

previdenciário garanta a seus segurados direitos e deveres equivalentes. O sistema brasileiro admite, legalmente, distinções: por gênero, por posição da ocupação (autônomo ou empregado celetista), por ocupação (professor ou não professor), por regime jurídico (estatutário ou celetista) e entre trabalhadores urbanos e rurais.

A previdência existe para continuar fornecendo renda aos assegurados quando a força para o trabalho não existe mais, normalmente decorrente da idade, de invalidez ou morte do assegurado, para amparar os seus dependentes. Dessa forma, é preciso ser administrada e desenhada com uma visão de longo prazo, normalmente num período de mais de seis décadas. Nesse período a maioria fica inválida ou morre; os que alcançam usufruir benefícios da previdência têm tempo incerto de sobrevivência (CECHIN, 2007). Como afirma Cechin, (2007, p. 220), "conceitua-se previdência contributiva e atuarial como aquela que retribui ao segurado durante os anos esperados de [...] aposentadoria o valor contribuído [...] durante os anos de trabalho".

A existência de uma má formulação/"arquitetura" da previdência, para a visão conservadora, explica o resultado de desequilíbrios financeiro e atuarial do sistema. Observa-se que os segurados retiram da previdência mais do que contribuíram durante todo o período de atividade anterior. A iminência da Aposentadoria por Tempo de Contribuição (ATC)¹, independente do fator idade, provocou um crescente número de aposentadorias precoces.

A arquitetura desequilibrada das idades mínimas e a ATC, segundo Cechin e Cechin (2007), provocaram uma redução drástica da idade de aposentadoria. A média de idade na data de concessão para o Regime Geral da Previdência Social (regime que abrange os trabalhadores da iniciativa privada), entre 1992 e 1997, caiu de 53,2 para 48,9 anos. A partir de 16 de dezembro de 1998, alterou-se o tempo de contagem para as aposentadorias proporcionais. A exigência de idade mínima passou a ser de 48 anos para as mulheres e 53 anos para os homens,

¹ Para ter direito à aposentadoria integral, o trabalhador do sexo masculino deve comprovar pelo menos 35 anos de contribuição, e a trabalhadora mulher, 30 anos. Para requerer a aposentadoria proporcional, o trabalhador tem que combinar dois requisitos: tempo de contribuição e idade mínima (BRASIL, 2010).

com 25 e 30 anos de contribuição, respectivamente. Esta medida tornou-se uma opção desinteressante para os segurados, pois o contribuinte perde boa parte do valor integral.

Ainda que superior à antiga, a fórmula atual ainda está atuarialmente desequilibrada segundo Cechin e Cechin (2007, p. 241): deixa benefícios de risco sem financiamento; adota alíquota maior do que a média efetiva; acrescenta tempos fictícios para mulheres e professores; além de subestimar a esperança de sobrevida para a população brasileira, incluindo os sem renda e os sem acesso ao sistema de saúde e medicamentos; e aplica-se compulsoriamente somente à ATC.

Portanto, para a visão ortodoxa, como a Previdência Social trabalha com períodos socioeconômicos diferentes, característicos de horizontes temporais de várias décadas, é necessário que a ela tenha bases atuariais

consistentes. Conforme Cechin e Cechin (2007) e Sepúlveda (2010), verificam-se grandes desequilíbrios nas aposentadorias rurais por ocorrerem em baixas idades e com base em pequenas contribuições; nas urbanas verificaram-se erros na aposentadoria por idade, por conta do baixo tempo de contribuição; nas aposentadorias por tempo de contribuição acontecem erros de formulação/“arquitetura” do fator previdenciário (ver Gráficos 1 e 2).

Como pode ser observado, os benefícios rurais desde 2002 até 2010 estão em níveis mais elevados dos que a receita gerada por essa modalidade. Enquanto a relação das receitas e benefícios urbanos, que em geral possui mais contribuintes, essa relação é praticamente equivalente. Desde 2002 os benefícios rurais estão em tendência de crescimento, enquanto a receita está estagnada. Projeções futuras para este quadro preveem o aumento do déficit na conta da previdência, em boa parcela causado pela previdência rural em ascensão.

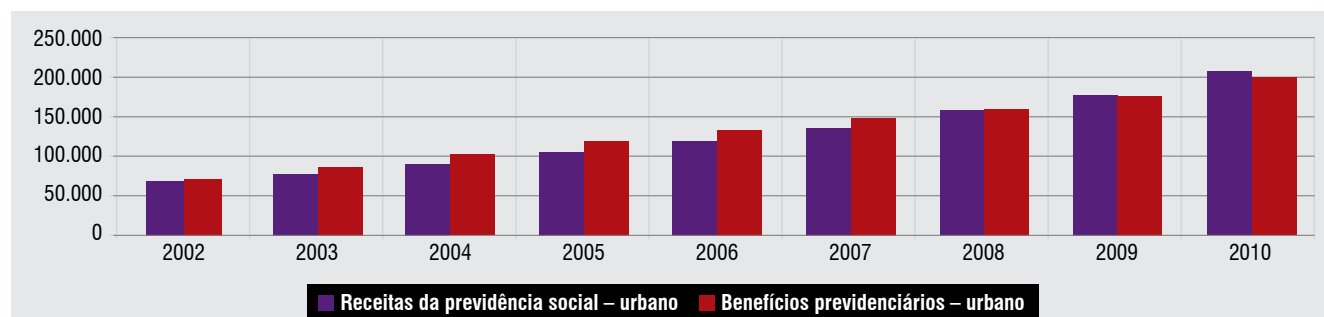


Gráfico 1
Relação entre os benefícios e as receitas urbanas – 2002-2010

Fonte: Tesouro Nacional.
Elaboração própria.

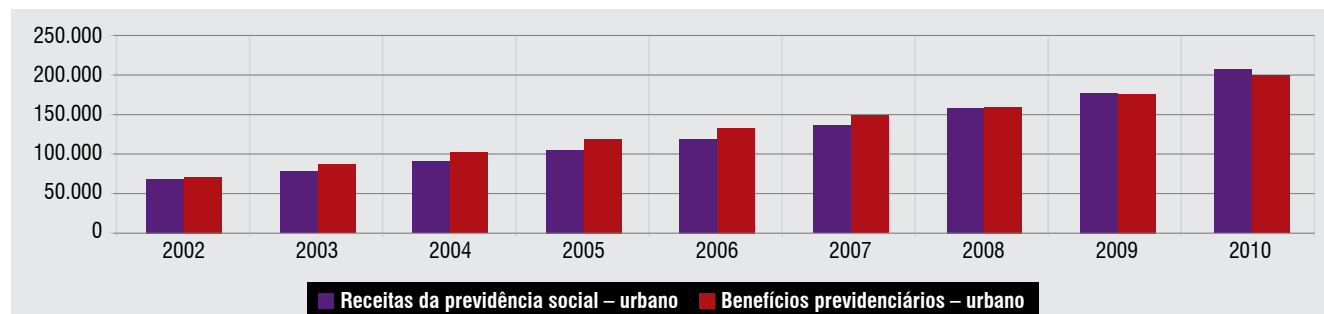


Gráfico 2
Relação entre os benefícios e as receitas rurais – 2002-2010

Fonte: Tesouro Nacional.
Elaboração própria.

Entre os anos de 2002 e 2005, o crescimento dos benefícios rurais saiu de 17 mil para 27 mil, equivalente a 60% no período. Já a velocidade de crescimento dos benefícios rurais concedidos é crescente e elevada, principalmente no período de 2005 a 2010, um crescimento de 103%. Esse crescimento ganha destaque quando a comparação é feita com os benefícios rurais, que nos mesmos períodos cresceu 67% e 68%, uma variação média e constante. Esse descompasso entre o crescimento dos benefícios urbanos e rurais poderá acarretar problemas contábeis para as contas da Previdência.

A continuidade do aumento de benefícios rurais acima da receita gerada por ele poderá se configurar em uma situação insustentável para a saúde do sistema previdenciário. É preciso realizar estudos sobre a viabilidade da manutenção do atual sistema, assim como estudos sobre uma reforma do sistema da Previdência Social, entretanto direitos adquiridos precisam ser analisados com maior atenção, não sendo viável a exclusão dos benefícios rurais, por exemplo.

Perfil demográfico e sugestões de reformas pela linha ortodoxa

A queda da mortalidade brasileira é uma das conquistas sociais mais importantes do século XX, reflexo do relativo desenvolvimento tecnológico e sanitário acontecido no país. Entretanto, a literatura indica preocupações quanto ao crescimento expressivo do segmento populacional considerado inativo, ao lado de uma diminuição do segmento ativo. A alta fecundidade de períodos passados frente à redução da mortalidade atual faz com que modelos demográficos indiquem um elevado crescimento da população inativa nos próximos 30 anos.

Cechin (2007) alerta para o fato de que quando o sistema previdenciário é jovem, ou recém-implantado, não há problemas que necessitem de uma mudança, pois geralmente apresentam superávits, muitas pessoas contribuindo e poucas recebendo o benefício. O problema aparece com o amadurecimento do sistema, quando déficits aparecem muitas vezes causados por benefícios de caráter assistencial, fraudes,

A queda da mortalidade brasileira é uma das conquistas sociais mais importantes do século XX, reflexo do relativo desenvolvimento tecnológico e sanitário acontecido no país

sonegação e alto grau de informalidade. Enquanto essas questões não forem considerados na formulação de uma mudança do sistema, os problemas não serão resolvidos.

Há uma preocupação com o panorama demográfico atual e suas expectativas futuras, pois o crescimento acentuado de um segmento populacional considerado inativo acontece concomitantemente com a diminuição do segmento em idade ativa. Desta forma, pensar em um sistema sustentável e equilibrado de financiamento dessa população inativa para o futuro é um dever da Previdência Social.

Para Cechin (2007), de linha conservadora, existe de fato o direito à aposentadoria com menor tempo de contribuição e menor idade para mulheres e professores previstos na Constituição de 1988. Contudo, o valor das aposentadorias deve ser determinado atuarialmente, conforme o texto constitucional. Baseado nessa interpretação, sugere-se definir adequadamente o valor do benefício para esses tempos menores de contribuição e idade, o que pode ocorrer por meio de legislação ordinária.

Portanto, a visão restrita/ortodoxa, por meio de variáveis puramente contábeis e estatísticas, afirma que há um subsídio implícito nas aposentadorias por idade urbanas, que seria a contrapartida do seu desequilíbrio atuarial. Desse modo, a sugestão apresentada é a combinação entre o alongamento do período de contribuição mínimo e a elevação das idades de aposentadoria.

A VISÃO SOCIAL/HETERODOXA DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Esta seção aborda a linha de pensamento de alguns autores que interpretam a Previdência Social brasileira pertencente à conta da Seguridade Social. Da mesma forma como a escrita e prevista no art. 194 da Constituição Federal brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), destinada a assegurar os direitos à saúde, à assistência social e à previdência social.

Sendo assim, além das contribuições urbanas e rurais financiadoras do orçamento previdenciário, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as Receitas de Concursos e Prognósticos, o PIS/Pasep, dentre outras, também fazem parte do financiamento e arrecadação da Seguridade Social e, por consequência, da Previdência Social.

Filgueiras e Lobo (2003) chamam a atenção para um fato inicial, de que a Previdência Social faz parte de um conjunto, ou seja, a Seguridade Social, que abrange tanto a Previdência Social como a Assistência Social e Saúde, e são inseparáveis conceitualmente. Outro ponto complexo desse tema está na crença de que há déficit e que isso precisa ser combatido, sem levar em consideração que essa é uma das contas mais importantes, e que ela é responsável pela limitação dos investimentos na área social, pois ela própria já faz parte dos gastos sociais do governo.

Conclui-se que a questão financeira da previdência brasileira é de ordem conceitual, pois a construção conceitual é anterior aos cálculos e apurações dos resultados financeiros citados. Contudo, não é possível tecer conclusões sobre o equilíbrio ou desequilíbrio contábil do sistema previdenciário de forma separada da Seguridade Social.

Quando se analisa a questão econômica, não se pode admitir que essa conta seja responsável pela impossibilidade de queda das taxas de juros, limite para maiores investimentos do governo. É importante perceber que a Seguridade Social foi uma das conquistas mais importantes da sociedade, consolidada após a Segunda Guerra Mundial. Filgueiras e Lobo (2003) acrescentam:

A questão financeira da previdência brasileira é de ordem conceitual, pois a construção conceitual é anterior aos cálculos e apurações dos resultados financeiros

É o reconhecimento de que o trabalho é um custo inevitável para a produção capitalista e a reprodução do capital. E é um custo tanto quando os trabalhadores estão na ativa quanto quando se aposentam. Portanto, a Previdência é um direito social, que juntamente com muitos outros, limitou a tendência, que é inerente à lógica de funcionamento do capitalismo, de exploração sem limites da força de trabalho. É um avanço extraordinário conquistado pela sociedade; é a defesa das condições de vida das pessoas quando elas não podem mais trabalhar, ou não têm a mesma capacidade de exercer a atividade produtiva (FILGUEIRAS; LOBO, 2003. p. 733).

Desse modo, não é possível culpar a Previdência Social por certos acontecimentos da economia. Assim, na sequência, serão apresentados os problemas nos pressupostos de cada tese, em particular da visão ortodoxa. Verificar-se-á a validade da crítica adotada pelos autores conservadores e avaliar-se-á qual visão se aproxima mais da realidade socioeconômica do Brasil.

UMA ANÁLISE DA CONTA PREVIDENCIÁRIA DE FORMA DESAGREGADA: O SALDO DAS RECEITAS E BENEFÍCIOS DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE PARA APOSENTADORIAS

Esta parte do trabalho fará análises gráficas e quantitativas da Previdência Social. Entretanto, iremos abordar discriminadamente o desempenho da receita e benefícios

pagos pela Previdência ainda sobre uma perspectiva conservadora. O presente capítulo desagrega o que é realmente benefício para aposentadoria, auxílios e assistências incluídas na conta. Essa análise será feita para os anos de 2005 a 2011, para os meses de janeiro, como forma de demonstração do cálculo para as contas da previdência.

Do lado dos benefícios, observa-se a seguinte separação contábil: Benefícios Previdenciários (aposentadorias concedidas por invalidez, idade, tempo de contribuição, salário-maternidade, entre outros); Benefícios Acidentários (aposentadorias, auxílio-acidente, pensões por morte, auxílio-doença, entre outros); os Benefícios Assistenciais (amparo assistência – LOAS, pensões mensais vitalícias, rendas mensais vitalícias e outros) e por último os Encargos Previdenciários da União. O Gráfico 3 mostra a participação dos setores integrantes da conta de Benefícios desde janeiro de 2005 até janeiro de 2011.

Neste ponto é preciso destacar que os benefícios assistenciais estão desvinculados da necessidade de geração de receita prévia, ou seja, essa é uma questão de saúde e social, antes de ser uma questão de previdência. Todavia, ao ser atrelado à Previdência Social é responsável por um peso, razoável, sobre as contas.

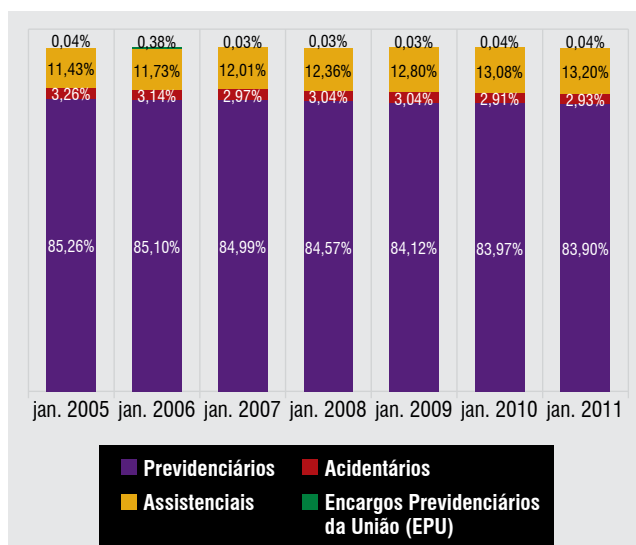


Gráfico 3
Benefícios emitidos pela Previdência Social
Jan. 2005-jan. 2011

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS): Boletim da Previdência Social (BEPS).
Elaboração: SPS/MPS.

Observa-se que, equivocadamente, o orçamento de gastos do sistema previdenciário carrega em sua estrutura a conta de Benefícios Assistenciais, girando em torno de 13% dos benefícios concedidos, a qual estaria exercendo um papel redistributivo e não atuarial, cuja visão ortodoxa argumenta ser incorreto. Ou seja, a crítica a respeito ao desequilíbrio financeiro sustenta-se em cima de um saldo contábil que carrega, por dentro, valores que não deveriam estar sendo analisados, mas são criticados por causa de um olhar agregado.

O segundo maior responsável pelos gastos da previdência é a conta de assistências, apresentando um crescimento no período em análise, partindo de 11,43% em janeiro de 2005, atingindo 13,2% no mesmo mês de 2011, apresentando uma tendência de elevação da participação dessa categoria no geral da participação dos benefícios. Essa situação representa a importância que essa conta possui dentro da questão previdenciária.

Ainda que não tenha valor de relevância extrema para a formação do total de benefícios da previdência brasileira, há um viés do discurso conservador argumentando a relação entre o total de arrecadações dos contribuintes e os benefícios concedidos a estes (Gráfico 4).

A proporção dos benefícios assistenciais concedidos em relação ao total é de 10,34 % (2002), 12,88% (2009) e 13,24% (2010). É válido ressaltar que o Gráfico 3 informa valores quantitativos e não qualitativos, porém evidência

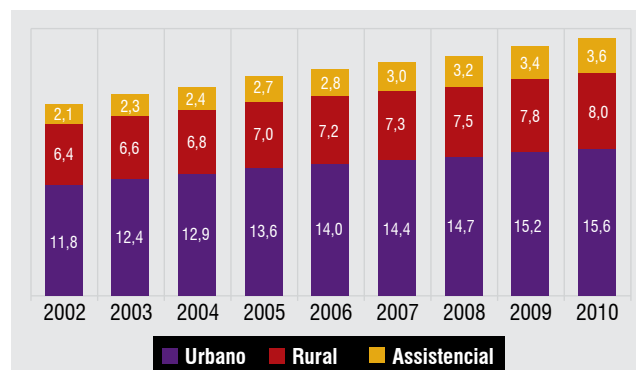


Gráfico 4
Evolução da quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social (em milhões) – Média de janeiro a junho – 2002-2010

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS): Boletim da Previdência Social (BEPS).
Elaboração: SPS/MPS.

a dimensão da discrepância entre a observação de “desequilíbrio financeiro”, defendido pelo *mainstream*, e a real contabilização do saldo previdenciário.

Do outro lado, a parte da conta destinada à arrecadação não apresenta nenhum equívoco na sua estrutura, segundo a interpretação restrita/ortodoxa. Observa-se que a conta é composta por: Receitas Correntes, Recuperação de Créditos, Restituições de Contribuições e Transferências a Terceiros.

Contudo, sabemos que a Constituição brasileira define que a Previdência Social faz parte da Seguridade Social, a qual abrange as contas de assistência social, saúde e previdência. Dessa maneira, outras formas de arrecadação financeira fazem parte do orçamento econômico da Seguridade, como a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a extinta CPMF². Portanto, os Gráficos 3 e 4 não evidenciam as contribuições citadas anteriormente, podendo ser passíveis de críticas quanto as suas construções conceituais.

Segundo Cechin (2007), para resolver alguns desses problemas da Previdência Social, ações deveriam acontecer: a manutenção do conceito de seguridade social, com direitos e deveres na rede de proteção social, porém, admitindo-se mudanças no financiamento; a separação entre previdência e assistência social, uma com características contributiva e retributiva, e a outra baseada na incapacidade e necessidade, respectivamente, atuando de forma complementar; revisões periódicas na alíquota de contribuição, detectando e resolvendo eventuais problemas que apareçam.

Seria razoável afirmar que a seção de “Benefícios Assistenciais” está contida na conta de Benefícios Totais Concedidos (ver Gráfico 3) em razão da construção conceitual da Carta Magna de 1988. Isto é, a forma como a visão conservadora – e dominante dos analistas de mercado – aborda o sistema previdenciário mostra-se inconsistente e estruturalmente equivocada, pois mistura parâmetros do modelo social com uma avaliação restrita/ortodoxa.

² A Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) teve esfera de aplicação federal e vigorou entre 1997 a 2007. Sua última alíquota foi de 0,38%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas apontados neste trabalho estão relacionados com o equilíbrio e o saldo financeiro econômico da Previdência Social. Primeiramente, é importante perceber que no decorrer da consolidação do sistema previdenciário houve conquistas dos direitos sociais, imprescindíveis para a manutenção da democracia no país.

Observa-se que um dos pontos falhos da crítica da linha conservadora sobre os desajustes atuariais do sistema previdenciário está ligado às distinções, legais, por gênero, por ocupação, por regime jurídico e entre urbanas e rurais. Ou seja, na opinião da linha conservadora não deveria existir diferenças legais no tempo de contribuição e idade; cada indivíduo, seja ele do sexo masculino ou feminino, deve contribuir para ter direito a aposentadoria. Da mesma forma, critica-se a diferenciação feita entre algumas profissões, como o caso de profissionais do magistério, que gozam do direito de aposentadoria com menor tempo de contribuição que os demais, por causa dos desgastes físicos inerentes à profissão ou por incentivo.

Além da diferenciação por profissão, é colocada em questão a sugestão de alongamento do período de contribuição mínimo e a elevação das idades de aposentadoria. A maior inconsistência do argumento desta visão restrita/ortodoxa é a consideração, equivocada, de que o orçamento de gastos do sistema previdenciário carrega em sua estrutura a conta de Benefícios Assistenciais, a qual estaria exercendo um papel redistributivo e não atuarial. Deste modo, o desequilíbrio financeiro sustenta-se em cima de um saldo contábil que carrega valores que não deveriam estar sendo incluídos.

Sendo assim, a quantidade de benefícios cedidos à população rural é formada em grande parte por benefícios assistenciais. Isto é, a dinâmica econômica da zona rural do Brasil é pauperizada, quando comparada proporcionalmente à zona urbana. Esse fato é refletido no pequeno montante de contribuições pagas pelos trabalhadores rurais – cuja sua maioria atua de forma informal – em comparação aos benefícios recebidos.

Entretanto, a informalidade não é exclusiva da zona rural, pois grande parte da população urbana enfrenta

esse problema. Sendo assim, um dos responsáveis pelo possível déficit da Previdência Social é a inclusão da sessão “Benefícios Assistenciais” dentro da conta de Benefícios Concedidos Totais, que constitui parte do orçamento previdenciário.

Em suma, este trabalho propõe que estudos mais consistentes acerca da Previdência Social sejam feitos para que se possa criticar ou sugerir reformas e possíveis adaptações da arquitetura autoral. Pelo fato de a sociedade brasileira não ter um nível de renda suficientemente maduro para sustentar mudanças restritivas da Previdência Social, como propõe a visão ortodoxa, é sugerido seguir o que está previsto na Constituição de 1988.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 out. 2010.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Estatísticas do Tesouro Nacional*. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estatistica/>>. Acesso em: 12 dez. 2010.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. *Regime geral de previdência social: balanço do 1o. semestre de 2010*. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/>>. Acesso em: 5 dez. 2010.
- _____. *Estatísticas da previdência social*. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>. Acesso em: 15 de nov. de 2010.
- CECHIN, José; *Reformas da arquitetura da previdência social: o que foi feito na última década e o que precisa ser feito*. IPEA: Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/Reformas_Cechin.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010
- CECHIN, José; CECHIN, Andrei Domingues. Desequilíbrios: causas e soluções. In: TAFNER, Paulo; GIAMBIAGI, Fabio. *Previdência social no Brasil: debates, dilemas e escolhas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Cap. 6.
- FILGUEIRAS, Luiz. *Reforma da previdência: um ataque à democracia, aos trabalhadores e aos servidores públicos*. Salvador: FCE/UFBA, 2003. Mimeo.
- FILGUEIRAS, Luiz; LOBO, Breno. Política e economia na reforma da previdência. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2003 e perspectivas – reformas e políticas de crescimento*, Salvador, v.13, n.3, p. 717-738, dez. 2003.
- MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da seguridade social*. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MOTA, T. B. R. *Previdência social no âmbito da inversão da pirâmide etária*. 2010. Monografia apresentada na Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão-SE, 2010.
- MUNHOZ, José Luiz. *Previdência social: um estudo comparado do modelo brasileiro de previdência social pública e do modelo chileno de previdência*. 2007. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2007.
- SEPUVEDA, Manoel. C. Previdência e seguridade social do Brasil: uma análise da viabilidade do sistema atual. In: SEPÚVEDA, Osmar G. (Org.). *Reflexões de economistas baianos 2010*. Salvador: Corecon (BA), 2010.
- SOUSA, J. P. *80 anos de Previdência Social: a história da previdência social no Brasil – um levantamento bibliográfico documental e iconográfico*. Brasília: MPAS, 2002.





A contabilidade de custos como instrumento de gestão no setor público

Marcelo Bernardino Araújo*

A gestão da máquina pública depende de planejamento e controle na execução dos serviços públicos para uma boa transparência em seus gastos. Diferente da iniciativa privada, o setor público não tem experiência com sistemas de custos. Nem mesmo há uma sistemática disponível para sua implantação, apenas há uma determinação.

Este trabalho tem como objetivo demonstrar o tratamento dado aos custos no setor público, em que só pode ser feito o que a lei permite, conforme o princípio constitucional da legalidade.

Neste artigo serão analisados os aspectos constitucionais que regem as diretrizes da Contabilidade Pública, da Lei nº 4.320/1964, que trata dos custos dos serviços industriais; e nosso foco principal, que se encontra na Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina aos entes públicos a adoção de um controle nos custos por meio de um sistema de informação.

* Mestrando em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Contador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). mbernardinos@gmail.com

O artigo fará menção a um projeto piloto da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia em implantação, um sistema de custos denominado Apropriação de Custos Públicos (ACP). Verificará, também, se o controle dos custos atendeu as necessidades da referida Administração. Acredita-se que todo controle tem seus benefícios, diretos e indiretos.

Espera-se que sejam satisfeitos os objetivos de: avaliar os custos da Administração Pública em suas unidades administrativas, das suas ações e programas; auxiliar na construção de indicadores de desempenho; e atender às demandas específicas de cada órgão público.

Na LRF, o conceito da responsabilidade do gestor público é fundamental, e o insumo custo é ferramenta para construção de indicador de desempenho deste administrador público, que será avaliado não mais pela quantidade de realizações, mas pela qualidade e equilíbrio fiscal mantido quando da execução dessas realizações.

ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

A Constituição de 1988 trouxe uma novidade no que se refere a Finanças Públicas em seu art. 165:

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

Kohama (2000) observa que a sua adoção deveu-se a estudos feitos pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de determinar as ações a serem realizadas pelo poder público, escolhendo as alternativas prioritárias e compatibilizando-as com os meios disponíveis para colocá-las em execução, chamando-o de Sistema de Planejamento Integrado. No Brasil também é conhecido como Processo de Planejamento-Orçamento.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (BRASIL, 2003a), os gastos (receita prevista menos despesa fixada) no setor público podem ser mensurados por meio de instrumentos de planejamento, tais como: Plano Plurianual (PPA),

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas para as despesas públicas, inclusive aos programas de duração contínua.

A LDO compreende metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, dá orientações à LOA, dispõe sobre as mudanças na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO nos municípios deve tratar também sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos programas financiados com recursos do Orçamento (art. 4º, inciso I, letra e), dentre outras.

Segundo Silva, Amorim e Silva (2004), uma importante inovação da LRF é a implementação de normas relativas ao controle de custos no setor público, porém é um dos desafios da administração pública, pois a implantação de um sistema de custos apresenta dificuldades operacionais e conceituais.

A LOA demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas de acordo com as regras previstas na LDO e no PPA.

Assim, com esses instrumentos é possível detectar informações de custos em vários setores do poder público,

Os gastos [...] no setor público podem ser mensurados por meio de instrumentos de planejamento, tais como: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)

tendo este artigo por objetivo tratar como esses aspectos são evidenciados e como essas informações podem se transformar em avaliações ou informações gerenciais para a gestão pública.

PANORAMA GERAL DA INFORMAÇÃO PÚBLICA

Conforme Meirelles (2006), o princípio de publicidade, descrito no art. 37 da Constituição, pode ser conceituado como:

Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. Daí por que as leis, atos e contratos administrativos que produzem consequências jurídicas fora dos órgãos que os emitem exigem publicidade para adquirirem validade universal, isto é, perante as partes e terceiros. A publicidade não é elemento formativo do ato; é requisito de eficácia e moralidade. Por isso mesmo, os atos irregulares não se convalidam com a publicação, nem os regulares a dispensam para sua exequibilidade, quando a lei ou o regulamento a exige.

Para Silva, Amorim e Silva (2004, p. 25), “gestão fiscal transparente é aquela em que os atos praticados pelo gestor público são divulgados amplamente de forma clara e objetiva à sociedade toda”.

No quesito transparência da administração pública, a LRF diz em seu art. 48:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, os quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Percebe-se que na área pública não há muita distinção do que é custo e do que é despesa, pelas informações geradas pelos Demonstrativos Públicos, a não ser pelos serviços industriais, conforme disposto no art. 99 da Lei nº 4.320/64:

Na área pública não há muita distinção do que é custo e do que é despesa, pelas informações geradas pelos Demonstrativos Públicos, a não ser pelos serviços industriais

Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum.

Segundo Machado Jr. e Reis (2003), a referida contabilidade especial é a Contabilidade de Custos, ramo especializado da ciência contábil cuja finalidade é o estudo dos custos incorridos na produção, com o objetivo de fixar política de preço. Diz também que “a tendência organizacional, porém, é a descentralização dos serviços em autarquias, sociedade de economia mista e empresas públicas com contabilidade própria” (MACHADO JR.; REIS, 2003, p.156-157).

Conforme Kohama (2000), Despesa Pública são os gastos fixados na LOA ou em lei especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais. A discriminação da despesa far-se-á por elementos, que é o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras, dentre outros.

NECESSIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS

Sobre a necessidade de implantação de custos no setor público, a Sefaz-BA (BAHIA, 2002), comenta:

A introdução de um sistema de Custos para a Administração Pública representa uma inovação, pois nas

organizações deste setor não existe ainda, de forma consolidada, uma cultura corporativa baseada na eficiência das ações governamentais, medida em termos de resultados e indicadores de desempenho. Nesse sentido as informações sobre custos deverão trazer aos gestores públicos importantes subsídios para a tomada de decisões e planejamento das atividades, bem como para a aferição do desempenho das diversas unidades.

Segundo a Lei nº 4.320/64, art. 85, que trata dos serviços de contabilidade:

Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Com base no artigo, nos diz Machado Jr. e Reis, (2003 p. 187) que o controle gerencial e financeiro deve ser realizado com a finalidade de atender a Administração com dados que possibilitem verificar se as metas programadas estão sendo alcançadas.

A contabilidade como ciência produz relatórios para tomada de decisão a fim de melhorar a arrecadação de receitas. Melhorar o mecanismo de cobrança dá base para uma melhor programação das despesas e, ainda, mecanismos de controle sobre a composição qualitativa e quantitativa do patrimônio do ente público. A este cabe a análise e a interpretação dos resultados obtidos.

Machado Jr. e Reis (2003) observam ainda que o desenvolvimento de um sistema de informações deverá ser executado sob o prisma de um Plano de Contas, estruturado com base nas regras da Lei nº 4.320/64, nos princípios fundamentais de contabilidade e nas necessidades da Administração, que estabelecerá regras específicas de Contabilidade aplicada ao setor público, observadas as normas gerais estabelecidas pela lei.

Conforme Silva, Amorim e Silva (2004), a LRF, art. 50 § 3º, determina a criação de um sistema de custos, para avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A LRF, art. 50 § 3º, determina a criação de um sistema de custos, para avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Segundo o CFC (BRASIL, 2003a):

Os Tribunais de Contas deverão, além das suas atribuições normais, atuar de forma preventiva, segundo o que dispõe o art. 59 e §§ 1º, 2º e 3º, alertando os municípios quando estiverem prestes a ultrapassar quaisquer dos limites de gastos e de endividamento estabelecidos na LRF e apontar quaisquer fatos que possam levar ao comprometimento dos custos ou dos resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Já a LRF, no seu art. 59, § 1º, V, afirma:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Segundo o CFC (BRASIL, 2003b), no projeto de lei da LDO deverá constar dentre as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos, como exemplo, que o controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal será desenvolvido de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos

programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, dentre outras. E que os custos serão apurados por meio das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas realizadas e apuradas ao final do exercício.

UM CASO EM IMPLANTAÇÃO

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia é um dos primeiros entes públicos a desenvolver um projeto com base na determinação da LRF em seu art. 50 § 3º. Ela o chamou de ACP (Apropriação de Custos Públicos), que é um sistema de controle gerencial, integrado aos sistemas corporativos do estado, com a finalidade de proporcionar aos gestores públicos informações relevantes sobre os custos envolvidos na prestação dos principais produtos e serviços ofertados pelo estado.

Sendo a iniciativa de criação do sistema pioneira dentro da Administração Pública, são poucas as referências teóricas sobre o assunto (embora no âmbito das empresas privadas a gestão de custos seja uma prática largamente utilizada).

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia é um dos primeiros entes públicos a desenvolver um projeto com base na determinação da LRF [...]. Ela o chamou de ACP [...], que é um sistema de controle gerencial, integrado aos sistemas corporativos do estado

Neste aspecto o ACP utiliza os subelementos de despesa da contabilidade pública e identifica aqueles que representam consumo de recursos como “Itens de Custo”, agrupando-os segundo a sua natureza

Parte do conhecimento que fundamenta o ACP foi produzido pelos próprios servidores, representantes de todas as secretarias do estado da Bahia, com a participação de consultoria especializada na metodologia de custeio ABC, *activity based costing* (custeio baseado em atividades).

Segundo a Sefaz-BA (BAHIA, 2002):

O objetivo do ACP é atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, ainda, possibilitar a avaliação dos custos do Estado em suas diversas unidades administrativas, ações produtos e serviços, subsidiar na construção de indicadores de desempenho da administração pública e às demandas específicas dos diversos gestores.

Para atender a tal objetivo são feitos três questionamentos:

- O que se gasta?
- Como se gasta?
- Quem gasta?

No primeiro, deve-se identificar quais são os principais itens de custo e quais são os recursos consumidos no desempenho das atividades comuns. Neste aspecto o ACP utiliza os subelementos de despesa da contabilidade pública e identifica aqueles que representam consumo de recursos como “Itens de Custo”, agrupando-os segundo a sua natureza em “Categorias de Custo”.

No segundo, a Sefaz-BA (BAHIA, 2002) comenta:

O ACP deverá informar quais são de fato as unidades funcionais que estão demandando recursos para executar suas atividades. Enquanto a contabilidade pública atualmente informa a distribuição do gasto por Unidade Orçamentária e Unidade Gestora, nada nos diz sobre a composição dos gastos por Diretoria, Superintendência, Inspetoria Fazendária, Escola, Posto de Saúde etc.

E, finalmente, para responder à terceira questão, o ACP demonstrará de que modo os custos são produzidos dentro de cada uma das Unidades de Custo. Após o processo de departamentalização, dentro de cada Unidade, os custos serão rastreados para as principais atividades desenvolvidas em cada setor, utilizando-se o método ABC de custeio.

Como já mencionado, o sistema é integrado aos demais sistemas de informações da Secretaria de Fazenda. Outra característica do sistema é que ele está sendo desenvolvido com base em dois métodos: a departamentalização dos custos e o custeio pelo método ABC.

A departamentalização dos custos significa realocar as informações relativas aos gastos executados pelas unidades funcionais, que já se encontram controladas pela contabilidade pública, mas concentradas nas Unidades Gestoras. A contabilidade pública informa adequadamente o gasto efetuado por Unidade Gestora, mas ela não diz quais são as unidades funcionais que demandam estes gastos, não sendo possível uma avaliação da eficiência destas últimas no que diz respeito aos custos incorridos.

O Custeio ABC é uma metodologia que reduz sensivelmente algumas das distorções dos métodos de custeio tradicionais, que por sua vez empregam em larga escala diversos tipos de "rateios". No âmbito do ACP, a prática dos rateios será minimizada, em nome de uma maior consistência das informações apresentadas e busca pela responsabilização do gasto.

Segundo Martins (2003), o sucesso de um sistema de informações depende do pessoal que o alimenta e o faz funcionar. O sistema representa um conduto que recolhe dados em diversos pontos, processa-os e emite relatórios na outra extremidade. Tais relatórios não podem ser de

Custeio ABC é uma metodologia que reduz sensivelmente algumas das distorções dos métodos de custeio tradicionais, que por sua vez empregam em larga escala diversos tipos de "rateios"

qualidade melhor do que a qualidade dos dados recebidos no início do processamento. Os dados iniciais quase sempre dependem de pessoas, e se estas falharem ou não colaborarem, todo o sistema acabará arruinado.

Conforme a Sefaz-BA (BAHIA, 2002):

Sendo, portanto, uma inovação na gestão pública atual, o ACP tende a ser aperfeiçoado ao longo do seu desenvolvimento, incorporando novos conceitos e adaptando-se cada vez mais às especificidades das organizações públicas, e às necessidades de informação por parte dos gestores e da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi demonstrado neste artigo, nota-se a necessidade de se atender a um dispositivo legal, não apenas para seu cumprimento, mas também para uma maior qualidade e transparência na informação dos gastos públicos.

Pode-se concluir, por meio da pesquisa bibliográfica, que ainda não temos uma metodologia pronta para controle dos custos públicos, e que os resultados obtidos pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia ainda não são satisfatórios, por estarem em fase de implantação.

O sucesso para criação de um sistema aceitável de custos na área pública depende, fundamentalmente, da união dos entes públicos para o desenvolvimento deste processo e para uma implantação conjunta e padronizada.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Fazenda. *Apropriação de custos públicos*. Salvador: SEFAZ, [2002]. Disponível em: <http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/acp_metodologia_projeto.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 368 p.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, n. 86, 5 maio 2000. p. 1.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. *LRF fácil*: guia contábil da Lei de Responsabilidade: para aplicação nos municípios – aspectos gerais. 5. ed. Brasília, DF, jul. 2003a. v. 1.

_____. *LRF fácil*: guia contábil da Lei de Responsabilidade: para aplicação nos municípios – instrumentos de planejamento. 5. ed. Brasília, DF, jul. 2003b. v. 2.

KOHAMA, Helio. *Contabilidade pública teoria e prática*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO Jr., J. Teixeira; REIS, H. da Costa. *A Lei 4.320 comentada*. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de custos*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, M. Marques da; AMORIM, F. Antônio; SILVA, V. Leônio da. *Lei de Responsabilidade Fiscal para os Municípios – Uma abordagem prática*. São Paulo: Atlas, 2004.

Rachel Carson e os gritos da Primavera Silenciosa

Francisco Emanuel Matos Brito*



Eu sou a mosca que pousou em sua sopa
Eu sou a mosca que pintou pra lhe abusar (...)
E não adianta vir me dedetizar
Pois nem o DDT pode assim me exterminar
Porque você mata uma e vem outra em meu lugar
(Raul Seixas, *Mosca na Sopa*)

CARSON, Rachel. *A Primavera Silenciosa*. [S.l.]: Gaia, 2010. 328 p. Resenha de: BRITO, Francisco Emanuel Matos. Salvador, 2010.

Depois de um longo período no qual os problemas ambientais só fizeram aumentar, eis que surge uma nova edição do livro clássico do ambientalismo, *A Primavera Silenciosa*, de autoria de Rachel Carson, lançado pela Gaia Editora, em 2010.

Nascida em 1907, Rachel Carson era detentora de um estilo poético que foi identificado e lapidado desde a infância. Tal qualidade, acrescentada à formação em biologia, ao mestrado em biologia marinha e à publicação de uma trilogia contendo um estudo profundo sobre o mar – que lhe rendeu, inclusive, prêmios e reconhecimento científico –, retrata a trajetória daquela que se tornaria uma adversária de respeito a se colocar no caminho das multinacionais da indústria química.

Em 1945, antes da edição do livro, a autora tentou publicar, sem sucesso, um artigo para o *Reader's Digest* sobre o uso indiscriminado de inseticidas, dentre eles o DDT

(Dicloro-difenil-tricloreto). Treze anos depois, ao receber a carta de uma leitora, na qual ela relatava a amarga experiência traduzida na alta mortalidade de pássaros acarretada por pulverizações de inseticidas, Carson decidiu retomar o projeto de abordar os perigos do DDT.

O livro foi publicado em 1962 e teve grande repercussão. No primeiro capítulo, intitulado *Uma fábula para o amanhã*, a autora descreve, de maneira inspirada, uma cidade americana atacada por uma estranha doença – produzida por um “pó misterioso” – que teria, inicialmente, atingido as plantas e, posteriormente, se alastrado, ocasionando a morte dos peixes, animais, pássaros, homens e até das crianças, transformando assim a primavera numa estação moribundamente silenciosa.

Em que pese esta cidade não existir, com o passar dos janeiros percebemos que vários locais do mundo também enfrentaram e continuam enfrentando situação semelhante na forma de tragédias ambientais e à saúde humana, acarretadas pela contaminação por agrotóxicos. Os impactos provocados pela publicação do livro abalaram uma unanimidade estabelecida em torno dos benefícios proporcionados pelos inseticidas, como também a fé cega no conhecimento científico que povoava o imaginário coletivo do povo americano, que, por sua vez, era respaldada pelo projeto desenvolvimentista implementado pelos Estados Unidos.

O DDT gozava de alto conceito, com uma folha de relevantes serviços prestados à máquina de guerra dos EUA, sobretudo por ter protegido as tropas americanas das picadas e da enfermidade provocada pelo mosquito da malária na guerra do Pacífico. Finda a guerra, os poderes do DDT foram empregados na agricultura para matar insetos, até chegarem ao âmbito doméstico. A notoriedade crescente

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (Nuclear) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA) e do Núcleo de Estudos do Meio Ambiente (NUMA) da UNEB/PROEX. frembrito@gmail.com.

deste agrotóxico e o seu uso cotidiano fizeram com que o substantivo (DDT) fosse transformado em verbo. DeDeTizar, além de soar como uma ação eficazmente mortífera contra os insetos (atenção: somente contra os insetos!, conforme veiculado nas propagandas), no plano simbólico significava que o DDT se tornara o representante geral dos demais agrotóxicos ao nominar todas as aplicações com inseticidas, mesmo que estas não contivessem o DDT.

Os EUA viviam seus melhores dias de nação vitoriosa, recém-saída da segunda guerra na condição de grande fiadora do mundo capitalista. A Revolução Verde, apoiada pelo governo americano e suas instituições multilaterais e capitaneada pelo agrônomo Norman Borlaug, caminhava a passos largos prometendo, no plano ideológico, combater a fome das populações dos países do terceiro mundo – como forma de assegurar a paz e livrá-las da influência da revolução vermelha e comunista – com cultivares de sementes de alta produtividade, cuja eficiência era garantida pela aplicação integral do “pacote” tecnológico formado, dentre outros, pelas sementes, pelos adubos, máquinas e inseticidas.

No plano econômico, a adoção do “pacote” pelos agricultores destes países garantia mercado para tais produtos e lucros significativos para as multinacionais produtoras ao redor do mundo, conforme observado no Brasil do período da modernização da agricultura, com muito crédito rural subsidiado e destinado específica e compulsoriamente à aquisição destas mercadorias integrantes do pacote tecnológico. Pelo visto, numa conjuntura como esta, questionar os predicados dos inseticidas parecia uma heresia carregada de ignorância.

Menos para Rachel Carson, que num ato de coragem resolveu engrossar o até então pequeno coro de críticas ao tomar a peito o desafio de questionar os inseticidas, prestando assim um serviço incalculável às pessoas, aos animais, às plantas e, sobretudo, à causa ambientalista. Ante a denúncia fundamentada num estudo detalhado sobre os efeitos deletérios causados pelo DDT ao meio ambiente e à saúde humana, a indústria química, buscando preservar os lucros, reage e contra-ataca, seja tentando desqualificar o trabalho de Carson com opiniões de peritos e artigos de cientistas patrocinados, seja difamando-a por meio de seus representantes, ao acusá-la de comunista e também de homossexual.

Entretanto a pressão acarretada pelas manifestações de setores da população sobre os parlamentares visando a regulamentação do uso do DDT e de outros agrotóxicos, decorrente da repercussão do livro, fez com que o governo americano – que até então não havia dispensado a devida importância para a gravidade do problema – resolvesse investigar os efeitos destes produtos, confirmasse as constatações de Rachel Carson e, posteriormente, criasse instituições reguladoras e proibisse a produção do DDT nos EUA.

Rachel Carson morreu em 1964. Em que pese a contribuição dela para a causa ambiental e para o movimento dos consumidores, ao longo de pouco mais de quatro décadas e meia, os problemas relacionados à saúde humana e ao meio ambiente provocados pelos agrotóxicos só fizeram aumentar. No caso do Brasil, é lamentável constatar que o país assume o posto de campeão mundial de uso de agrotóxicos, gastando 7 bilhões de dólares/ano. O país consumiu, em 2009, 2,37 mil toneladas, tornando-se também o principal destino consumidor de agrotóxicos já proibidos na União Europeia, Estados Unidos e até no Paraguai.

Vale mencionar ainda a contaminação de trabalhadores por agrotóxicos e de produtos agrícolas, a exemplo de pimentões, tomates, morangos, alfaces e cenouras, envenenados por agricultores ativos defensores do uso de agrotóxicos que se recusam a consumi-los em casa, transferindo assim o problema para os consumidores das cidades. Tal situação, associada ao baixo desempenho e até mesmo à conivência dos órgãos e agências reguladoras, revela um flagrante desrespeito ao direito constitucional que todo brasileiro tem à saúde, à segurança alimentar e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em tempos (pós) modernos, nos quais a humanidade se defronta com problemas mundiais, a exemplo da poluição que abre buracos na camada de ozônio, da redução da quantidade da água, do incremento da desertificação, da necessidade de fontes alternativas de energia, da onipresença dos agrotóxicos e, recentemente, dos produtos geneticamente modificados (transgênicos), Rachel Carson (2010, p.28) faz uma advertência que, decorridos 48 anos, mantém toda a atualidade, ao afirmar que “as gerações futuras provavelmente não perdoarão a nossa falta de preocupação prudente com a integridade do mundo natural que sustenta toda a vida”.

A agenda da copa

Ney Campello
Secretário Estadual para Assuntos
da Copa da FIFA Brasil 2014.



Quanto mais se aproxima a data da realização do Mundial de 2014, mais o assunto cresce em importância e torna-se ainda mais representativo na agenda do Estado brasileiro.

Percebe-se uma crescente euforia e enorme expectativa advindas da preparação desta que será a 2ª Copa do Mundo sediada no Brasil, após longos 64 anos. Natural para um povo amante do futebol, cuja identidade quase se confunde com a prática desta modalidade esportiva, historicamente celebrada como um símbolo do orgulho nacional.

Uma correta compreensão do que significa para o país a condição de anfitrião do maior evento midiático do planeta, e em que contexto este evento se realizará, certamente contribui para dele extrairmos o máximo de benefícios esportivos, sociais e econômicos para a sociedade brasileira. Há que se observar, com igual importância, os requisitos atinentes à aplicação dos recursos públicos nas competições, com o fito de assegurarmos transparência, eficiência e controle social dos investimentos que serão realizados.

A Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, como revela a própria designação, é um evento privado, de propriedade da entidade internacional do futebol, a FIFA, que vem gerenciando o torneio mundial com crescente e invejável profissionalização, marcada pelo emprego de alta tecnologia aplicada a grandes espetáculos, serviços sofisticados de transmissão e exibição dos jogos, orçamento estimado em US\$ 400 milhões, mobilização de grandes corporações patrocinadoras, com expectativa de audiência televisiva acumulada de 39 bilhões de espectadores, visto que um torcedor assiste a vários jogos.

Sob este prisma, o país que sedia as competições atua como provedor dos requisitos estipulados no Caderno de Encargos da FIFA – dentre eles o Host City Agreement e o Stadium Agreement –, mediante os contratos celebrados entre a entidade, o governo federal e as cidades-sede.

Arenas esportivas com alto padrão de qualidade, conforto e segurança, obras de mobilidade urbana e acessibilidade, portos e aeroportos modernos e sustentáveis, rede hoteleira compatível com a previsão de visitação de mais de 600 mil estrangeiros, receptivo treinado e qualificado em diferentes idiomas são algumas das principais condicionantes requeridas pela entidade internacional do futebol.

O esforço público para o atendimento de tais exigências é compensado com a visibilidade internacional que o país e os estados conquistam com a realização da Copa, somada à incorporação da *expertise* e os ganhos tecnológicos aportados num megaevento como esse.

O Mundial de 2014 integra uma extensa agenda do esporte nacional, que começa este ano com os Jogos Militares no Rio de Janeiro, continua, em 2013, com a Copa das Confederações, prossegue com a Copa América, em 2015, e conclui o ciclo com as Olimpíadas e Paraolimpíadas em 2016. Vale ressaltar que a Bahia deve participar de quase TODOS esses eventos. Esse ciclo virtuoso eleva o esporte à condição de estratégia nacional de desenvolvimento e promoção humana, fato alvissareiro para um modelo de desenvolvimento sustentável no país.

Entretanto, há outro viés de análise da Copa 2014, sob o ponto de vista dos legados e externalidades positivas

potencialmente resultantes da preparação e realização do evento. Nesta dimensão de análise, a Copa 2014, além de catalisadora e indutora de aceleração de obras e projetos estruturantes, oferece ao país oportunidades únicas, sejam elas econômicas, esportivas ou socioculturais.

Cidades requalificadas e sustentáveis, soluções para os problemas metropolitanos da mobilidade, maior eficiência e qualidade na prestação de serviços, modernização das redes hoteleiras, reestruturação dos nossos aeroportos e portos, requalificação de praças, parques e da infraestrutura turística, revitalização dos centros históricos e fomento à diversidade cultural brasileira são objetivos que devem ser perseguidos via o bom pretexto da Copa, ainda que representem demandas e direitos que não se restringem ao evento.

Na dimensão dos legados, a própria incorporação do Mundial como parte da agenda nacional colabora para a consecução destes objetivos. Um evento destas proporções estimula um debate nacional sobre o tipo de nação e cidades que desejamos depois que os jogos findarem. Não por acaso, as 12 sedes estão distribuídas nas cinco regiões do mapa geopolítico brasileiro, suscitando o debate federativo sobre a redução das assimetrias regionais que persistem no Brasil.

Segundo estudos divulgados pelo Ministério do Esporte, os impactos da Copa 2014 na economia brasileira podem alcançar cifras próximas a R\$ 183 bilhões, sendo a maior parte (73%) referente aos reflexos indiretos na economia. Infraestrutura de portos, aeroportos, estádios e mobilidade, visitação esperada de 600 mil turistas estrangeiros, geração de centenas de milhares de postos de trabalho permanentes e temporários, incremento no consumo e arrecadação tributária constituem os principais vetores de crescimento esperados em função das competições.

Razão pela qual é justa a expectativa de uma distribuição equânime dos investimentos públicos e dos aportes privados, oportunizando o fortalecimento das economias regionais, em especial no Norte e Nordeste brasileiros.

Igual raciocínio deve ser aplicado à distribuição do *mix* de eventos que compõem as competições de 2013 e 2014.

Abertura e encerramento da Copa das Confederações, show e abertura do Mundial em 2014, oitavas, quartas, semifinais e final do torneio, congresso da FIFA, sorteio das seleções, Centro de Mídia, Centros Oficiais de Treinamentos, Centros de Treinamentos das Seleções são alguns dos principais eventos que ocorrerão e esperamos sejam distribuídos por critérios que contemplem as 12 sedes, justificando os investimentos que todas elas farão para atender às condicionantes FIFA.

A Bahia reivindica sediar a abertura e/ou o encerramento da Copa das Confederações e a abertura do Mundial de 2014. Sustenta esse pleito por sua representatividade cultural e civilizatória e, também, pelo bom estágio de desenvolvimento do seu projeto.

Como decorrência dessa discussão, o outro legado de indiscutível repercussão refere-se à compreensão do evento como fruto do diálogo entre os entes federativos, União, Estados e municípios, posto que a Copa é, essencialmente, um acontecimento em regime de colaboração federativa. É o chamado LEGADO INSTITUCIONAL.

A Copa articula e integra diferentes organismos, públicos e privados, valorizando o diálogo interinstitucional, o que pode resultar em maior eficiência e melhor alocação de recursos, redução de superposições e retrabalhos. A Copa é uma agenda nitidamente GANHA-GANHA e pode colaborar para a formação de novas competências no âmbito do setor público, sobretudo no uso de tecnologias e estratégias que privilegiam o planejamento, o monitoramento e o estabelecimento de indicadores de performance para os objetivos estipulados pelos governos.

A Bahia, por exemplo, contratou e elaborou o seu PLANO DIRETOR DA COPA, através da Secretaria de Planejamento, em parceria com a Secretaria da Copa (Secopa), demonstrando que o evento precisa estar integrado ao planejamento estratégico do Estado e arregimentar todos os órgãos sistêmicos de governo que possuam interface com a preparação e realização das competições.

No plano da infraestrutura, o maior dos nossos desafios refere-se à mobilidade urbana e à acessibilidade. Salvador, terceira cidade do país em termos populacionais, e com a maior densidade demográfica dentre todas as

capitais, com 10.000 hab/km², perdeu progressivamente o compromisso com a cultura do planejamento e, hoje, enfrenta situação de grave estrangulamento na oferta de circulação de pessoas e veículos. A Copa pode e deve contribuir para uma solução de mobilidade de caráter metropolitano, multimodal e integrado, oportunizando transporte público de qualidade, sustentável e de longo prazo para a população.

O Procedimento de Manifestação de Interesse, sob a liderança da Seplan e da Sedur, deverá contribuir para a definição da melhor solução e opção de investimento. O uso da bicicleta como modal saudável e sustentável de circulação é outro importante tema da chamada Copa Verde. O Governo do Estado apresentou pleito da ordem de R\$ 40 milhões para construção e requalificação de quase 200 km de ciclovias e ciclofaixas, até 2014.

A Arena Fonte Nova é outra obra estruturante e de centralidade para o Governo da Bahia. Mais que um estádio moderno, seguro e confortável, trata-se de um equipamento multifuncional que impactará positivamente a revitalização do Centro Antigo e Histórico de Salvador, incorporando novos usos e funcionalidades para o espaço urbano, além de inserir a capital baiana no circuito internacional do entretenimento.

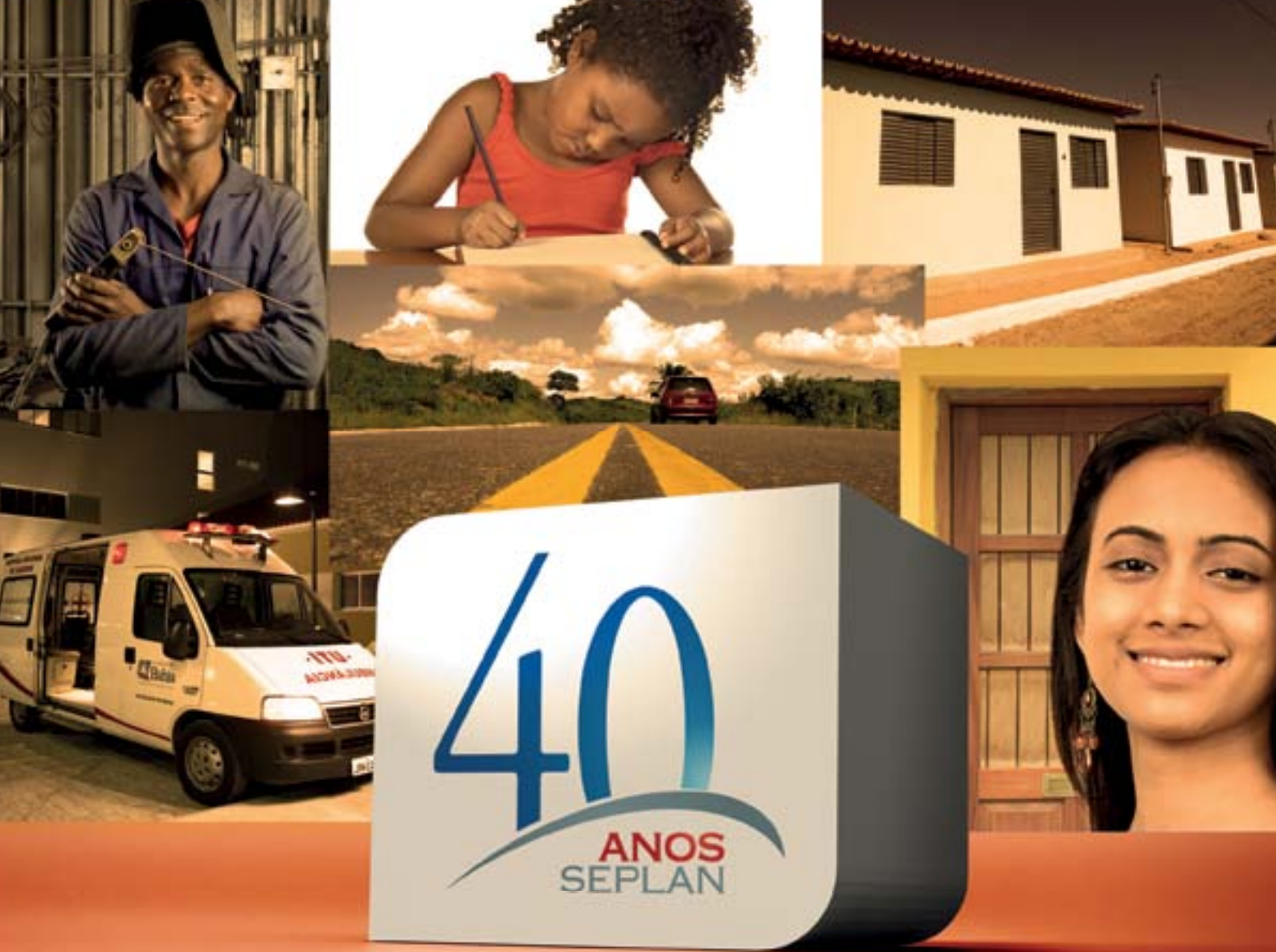
Na dimensão do capital humano, principal dos legados da Copa, a SECOPA pretende mobilizar todas as instituições qualificadoras, públicas e privadas, para o desafio de treinar e qualificar milhares de baianos, formando habilidades e competências essenciais para receber bem

os turistas, mas, sobretudo, constituir opção de empregabilidade e sobrevivência no pós-Copa. O PLANSEQ COPA 2014, do Ministério do Trabalho, e o BEM RECEBER COPA, do Ministério do Turismo, são exemplos de programas que contribuirão para o desafio da qualificação profissional, abordando temas como hospitalidade, empreendedorismo, atendimento e aprendizagem de idiomas estrangeiros.

Esses e tantos outros temas estratégicos, que se relacionam ao evento, ganham força com a implementação do Plano Diretor e a consolidação da governança da Copa na Bahia. O Estado, além da criação de uma secretaria específica para os assuntos da Copa, possui um Comitê Gestor e 10 grupos executivos temáticos para a implementação das ações e articulação de uma carteira de projetos correspondentes às diretrizes e metas estabelecidas pelo governo.

Recentemente, o Governo do Estado celebrou, com a Prefeitura de Salvador, um Termo de Cooperação que institui o COMITÊ ORGANIZADOR UNIFICADO, instância de monitoramento conjunto que se articulará com a FIFA/COL e todos os entes responsáveis pelas dimensões de preparação do evento.

Dois são os grandes objetivos que almejamos alcançar com o Mundial de 2014. Ganhar a Copa, objetivo que expressa a legítima paixão dos brasileiros pelo futebol, e ganhar COM A COPA, motivação maior em busca de oportunidades e benefícios que sejam internalizados às sociedades brasileira e baiana.



A SEPLAN FOI CRIADA HÁ MUITOS ANOS ATRÁS. HOJE, ESTÁ MUITOS ANOS À FRENTE.

A Secretaria do Planejamento está presente em cada projeto e em toda ação do Governo da Bahia. É através de dados e indicações da Seplan que são feitos investimentos para levar água a cada vez mais lugares, recuperar estradas, fazer a educação chegar a quem nunca teve chance, ou seja, melhorar a vida das pessoas. Tudo é feito ouvindo os maiores interessados: os próprios baianos. O PPA Participativo permite que a sociedade colabore com a escolha das prioridades administrativas do Governo. Pensando no futuro, criou-se o Plano Bahia 2023, que, através dos ciclos de debates Pensar a Bahia, possibilitou a população a elaborar, em parceria com o Governo, um planejamento a longo prazo para o Estado. É assim que a Seplan comemora 40 anos: com democracia, desenvolvimento e inclusão social.



www.seplan.ba.gov.br

O estado da Bahia espera investimentos industriais de cerca de **R\$ 33,3 bilhões até 2013**

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia devem chegar a R\$ 33,3 bilhões; espera-se que sejam implantadas e/ou ampliadas 664 empresas de diversos setores, que deverão gerar cerca de 113.093 mil empregos diretos até 2013.

A expectativa é que até 2013 sejam implantados cerca de 540 empreendimentos, o que corresponde a um investimento de aproximadamente R\$ 29,0 bilhões. Considerando as ampliações, espera-se um volume previsto de R\$ 4,4 bilhões, totalizando 121 empresas.

Por Territórios de Identidade, as inversões previstas estão em maior volume no território Metropolitano de Salvador, no qual está previsto um volume de aproximadamente R\$ 10 bilhões alocados em 306 projetos. No território Sertão Produtivo, os investimentos devem chegar a R\$ 5,2 bilhões, com um maior volume na atividade de Extração de Minerais Metálicos para exploração de jazidas de ferro com construção de um mineroduto, além da produção de ferro e cimento. No Recôncavo serão gerados investimentos da ordem de R\$ 3,8 bilhões, com 33 projetos de empresas com a intenção de investir no estado.

Por Complexo de Atividade destaca-se o *Químico-petroquímico* com um volume de R\$ 8,5 bilhões, o que envolve a intenção de 148 empreendimentos em se implantarem no estado até 2013. No Complexo *Atividade mineral e beneficiamento*, o volume previsto chega a R\$ 6,7 bilhões, com base em 34 projetos de empresas com decisão de

investimento. No complexo *Metal-mecânico*, os investimentos devem chegar a R\$ 3,2 bilhões a partir de 74 projetos. Neste complexo destaca-se a previsão de ampliação da produção de uma grande empresa do setor. Vale destacar o Complexo *Outros* com inversões previstas que chegam a R\$ 9,8 bilhões, destacando-se inversões para a área de energia, mais precisamente a geração de energia eólica e em PCH (pequenas centrais hidrelétricas). Pretende-se implantar vários parques eólicos e pequenas hidrelétricas espalhadas por diversos municípios do estado.

Essa política de atração de investimentos industriais adotada pelo governo do estado da Bahia, com o objetivo de incentivar a vinda de empresas dos mais variados segmentos, vem ao longo dos anos contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento econômico e social do estado, com a diversificação do parque industrial e a mudança, mesmo que gradativa, do perfil da sua matriz, com a instalação de empreendimentos dos mais variados segmentos. Esta ação governamental, cujo objetivo é desenvolver o setor industrial baiano, vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente, esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, o qual concede benefícios fiscais para as empresas dos mais variados setores que tenham a intenção de investir no estado.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com



Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por
complexo de atividade – 2010-2013

Complexo	Volume (R\$1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	2.771.805.028	137	8,3	20,6
Atividade mineral e beneficiamento	6.680.038.611	34	20,1	5,1
Calçados/têxtil/confeções	991.561.397	67	3,0	10,1
Complexo madeireiro	163.183.896	25	0,5	3,8
Eletroeletrônico	297.581.955	67	0,9	10,1
Metal-mecânico	3.242.463.407	74	9,7	11,1
Químico-petroquímico	8.536.543.593	148	25,6	22,3
Reciclagem	7.800.000	2	0,0	0,3
Transformação petroquímica	810.421.712	74	2,4	11,1
Outros	9.800.410.019	36	29,4	5,4
Total	33.301.809.618	664	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/12/2010.

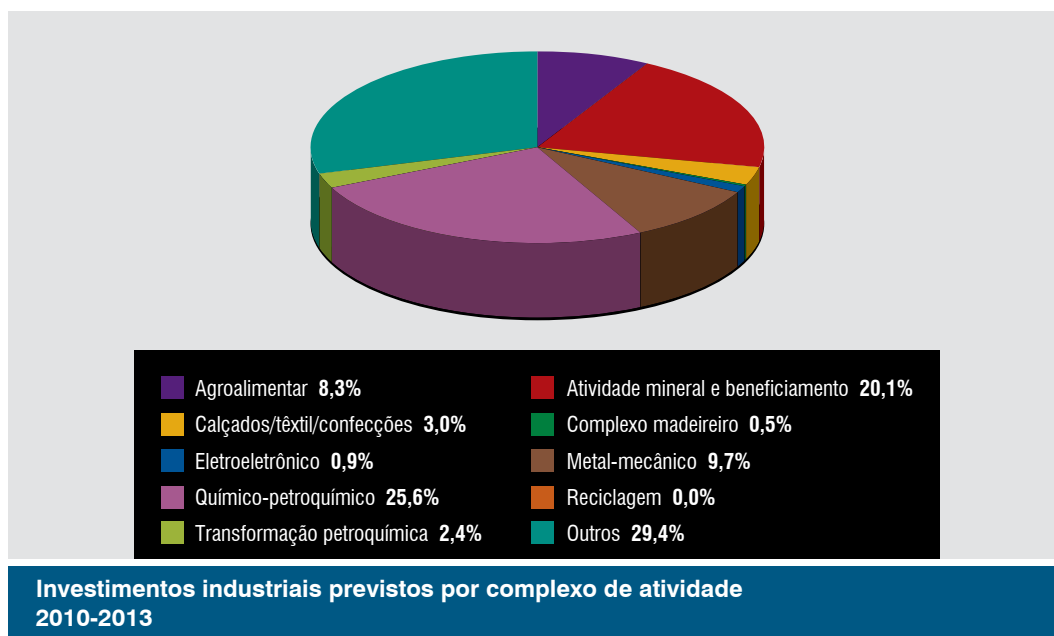
Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por território
de identidade – 2010-2013

Território	Volume (R\$1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.686.065.667	26	5,1	3,9
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	388.519.785	21	1,2	3,2
Bacia do Jacuípe	14.364.490	3	0,0	0,5
Bacia do Paramirim	4.500.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,2
Baixo Sul	685.866.869	7	2,1	1,1
Chapada Diamantina	974.322.137	5	2,9	0,8
Extremo Sul	1.090.581.487	24	3,3	3,6
Irecê	27.193.000	3	0,1	0,5
Itapetinga	189.270.227	12	0,6	1,8
Litoral Sul	2.026.955.397	53	6,1	8,0
Médio Rio de Contas	553.658.237	15	1,7	2,3
Metropolitano de Salvador	10.058.512.195	306	30,2	46,1
Oeste Baiano	1.505.536.098	29	4,5	4,4
Piemonte da Diamantina	892.975.297	3	2,7	0,5
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0,1	0,8
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0,1	0,2
Portal do Sertão	349.196.134	54	1,0	8,1
Recôncavo	3.817.658.219	33	11,5	5,0
Semiárido Nordeste II	18.336.622	3	0,1	0,5
Sertão do São Francisco	1.172.904.375	16	3,5	2,4
Sertão Produtivo	5.233.343.086	8	15,7	1,2
Sisal	14.500.000	5	0,0	0,8
Vale do Jequiriçá	1.939.183.000	7	5,8	1,1
Velho Chico	503.000.000	2	1,5	0,3
Vitória da Conquista	100.457.136	21	0,3	3,2
Total	33.301.809.618	664	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 31/12/2010.



Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/12/2010.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: *Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico*, *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Diário Oficial do Estado da Bahia*. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

O TRABALHO FORMAL EM DESTAQUE

UMA OPORTUNIDADE
INÉDITA PARA VOCÊ
CONFERIR A EVOLUÇÃO
DO EMPREGO EM
NOSSO ESTADO.

ANUÁRIO DO EMPREGO
FORMAL DA BAHIA



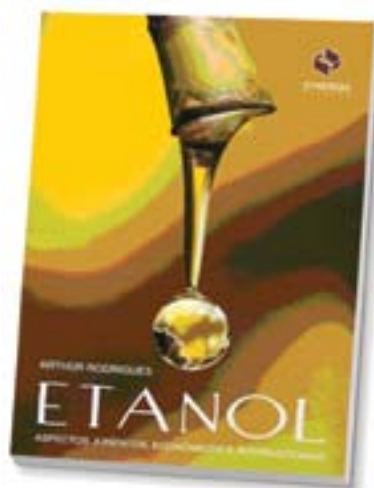
O *Anuário do Emprego Formal* é uma iniciativa pioneira da SEI, que busca qualificar o debate sobre os avanços experimentados pela Bahia no tocante a geração de empregos formais. Na versão lançada, o leitor encontrará informações referentes aos anos de 2000, 2008 e 2009, organizadas para os 26 territórios de identidade da Bahia e seus municípios.

CONFIRA!



A ECONOMIA BRASILEIRA: DE ONDE VIEMOS E ONDE ESTAMOS

Passados seis anos da publicação do livro *A Economia Brasileira*, muitos acontecimentos políticos e econômicos ocorreram no mundo. Nessa segunda edição editada pela Campus, Antônio Dias Leite analisa progressivamente a evolução da economia brasileira face à economia mundial, assim como suas perspectivas sustentáveis de crescimento. O autor abrange as principais características das operações no processo produtivo de bens e serviços requeridos pela sociedade, analisa o comportamento dos consumidores e discorre a respeito da presença do Estado na economia, assim como as relações econômicas externas no atual cenário global.



ETANOL – ASPECTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS

Escrito de forma clara, direta e acessível, o livro *Etanol: Aspectos Jurídicos, Econômicos e Internacionais* vem preencher uma lacuna na produção profissional e acadêmica sobre o tema. Arthur Rodrigues, autor da obra, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora e especialista na indústria do petróleo, discute a formação de um mercado internacional para o etanol e também detalha incentivos à produção no Brasil e nos Estados Unidos.



COMO REDIGIR E APRESENTAR UM TRABALHO CIENTÍFICO

Cláudio de Moura Castro, autor do livro *Como Redigir e Apresentar um Trabalho Científico*, oferece a seu leitor muito mais que uma reunião de normas: ele compartilha sua experiência e apresenta um manual comentado com as técnicas e convenções da apresentação de publicações; dá dicas sobre tópicos importantes, como aqueles relacionados à escolha e definição do tema da pesquisa; discute o roteiro de preparação de documentos e a montagem do trabalho científico; e apresenta os padrões de normalização das publicações científicas internacionais.



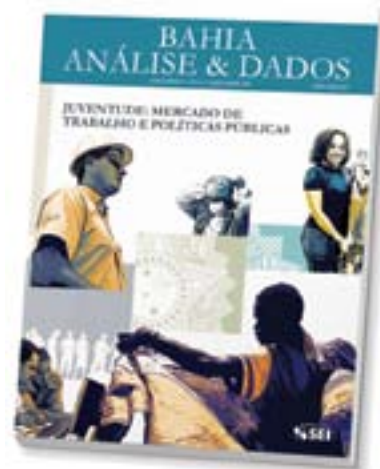
OS SEGREDOS DA MENTE MILIONÁRIA

Neste livro, T. Harv Eker mostra como substituir uma mentalidade destrutiva – que você talvez nem perceba que tem – pelos “arquivos de riqueza”. O autor também ensina um método eficiente de administrar o dinheiro. A ideia é fazer o seu dinheiro trabalhar para você tanto quanto você trabalha para ele. Para isso, é necessário poupar e investir em vez de gastar. “Enriquecer não diz respeito somente a ficar rico em termos financeiros”, diz Eker. “É mais do que isso: trata-se da pessoa que você se torna para alcançar esse objetivo”.



BAHIA ANÁLISE & DADOS – JUVENTUDE: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) lança a mais nova edição da revista *Bahia Análise & Dados* com a temática sobre a juventude. As variadas distinções acerca da realidade dos jovens revelam extrema relevância no tratamento de questões e desafios vinculados à juventude. Assim, esse número reúne um conjunto de artigos que abordam a questão sobre diferentes pontos de vista.



BAHIA ANÁLISE & DADOS – JUVENTUDE: MERCADO DE TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O segundo volume da revista *Bahia Análise & Dados* sobre juventude discute a inserção do jovem no mercado de trabalho. Os artigos apresentados avaliam, em graus variados, de que modo os jovens posicionam-se no mercado de trabalho, em diferentes espaços, assim como os desafios encontrados. Nesse sentido, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) faz a abordagem de um tema considerado fundamental para a compreensão da própria juventude como fenômeno social contemporâneo.

Conjuntura Econômica Baiana

O dinamismo da economia baiana apresentou desempenho favorável no acumulado do ano de 2010 em relação a 2009, conforme demonstram os resultados apresentados pelos principais indicadores analisados nesta seção.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), as produções da indústria geral e de transformação baiana fecharam o ano com acréscimo de 7,1% na comparação com o mesmo período de 2009. Os principais segmentos que influenciaram positivamente foram *Refino de petróleo e produção de álcool* (22,6%), *Alimentos e bebidas* (8,0%) e *Metalurgia básica* (9,3%).

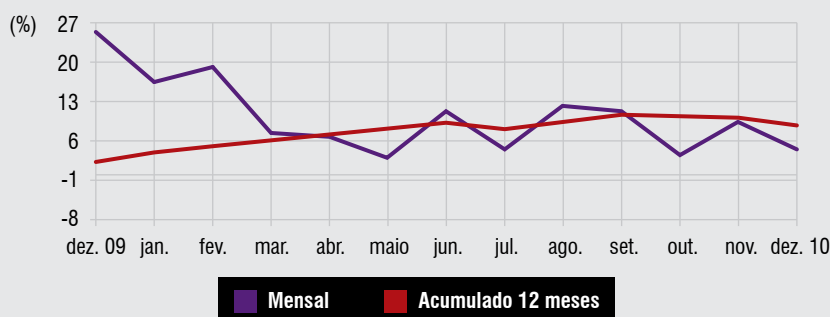
Seguindo a mesma análise, a balança comercial baiana fechou o ano em expansão, conforme demonstram os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); tanto as exportações (26,7%) como as importações (41,8%) apresentaram taxas expressivas em relação ao mesmo período de 2009, culminando em superávit acumulado de US\$ 2,3 bilhões.

O volume de vendas no comércio varejista apresentou, em 2010, expansão de 10,1%. De acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), os segmentos que demonstraram as maiores contribuições positivas no período em análise foram: *Móveis e eletrodomésticos* (23,1%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (6,4%). As vendas de *Veículos, motos e peças* apontaram acréscimo de 15,0% no mesmo período, e o comércio varejista ampliado, 11,6%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) calculado pela SEI, para Salvador, acumulou, em 2010, alta de 4,33% em relação ao mesmo período de 2009. Os segmentos de *Alimentos e bebidas* (8,75%), *Despesas pessoais* (6,19%) e *Habitação e encargos* (6,40%) foram os que mais pressionaram o indicador.

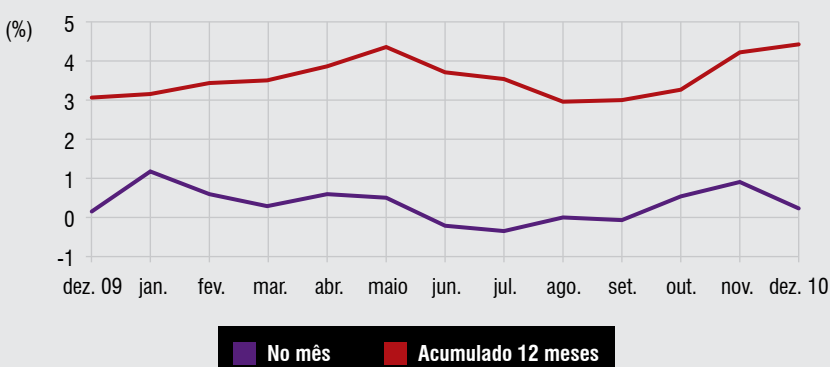
Já em relação aos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade) em 2010, a taxa média de desemprego registrada nos últimos 12 meses foi de 13,8% da População Economicamente Ativa. A pesquisa apontou também, no mesmo período, um aumento de 4,4% no rendimento médio real dos trabalhadores ocupados.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em dezembro de 2010, acréscimo de 5,8% na comparação com o mesmo mês de 2009. A performance positiva apresentada em meses anteriores cooperou para a expansão no acumulado dos últimos 12 meses, culminando com uma taxa de 9,4%.



Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador

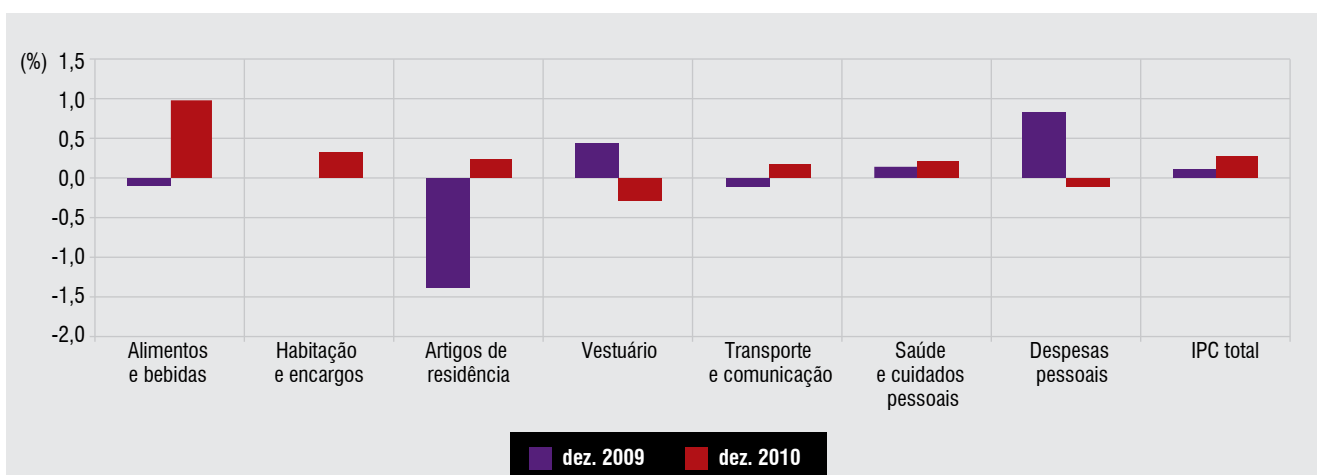
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

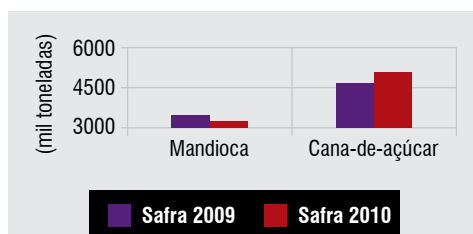
Em dezembro de 2010, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou inflação de 0,27%. Ressalte-se que dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 170 registraram alta nos preços, 95 não tiveram alterações e 110 apresentaram decréscimos. Dentre eles, os que sofreram maiores crescimentos nos preços foram: refeição a la carte (3,29%), cerveja consumida fora do domicílio (2,80%), passagem aérea (10,77%), passagem de ônibus interestadual (4,61%), açúcar cristal (4,72%), livros didáticos (6,65%), frango congelado (3,61%), gastos com empregado doméstico (0,99%), carne bovina (peito) (7,72%) e lanche (1,00%). Em contrapartida, os produtos/serviços cujos preços exerceram maiores pressões negativas foram: camiseta, blusa e blusão femininos (7,05%), feijão rajado (11,49%), pacote turístico (2,64%), batata-inglesa (15,86%), móvel para sala (1,80%), feijão mulatinho (4,67%), gasolina (0,36%), seguro voluntário de veículos (2,76%), pão francês (0,67%) e pimentão (12,77%). No acumulado dos 12 meses, o índice apresentou variação positiva de 4,33%.



Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

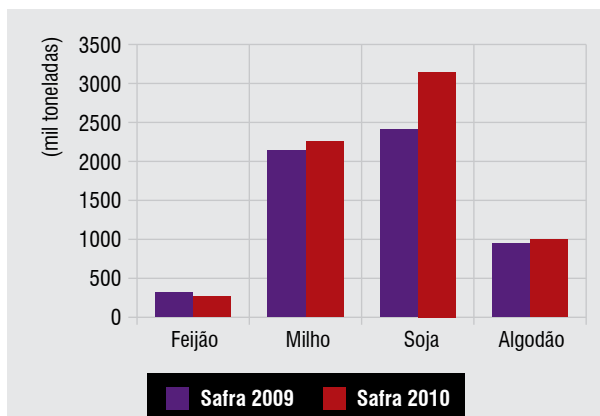
Os grupos *Alimentos e bebidas* (0,99%), *Transporte e comunicação* (0,14%) e *Habitação e Encargos* (0,28%) apresentaram, no mês de dezembro, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos *Alimentação fora do domicílio* (1,83%), *Transporte* (0,18%) e *Encargos e manutenção* (3,90%) foram os que apresentaram os maiores aumentos de preço no período.



Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Com as colheitas em andamento no estado, segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em dezembro de 2010 a produção de mandioca decresceu 6,6%, enquanto a cana-de-açúcar cresceu 7,5%. Apesar de ter apresentado ampliação na área plantada, a cultura de mandioca registrou queda na área colhida, influenciando no arrefecimento apresentado no rendimento em relação à safra 2009. Já a cultura de cana-de-açúcar apresentou incremento nos rendimentos físicos em relação à safra de 2009.

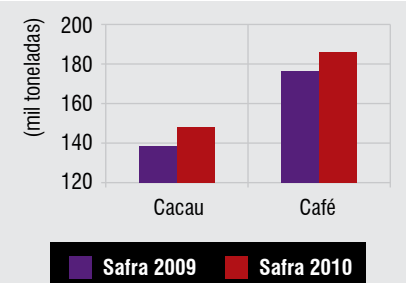


**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho, soja e algodão – Bahia**

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

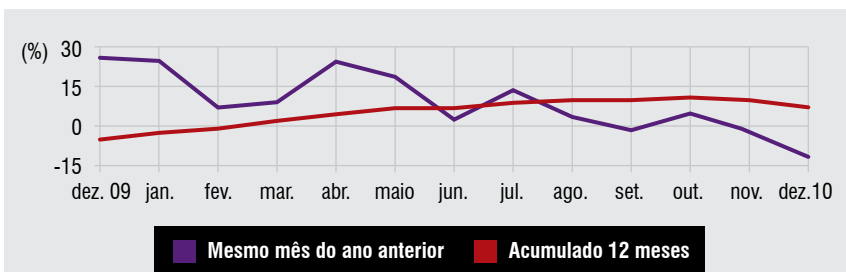
O LSPA apresenta estimativas de crescimento para a produção das culturas de feijão, do algodão e da soja em 2010. A safra de feijão apresenta retração da produção, algo em torno de 10,0% em relação à de 2009. A soja e o algodão exibem incremento da produção de 28,3% e 8,7%, respectivamente. A soja em razão da ampliação da produtividade (19,9%), da área cultivada e colhida (7,0%). O algodão também por causa do incremento da produtividade (16,4%), porém atenuada pelo arrefecimento da área plantada (-6,5%) e cultivada (-6,7%). As estimativas da produção de milho apresentam decréscimo de 10,1% em relação à safra anterior.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentam expansão para 2010. Concernente ao cacau, em fase de colheita, constata-se um acréscimo da produção em torno de 8,2%, ocasionado pelo crescimento verificado na variação da taxa da área cultivada (1,6%). Referente ao café, em fase de colheita, as estimativas apontam expansão da produção desse grão (4,8%) em 2010, culminando com uma ampliação do rendimento de 4,4%.



**Estimativa da produção agrícola:
cacau e café – Bahia**

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

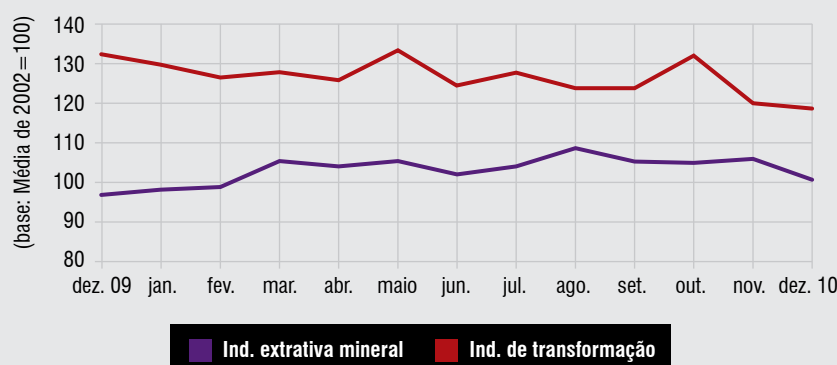


**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia**

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE), a indústria de transformação baiana registrou, em dezembro de 2010, decréscimo de 11,5% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, culminando com uma taxa positiva no acumulado do ano (7,1%). No que se refere aos setores, apenas Produtos químicos registrou taxa negativa, de 2,5%, pressionado, sobretudo, pelos produtos de polietileno de alta densidade e etileno; todos os demais segmentos registraram variações positivas. A maior contribuição veio de Refino de petróleo e produção de álcool (22,6%), pressionado pela produção de óleo diesel e nafta para petroquímica; Alimentos e bebidas (8,0%), oriundo do aumento da produção de cerveja e óleo de soja; Metalurgia básica (9,3%), por conta da crescente produção de barra, perfil e vergalhões de cobre e vergalhões de aço.

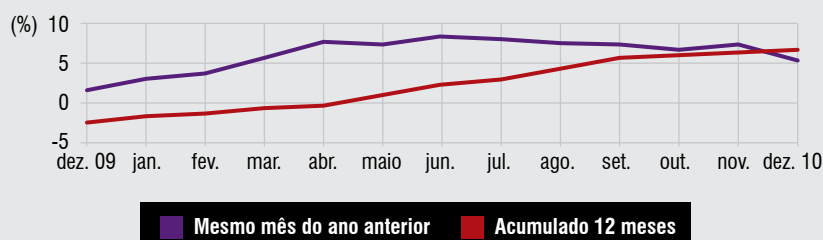
A análise da indústria de transformação, em dezembro de 2010, eliminando influências sazonais, indicou retração de 3,9% na comparação com o mês de novembro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo arrefecimento de 9,3% verificado no segmento de Produtos químicos. Dentre os demais segmentos que apresentaram retração, destacam-se: Veículos automotores (35,0%), Metalurgia básica (13,8%) e Borracha e plástico (6,0%). Seguindo a mesma trajetória de retração, a indústria extrativa mineral registrou taxa de 5,2%.



Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia

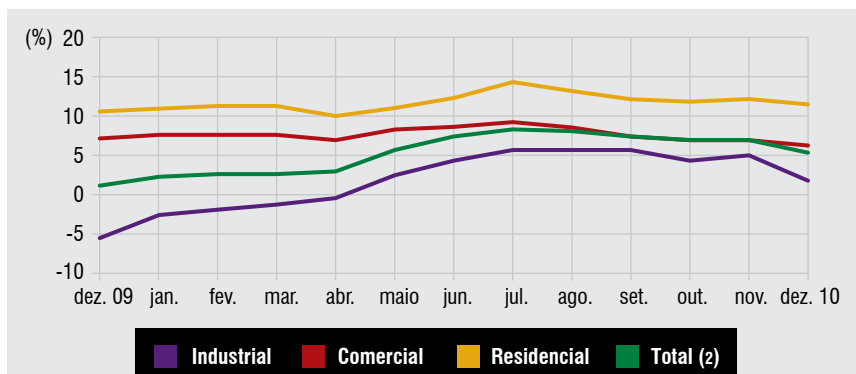
Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Em dezembro de 2010, a indústria baiana de transformação teve acréscimo de 5,4% no nível de emprego, quando comparada ao mesmo mês de 2009, contribuindo para o acréscimo de 6,7% no acumulado dos últimos 12 meses. Deste modo, cabe destacar os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador anual: Calçados e couro (16,2%), Alimentos e bebidas (5,9%), Outros produtos (17,3%), Produtos de metal (13,2%) e Máquinas e equipamentos (13,6%). Por outro lado, entre os segmentos que apresentaram contribuições negativas no número de pessoas ocupadas nesse período, sobressaem-se Fumo (-27,3%), Meios de transportes (-6,1%) e Produtos químicos (-4,7%).



Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

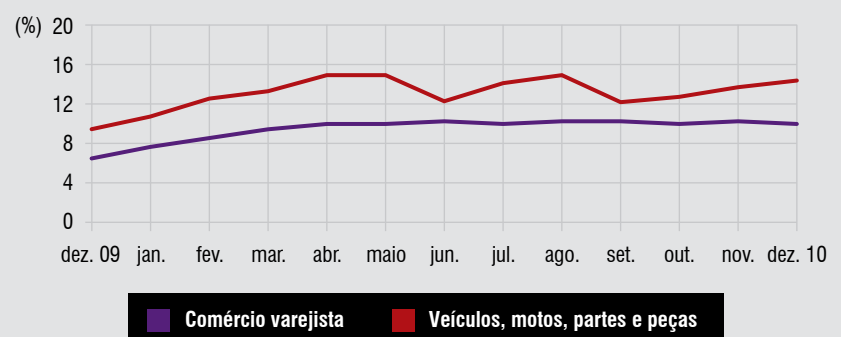
(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.

O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de dezembro de 2010, retração de 4,3% em relação ao mesmo mês de 2009. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica expandiu 5,2%. Dentre os principais setores de consumo, na mesma base de comparação, todos expandiram: o industrial apresentou acréscimo de 2,0%, o comercial cresceu 6,0% e o residencial registrou taxa de 12,0%.

Em dezembro de 2010, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), o comércio varejista baiano manteve o crescimento das vendas em 8,4%, considerando igual mês do ano passado. Esse comportamento, verificado em todos os meses do ano, resultou em uma taxa de 10,1% nos últimos 12 meses. Para o segmento de *Veículos, motos e peças*, a expansão foi de 29,7%, acumulando nos últimos 12 meses uma variação positiva de 15,0%.

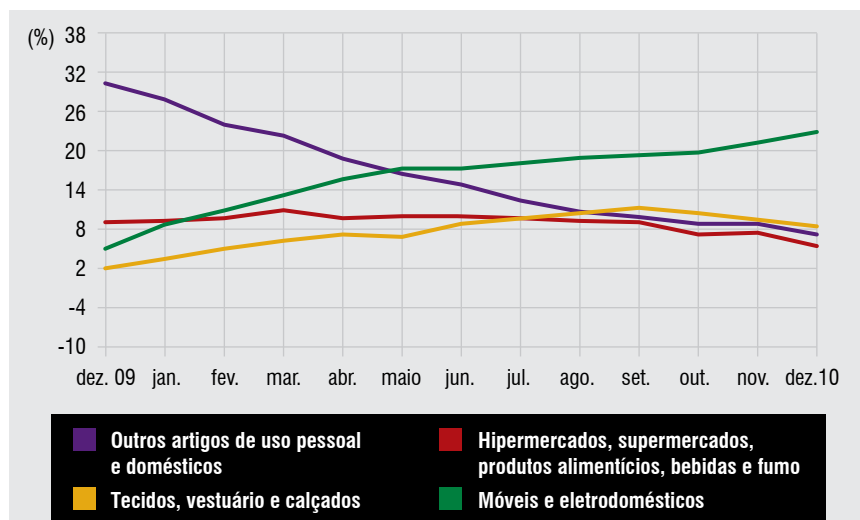


Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.



Taxa de variação do volume de vendas no varejo (1): principais segmentos – Bahia

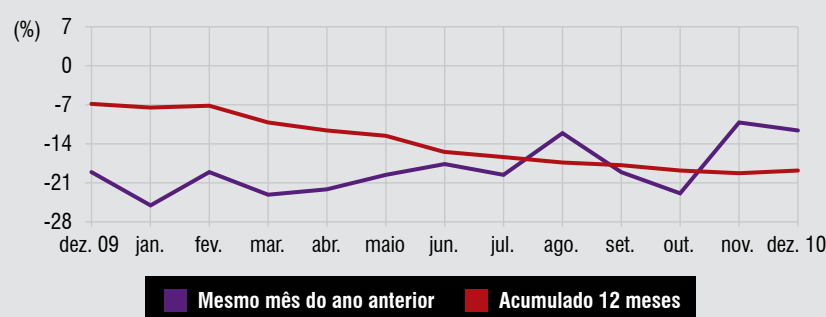
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No ano de 2010, os segmentos de maior destaque no comércio varejista foram *Móveis e eletrodomésticos* (23,1%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (6,4%). As atividades de *Tecidos, vestuário e calçados* e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, apesar da queda nas vendas no mês de maio (0,8% e 1,7%) em relação ao mesmo mês de 2009, também expandiram os negócios nos últimos 12 meses na ordem de 8,4% e 7,9%, respectivamente.

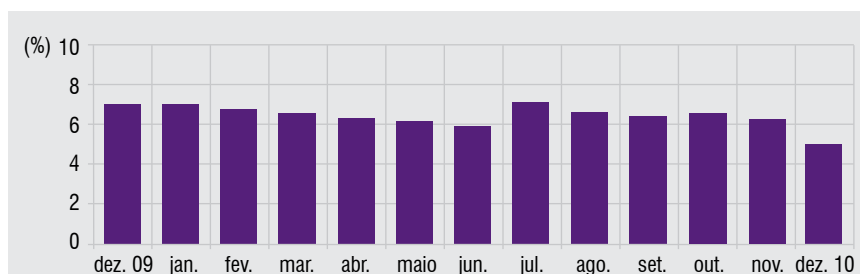
Segundo o Bacen, em dezembro de 2010 foram emitidos 235 mil cheques sem fundos na Bahia, representando decréscimo de 11,9% na comparação com o mesmo mês de 2009. As taxas negativas registradas ao longo do período determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos 12 meses, culminando com o percentual de 19,3% em dezembro de 2010.



Quantidade de cheques sem fundos – Bahia

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

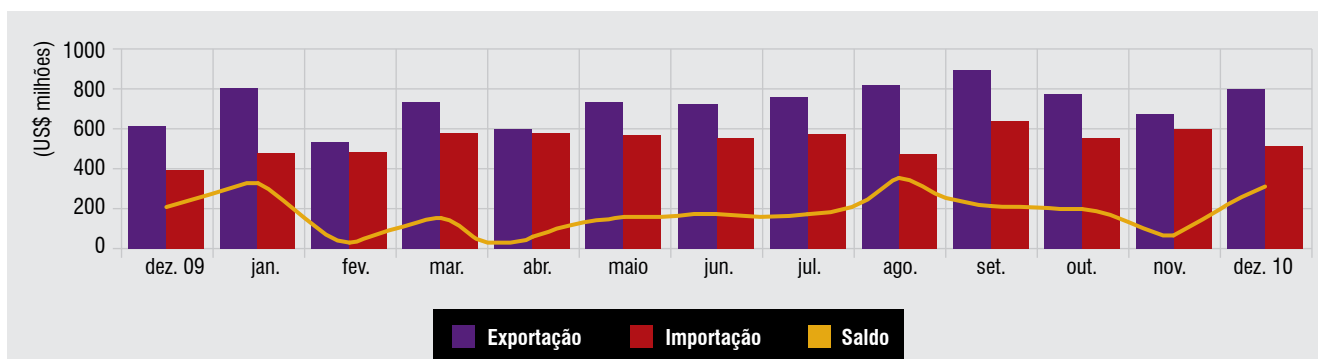


Taxa de inadimplência – Bahia – dez. 2009-dez. 2010

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

Com base nos dados divulgados pelo Bacen, em dezembro de 2010 a taxa de inadimplência das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional para as pessoas físicas na Bahia apresentou crescimento de 4,9% no indicador, ou seja, 1,3 p.p. em relação a novembro de 2010 (6,2%).

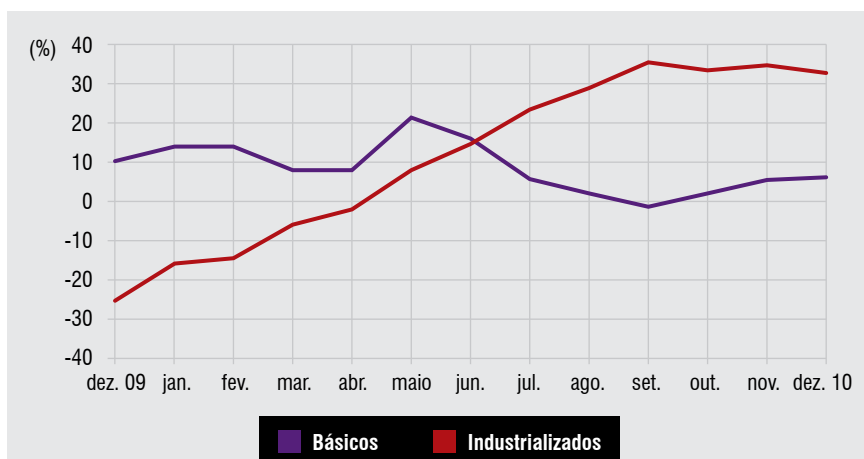


Balança comercial – Bahia

Fonte: Secex.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas somaram, em dezembro de 2010, US\$ 808,1 milhões, e as importações, US\$ 504,3 milhões, resultando num superávit mensal de US\$ 303,7 milhões. Confrontando dezembro de 2010 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontaram expansão com taxa de 22,0%, e as importações, no referido mês, registraram variação nominal de 16,3% em relação a 2009.



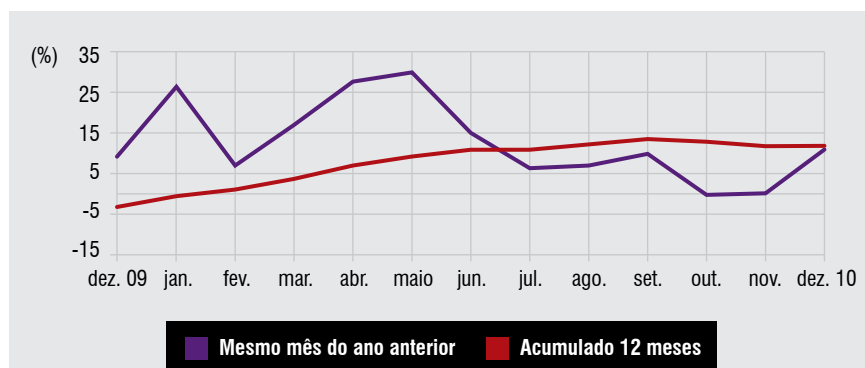
As exportações por fator agregado, na comparação dezembro de 2010 em relação a dezembro de 2009, registraram acréscimos tanto nas vendas de produtos básicos (17,2%) como nas de produtos industrializados (22,6%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados apresentaram crescimentos de 7,1% e 32,7%, respectivamente.

Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado (1) – Bahia

Fonte: Secex.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

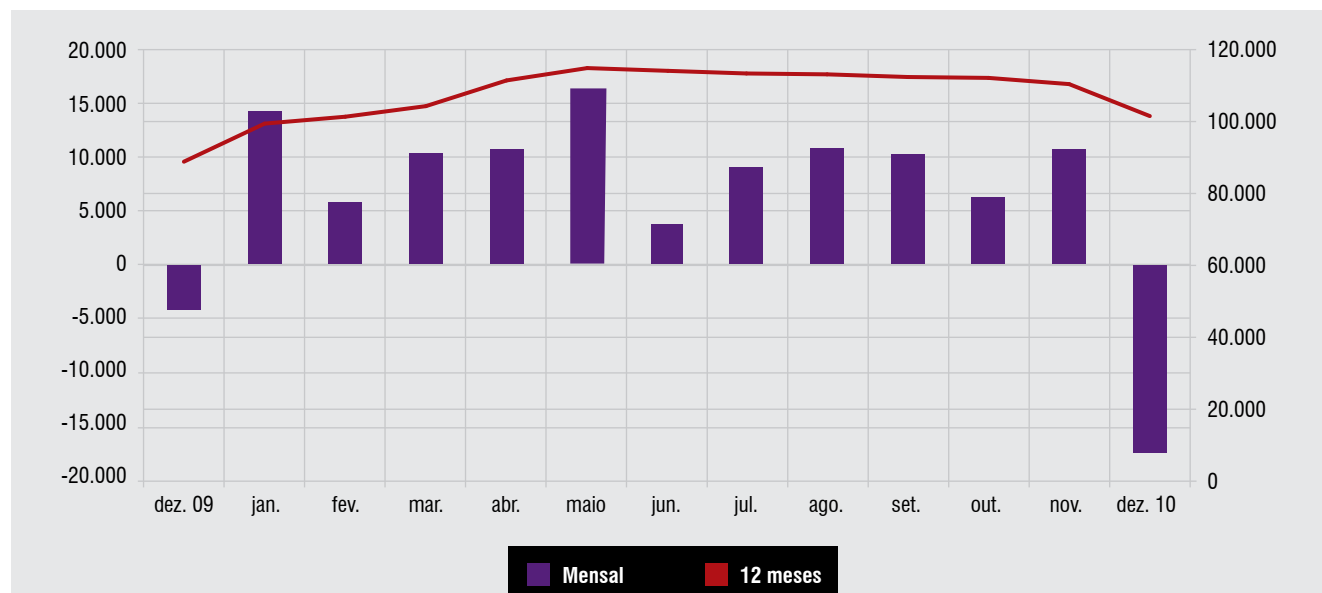


Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação de ICMS no estado da Bahia, em dezembro de 2010, foi de R\$ 1,0 bilhão, uma expansão de 12,5% na comparação com o mesmo mês de 2009, acumulando no ano expansão real de 13,0.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

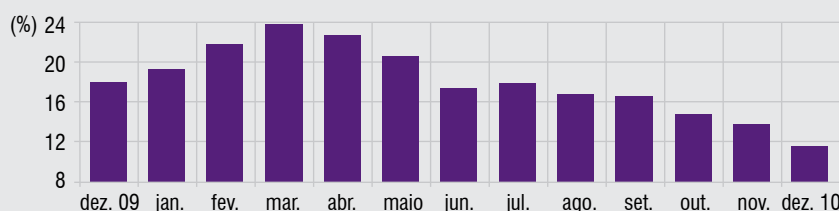
De acordo com dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em dezembro de 2010 o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou retração (-17.303 postos de trabalho). Com esse resultado, o saldo nos 12 meses apontou ampliação, acumulando 91.402 postos de trabalho.



Geração de empregos celetistas (1) – Bahia

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Saldo de empregos (admissões – demissões).

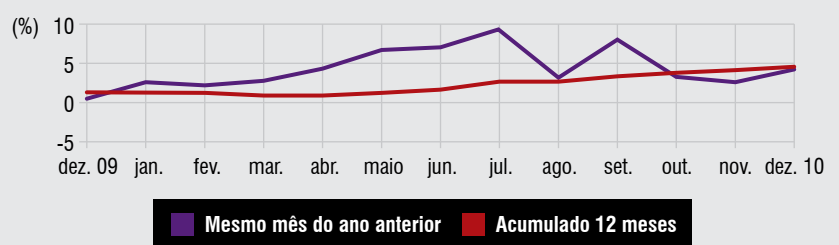
Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, em dezembro de 2010 aproximadamente 263 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 13,8% da População Economicamente Ativa (PEA). Cotejando-se com novembro de 2010, verificou-se expansão de 1,1%, e com relação a dezembro de 2009, observou-se aumento de 2,5%. Nos últimos 12 meses o indicador acumula expansão de 6,5%. O crescimento da PEA e a redução do nível de ocupação no período explicam esse desempenho.



Taxa de desemprego total - RMS

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de dezembro de 2010 (R\$ 1.094,00), em comparação ao mesmo mês de 2009 (R\$ 1.047,00), apresentou aumento de 4,4%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS). Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se ampliação de 11,1%, em razão da elevação do nível de ocupação no período e, em menor proporção, no nível de rendimento médio real.

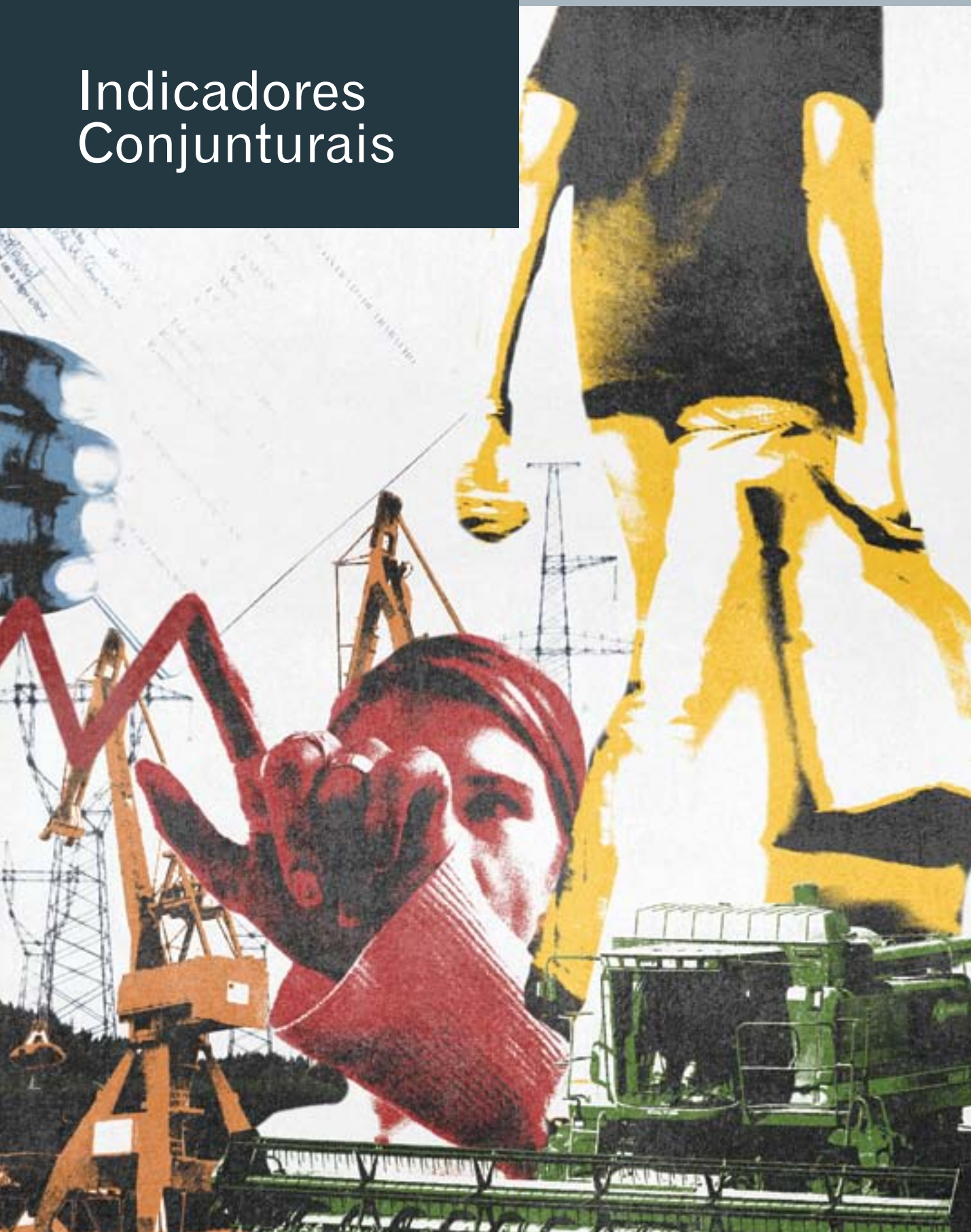


Taxa de variação do rendimento médio real (1) - RMS

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – dez. 2010						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Dez. 2009	Dez. 2010	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007=100	Jun. 1994=100
Alimentos e bebidas	-0,08	0,99	8,75	8,75	129,39	316,81
Habitação e encargos	0,00	0,28	6,40	6,40	120,78	828,03
Artigos de residência	-1,45	0,24	-3,18	-3,18	91,00	209,38
Vestuário	0,50	-0,33	0,41	0,41	108,13	193,83
Transporte e comunicação	-0,07	0,14	2,58	2,58	107,40	770,04
Saúde e cuidados pessoais	0,13	0,18	0,61	0,61	115,03	385,54
Despesas pessoais	0,69	-0,11	6,19	6,19	120,77	476,41
Geral	0,07	0,27	4,33	4,33	115,90	389,63

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Pesquisa nacional da cesta básica Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – dez. 2010				
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)	Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	
Aracaju	175,88	-2,17	3,96	37,48
Belém	226,09	0,93	10,65	48,19
Belo Horizonte	236,24	0,17	10,41	50,35
Brasília	233,67	-1,29	5,15	49,80
Curitiba	243,97	2,05	15,16	52,00
Florianópolis	238,14	-0,35	12,92	50,75
Fortaleza	205,65	-1,56	16,21	43,83
Goiânia	234,61	-0,72	22,90	50,00
João Pessoa	194,24	0,39	13,84	41,40
Manaus	252,06	0,60	16,73	53,72
Natal	219,80	6,78	18,14	46,85
Porto Alegre	252,15	0,95	6,13	53,74
Recife	205,50	-0,40	19,96	43,80
Salvador	201,70	-4,24	10,13	42,99
São Paulo	265,15	0,20	16,20	56,51
Rio de Janeiro	242,67	0,13	13,74	51,72
Vitória	242,00	-1,92	10,46	51,58

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2009/2010

Produtos do LSPA (1)	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi (3)	121.127	139.324	15,0	24.796	26.164	5,5
Algodão herbáceo	916.895	996.220	8,7	3.167	3.687	16,4
Alho	5.144	5.478	6,5	7.782	7.514	-3,4
Amendoim	7.237	8.196	13,3	1.030	967	-6,2
Arroz total	58.089	33.370	-42,6	1.768	1.816	2,7
Batata-inglesa	—	302.575	—	—	37.798	—
Cana-de-açúcar	4.630.196	4.976.209	7,5	56.435	59.415	5,3
Cebola	224.961	297.045	32,0	23.056	23.474	1,8
Feijão total	341.989	307.417	-10,1	617	557	-9,7
Feijão 1ª safra	117.650	81.391	-30,8	551	374	-32,0
Feijão 2ª safra	224.339	226.026	0,8	658	675	2,6
Fumo	4.581	6.147	34,2	932	1.046	12,2
Girassol	—	—	—	—	—	—
Mamona	66.860	74.055	10,8	579	692	19,6
Mandioca	3.437.100	3.211.278	-6,6	12.655	12.256	-3,2
Milho total	2.157.719	2.223.302	3,0	2.841	3.070	8,1
Milho 1ª safra	1.663.527	1.547.254	-7,0	3.866	4.177	8,1
Milho 2ª safra	494.192	676.048	36,8	1.501	1.911	27,4
Soja	2.426.298	3.112.929	28,3	2.552	3.060	19,9
Sorgo granífero	103.312	92.207	-10,7	1.320	1.092	-17,3
Tomate	315.430	302.783	-4,0	47.128	41.296	-12,4
Lavouras permanentes						
Banana (4)	1.015.505	1.079.050	6,3	15.507	16.196	4,4
Cacau	137.929	149.303	8,2	268	286	6,6
Café	176.851	185.378	4,8	1.141	1.191	4,4
Castanha-de-cajú	5.279	5.440	3,0	207	210	1,5
Coco-da-baía (3)	467.080	502.364	7,6	5.868	6.525	11,2
Guaraná	2.707	2.688	-0,7	408	404	-1,1
Laranja (4)	906.965	987.813	8,9	16.267	16.154	-0,7
Mamão (4)	—	—	—	—	—	—
Pimenta-do-reino	4.004	4.521	12,9	2.317	2.575	11,1
Sisal	268.823	226.621	-15,7	1.034	943	-8,8
Uva	90.508	78.283	-13,5	24.304	23.918	-1,6

Fonte: IBGE

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) 2009.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), dezembro de 2010 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare.

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos – Bahia – 2009/2010

Produtos do LSPA (1)	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) (3)	
	2009 (1)	2010(2)	Variação (%)	2009 (1)	2010 (2)	Variação (%)	2009 (1)	2010 (2)
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.885	9.699	98,5	4.885	5.325	9,0	0	4.374
Algodão herbáceo	289.758	270.895	-6,5	289.483	270.173	-6,7	275	722
Alho	661	729	10,3	661	729	10,3	0	0
Amendoim	7.023	8.477	20,7	7.023	8.477	20,7	0	0
Arroz total	32.855	18.499	-43,7	32.855	18.371	-44,1	0	128
Batata-inglesa	7.712	8.005	3,8	7.712	8.005	3,8	0	0
Cana-de-açúcar	82.045	91.134	11,1	82.045	83.753	2,1	0	7.381
Cebola	9.757	12.654	29,7	9.757	12.654	29,7	0	0
Feijão total	615.839	607.260	-1,4	554.321	552.113	-0,4	61.518	55.147
Feijão 1ª safra	270.127,0	271.598	0,5	213.569	217.351	1,8	56.558	54.247
Feijão 2ª safra	345.712	335.662	-2,9	340.752	334.762	-1,8	4.960	900
Fumo	4.914	5.879	19,6	4.914	5.879	19,6	0	0
Girassol	—	—	—	—	—	—	—	—
Mamona	120.514	109.996	-8,7	115.571	107.051	-7,4	4.943	2.945
Mandioca	271.595	513.760	89,2	271.595	262.025	-3,5	0	251.735
Milho total	890.378	809.537	-9,1	759.603	724.102	-4,7	130.775	85.435
Milho 1ª safra	556.660	454.036	-18,4	430.285	370.391	-13,9	126.375	83.645
Milho 2ª safra	333.718	355.501	6,5	329.318	353.711	7,4	4.400	1.790
Soja	950.920	1.017.250	7,0	950.920	1.017.250	7,0	0	0
Sorgo granífero	87.110	84.634	-2,8	78.249	84.454	7,9	8.861	180
Tomate	6.693	7.332	9,5	6.693	7.332	9,5	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	65.487	72.245	10,3	65.487	66.623	1,7	0	5.622
Cacau	549.769	554.713	0,9	513.935	522.044	1,6	35.834	32.669
Café	155.047	175.225	13,0	155.047	155.620	0,4	0	19.605
Castanha-de-cajú	25.460	26.151	2,7	25.460	25.848	1,5	0	303
Coco-da-baía	79.596	80.674	1,4	79.596	76.985	-3,3	0	3.689
Guaraná	6.634	6.913	4,2	6.634	6.659	0,4	0	254
Laranja	55.755	76.019	36,3	55.755	61.148	9,7	0	14.871
Mamão	—	—	—	—	—	—	—	—
Pimenta-do-reino	1.728	1.869	8,2	1.728	1.756	1,6	0	113
Sisal	260.044	276.126	6,2	260.044	240.284	-7,6	0	35.842
Uva	3.724	3.273	-12,1	3.724	3.273	-12,1	0	0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) 2009.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), dezembro de 2010 (dados sujeitos a retificação).

(3) Equivale à área plantada menos a área colhida.

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – dez. 2010

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
Indústria geral	-10,8	7,1	7,1
Extrativa mineral	3,0	7,6	7,6
Indústria de transformação	-11,5	7,1	7,1
Alimentos e bebidas	5,2	8,0	8,0
Celulose, papel e produtos de papel	2,5	2,3	2,3
Refino de petróleo e álcool	7,1	22,6	22,6
Produtos químicos	-37,2	-2,5	-2,5
Borracha e plástico	0,7	8,3	8,3
Minerais não metálicos	6,0	11,4	11,4
Metalurgia básica	-17,4	9,3	9,3
Veículos automotores	-18,4	5,3	5,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Devido à paralisação na produção de Veículos Automotores na Bahia, ocorrida no mês de dezembro de 2008, o resultado do índice mensal (base: igual mês do ano anterior = 100) no mês de dezembro de 2009 foi muito elevado (1.851.050,00), por isso está representado por um hífen (-).

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – out. 2009-out. 2010

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
Dezembro 2009	24,1	-4,9	-4,9
Janeiro	25,0	25,0	-1,6
Fevereiro	8,2	16,4	-0,1
Março	9,6	14,0	0,8
Abril	24,7	16,5	4,4
Mai	18,0	16,8	7,0
Junho	1,5	14,0	6,9
Julho	15,1	14,1	9,2
Agosto	4,1	12,7	10,1
Setembro	-1,0	11,0	10,6
Outubro	5,2	10,4	11,0
Novembro	-3,3	9,0	10,3
Dezembro 2010	-11,5	7,1	7,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – dez. 2010			
			(%)
Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)
Rural/irrigação	-10,4	-27,8	6,0
Residencial	2,7	9,3	12,0
Industrial (1)	-2,0	-13,0	2,0
Comercial	6,4	5,1	6,0
Utilidades públicas (2)	4,8	-3,9	-0,7
Setor público	2,3	20,6	11,1
Concessionária	13,0	1,2	-3,5
Total	0,7	-4,3	5,2

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e CHESF.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – dez. 2010			
			(%)
Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio varejista	8,4	10,1	10,1
Combustíveis e lubrificantes	1,8	5,4	5,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,0	6,4	6,4
Hipermercados e supermercados	-0,9	6,7	6,7
Tecidos, vestuário e calçados	6,3	8,4	8,4
Móveis e eletrodomésticos	32,1	23,1	23,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	14,4	12,4	12,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	11,2	5,6	5,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-16,2	11,7	11,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	9,2	7,9	7,9
Veículos, motos e peças	29,7	15,0	15,0
Material de construção	6,4	14,6	14,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Total de cheques compensados – Bahia – dez. 2009-dez. 2010

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)
Dezembro 2009	4,3	-11,0	-10,2	7,5	0,5	-1,2
Janeiro	-11,2	-11,9	-11,9	-10,5	-0,2	-0,2
Fevereiro	-6,4	-5,1	-8,7	0,0	13,8	6,3
Março	21,2	-4,5	-7,2	-6,3	-11,5	-0,1
Abril	-11,8	-7,1	-7,2	9,9	6,5	1,5
Maiο	2,9	1,6	-5,6	2,5	12,3	3,6
Junho	-2,8	-11,5	-6,6	-2,3	-0,2	3,0
Julho	0,0	-11,4	-7,3	3,0	1,6	2,7
Agosto	5,9	-4,3	-6,9	6,1	10,6	3,8
Setembro	-5,5	-6,4	-6,9	-2,8	7,3	4,2
Outubro	-2,1	-12,1	-7,4	0,0	0,0	3,7
Novembro	7,2	-2,6	-7,0	4,1	9,8	4,3
Dezembro 2010	-0,3	-6,8	-6,9	3,3	5,5	4,4

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Exportações, principais segmentos – Bahia – jan.-dez. 2009/2010

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Variação (%)	Participação (%)
	2009	2010		
Químicos e petroquímicos	1.333.896	1.748.595	31,1	19,7
Papel e celulose	1.283.567	1.674.853	30,5	18,8
Petróleo e derivados	775.676	1.349.983	74,0	15,2
Soja e derivados	968.635	927.637	-4,2	10,4
Metalúrgicos	623.057	641.675	3,0	7,2
Automotivo	416.577	545.344	30,9	6,1
Minerais	271.469	340.897	25,6	3,8
Cacau e derivados	234.193	296.245	26,5	3,3
Algodão e seus subprodutos	216.217	291.886	35,0	3,3
Borracha e suas obras	186.362	223.645	20,0	2,5
Frutas e suas preparações	116.626	133.587	14,5	1,5
Café e especiarias	114.766	132.349	15,3	1,5
Couros e peles	86.594	109.350	26,3	1,2
Calçados e suas partes	74.009	93.863	26,8	1,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	44.315	78.471	77,1	0,9
Sisal e derivados	69.748	65.671	-5,8	0,7
Fumo e derivados	20.973	26.332	25,6	0,3
Móveis e semelhantes	12.566	13.123	4,4	0,1
Demais segmentos	161.554	192.511	19,2	2,2
Total	7.010.800	8.886.017	26,75	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 18/11/2011.

Elaboração: SEI/CAC.

Exportações, principais países – Bahia – jan.-dez. 2009/2010

Países	Peso (ton.)		Variação (%)	(US\$ 1.000 FOB)		Variação (%)	Participação (%)
	2009	2010		2009	2010		
Estados Unidos	1.115.633	1.532.970	37,4	993.630	1.409.700	41,9	15,9
China	1.671.849	1.577.177	-5,7	1.081.024	1.164.645	7,7	13,1
Argentina	455.382	809.455	77,8	750.822	1.141.149	52,0	12,8
Países Baixos	1.122.324	926.753	-17,4	595.073	652.318	9,6	7,3
Antilhas Holandesas	880.649	1.117.181	26,9	300.209	519.131	72,9	5,8
Alemanha	469.411	372.130	-20,7	278.296	368.569	32,4	4,1
Itália	773.040	597.178	-22,7	368.008	339.172	-7,8	3,8
Bélgica	412.215	455.374	10,5	225.983	273.015	20,8	3,1
México	63.155	134.018	112,2	185.235	261.123	41,0	2,9
Coréia do Sul	252.074	178.133	-29,3	201.599	230.097	14,1	2,6
Demais países	2.766.676	3.151.085	13,9	2.030.921	2.527.098	24,4	28,4
Total	9.982.408	10.851.454	8,7	7.010.800	8.886.017	26,7	100,0

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 18/11/2010.

Elaboração: SEI/CAC.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-out. 2010

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados		Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)					
Janeiro 2009	1.825	121,9	1.471	133,8	354	88,9	1.273	132,9	58,9	19,4	3.580
Fevereiro	1.823	121,8	1.469	133,7	354	88,9	1.283	133,9	58,7	19,4	3.587
Março	1.827	122,0	1.460	132,8	367	92,2	1.285	134,1	58,7	20,1	3.593
Abril	1.834	122,5	1.458	132,7	376	94,5	1.285	134,1	58,8	20,5	3.599
Maio	1.832	122,4	1.436	130,7	396	99,5	1.294	135,1	58,6	21,6	3.605
Junho	1.836	122,6	1.445	131,5	391	98,2	1.297	135,4	58,6	21,3	3.612
Julho	1.834	122,5	1.451	132,0	383	96,2	1.306	136,3	58,4	20,9	3.618
Agosto	1.835	122,6	1.468	133,6	367	92,2	1.312	137,0	58,3	20,0	3.624
Setembro	1.836	122,6	1.480	134,7	356	89,4	1.318	137,6	58,2	19,4	3.631
Outubro	1.846	123,3	1.501	136,6	345	86,7	1.315	137,3	58,4	18,7	3.637
Novembro	1.847	123,4	1.518	138,1	329	82,7	1.321	137,9	58,3	17,8	3.643
Dezembro	1.858	124,1	1.542	140,3	316	79,4	1.318	137,6	58,5	17,0	3.650
Janeiro 2010	1.849	123,5	1.522	138,5	327	82,2	1.333	139,1	58,1	17,7	3.656
Fevereiro	1.866	124,6	1.515	137,9	351	88,2	1.324	138,2	58,5	18,8	3.663
Março	1.867	124,7	1.495	136,0	372	93,5	1.330	138,8	58,4	19,9	3.669
Abril	1.871	125,0	1.516	137,9	355	89,2	1.333	139,1	58,4	19,0	3.676
Maio	1.853	123,8	1.516	137,9	337	84,7	1.358	141,8	57,7	18,2	3.682
Junho	1.873	125,1	1.560	141,9	313	78,6	1.345	140,4	58,2	16,7	3.688
Julho	1.867	124,7	1.551	141,1	316	79,4	1.358	141,8	57,9	16,9	3.695
Agosto	1.901	127,0	1.591	144,8	310	77,9	1.332	139,0	58,8	16,3	3.701
Setembro	1.882	125,7	1.577	143,5	305	76,6	1.357	141,6	58,1	16,2	3.708
Outubro	1.906	127,3	1.612	146,7	294	73,9	1.341	140,0	58,7	15,4	3.714
Novembro	1.884	125,9	1.605	146,0	279	70,1	1.370	143,0	57,9	14,8	3.721
Dezembro	1.905	127,3	1.642	149,4	263	66,1	1.357	141,6	58,4	13,8	3.727
Variação mensal Dez. 2010/nov. 2010		1,1		2,3		-5,7		-0,9	0,9	-6,8	—
Variação anual Dez. 2010/dez. 2009		2,5		6,5		-16,8		3,0	-0,2	-18,8	—

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro de 2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego
Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-dez. 2010

(%)

Trimestres	Taxas de Desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da RMS		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalentado						
Janeiro 2009	19,4	11,5	7,8	5,4	2,5	18,0	10,9	7,1	24,5	13,9	10,5
Fevereiro	19,4	11,5	7,9	5,2	2,6	17,8	11,0	6,9	25,2	13,7	11,5
Março	20,1	12,0	8,1	5,6	2,5	17,9	10,9	6,9	28,8	16,2	12,6
Abril	20,5	12,7	7,8	5,5	2,3	18,2	11,5	6,7	29,4	17,4	11,9
Maio	21,6	13,6	8,1	5,6	2,4	19,2	12,1	7,2	30,6	19,2	11,4
Junho	21,3	13,9	7,5	5,1	2,3	19,3	12,6	6,7	28,9	18,6	10,2
Julho	20,9	13,3	7,6	5,4	2,2	18,9	12,1	6,9	28,4	17,9	10,5
Agosto	20,0	12,8	7,2	4,9	2,3	18,5	11,9	6,7	26,0	16,4	9,6
Setembro	19,4	12,0	7,4	5,1	2,3	18,4	11,2	7,2	23,9	15,4	8,5
Outubro	18,7	11,4	7,3	5,1	2,2	17,5	10,5	7,1	23,6	15,3	8,3
Novembro	17,8	11,0	6,8	4,9	1,9	16,3	9,8	6,6	23,7	15,9	7,9
Dezembro	17,0	10,6	6,4	4,5	1,9	15,4	9,4	6,0	22,9	15,1	7,9
Janeiro 2010	17,7	11,1	6,6	4,4	2,2	16,2	10,1	6,1	23,0	14,7	8,4
Fevereiro	18,8	11,6	7,2	4,9	2,4	17,6	10,7	6,9	23,3	14,8	8,5
Março	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5	18,6	11,4	7,2	25,0	16,2	8,8
Abril	19,0	12,2	6,8	4,8	2,0	17,7	11,2	6,5	24,2	16,2	8,0
Maio	18,2	12,3	6,0	4,2	1,7	16,7	11,1	5,6	23,8	16,6	7,2
Junho	16,7	11,3	5,3	3,8	1,6	15,2	10,4	4,8	22,0	14,9	7,1
Julho	16,9	11,6	5,2	3,6	1,7	15,2	10,6	4,5	23,1	15,3	7,8
Agosto	16,3	10,8	5,5	3,6	1,9	14,9	10,1	4,8	21,7	13,5	8,1
Setembro	16,2	10,7	5,5	3,7	1,8	15,2	10,1	5,0	20,4	12,9	7,5
Outubro	15,4	10,1	5,3	3,6	1,7	14,9	9,7	5,2	17,6	11,7	(1)
Novembro	14,8	10,1	4,7	3,3	1,4	13,8	9,4	4,4	18,8	12,8	(1)
Dezembro	13,8	9,8	4,0	2,8	(1)	12,6	8,9	3,7	18,5	13,1	(1)
Variação mensal											
Dez. 2010/nov. 2010	-6,8	-3,0	-14,9	-15,2	–	-8,7	-5,3	-15,9	-1,6	2,3	–
Variação anual											
Dez. 2010/dez. 2009	-18,8	-7,5	-37,5	-37,8	–	-18,2	-5,3	-38,3	-19,2	-13,2	–

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-dez. 2010

Períodos	Total (1)	Setores de Atividade Econômica					
		Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção (2)	Serviços pessoais (3)	Serviços domésticos
Janeiro 2009	100,0	8,6	6,1	17,0	32,4	26,7	8,2
Fevereiro	100,0	9,0	6,2	16,6	32,7	26,1	8,5
Março	100,0	8,5	6,2	16,0	33,1	26,7	8,5
Abril	100,0	8,5	6,0	15,0	33,4	27,9	8,1
Maiο	100,0	7,8	6,3	16,0	33,4	27,7	7,9
Junho	100,0	8,2	6,5	16,9	32,1	27,4	7,9
Julho	100,0	7,9	6,9	16,9	32,5	26,9	8,0
Agosto	100,0	7,9	6,5	16,8	32,8	27,1	7,9
Setembro	100,0	7,7	6,4	16,9	33,5	26,8	7,9
Outubro	100,0	8,0	6,5	16,7	33,1	27,2	7,4
Novembro	100,0	8,4	6,8	16,3	33,4	26,6	7,4
Dezembro	100,0	8,8	7,1	15,8	33,4	27,0	6,9
Janeiro 2010	100,0	8,8	7,0	16,3	33,0	27,2	6,7
Fevereiro	100,0	8,5	6,8	16,7	31,9	28,3	7,0
Março	100,0	8,2	6,9	16,4	32,1	28,1	7,3
Abril	100,0	7,9	6,9	16,7	33,1	26,7	7,7
Maiο	100,0	8,2	7,1	17,1	33,6	25,5	7,8
Junho	100,0	8,2	7,0	17,4	33,8	25,3	7,5
Julho	100,0	8,5	7,2	16,3	34,0	25,8	7,4
Agosto	100,0	8,3	7,2	15,6	34,4	26,2	7,5
Setembro	100,0	8,1	7,4	15,8	34,1	26,2	7,5
Outubro	100,0	7,7	7,6	16,3	33,4	26,4	7,4
Novembro	100,0	8,2	7,9	16,3	33,2	26,1	6,9
Dezembro	100,0	8,3	7,8	16,5	33,3	25,8	6,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem outros setores de atividade.

(2) Incluem transporte e armazenagem; utilidade pública; especializados; administração pública, forças armadas e polícia; creditícios e financeiros; comunicação; diversão, radiodifusão e teledifusão; comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis; serviços auxiliares; outros serviços de reparação e limpeza.

(3) Incluem serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços.

Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-dez. 2010

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/ carteira assin.	Assalariado priv. s/ carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/ público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2009	64,0	40,6	9,3	13,9	22,3	18,7	3,6	3,2	8,2	2,3
Fevereiro	64,2	41,0	9,4	13,8	22,5	19,3	3,2	2,9	8,5	1,9
Março	64,7	40,8	9,5	14,4	21,9	19,3	2,6	2,8	8,5	2,1
Abril	65,7	41,4	9,2	15,1	21,3	18,6	2,7	3	8,1	1,9
Maio	66,1	42,2	9,0	14,9	20,9	18,3	2,7	3	7,9	2,1
Junho	66,2	42,4	9,1	14,6	21,2	18,4	2,8	2,9	7,9	1,8
Julho	65,5	41,6	9,2	14,6	21,9	19,2	2,7	2,7	8,0	1,9
Agosto	65,4	41,8	9,0	14,5	22,1	19,3	2,7	2,6	7,9	2,0
Setembro	65,3	41,8	9,4	14,0	22,1	19,2	2,9	2,6	7,9	2,1
Outubro	65,7	42,0	9,5	14,2	22,1	19,0	3,0	2,7	7,4	2,1
Novembro	65,2	41,2	10,0	13,9	22,4	19,6	2,8	2,8	7,4	2,2
Dezembro	66,0	42,2	9,5	14,2	22,4	20,0	2,4	2,8	6,9	1,9
Janeiro 2010	66,3	43,2	9,2	13,8	22,1	19,8	2,3	2,8	6,7	2,1
Fevereiro	67,0	44,4	9,0	13,5	21,0	18,5	2,5	3,0	7,0	2,0
Março	66,9	44,2	9,4	13,3	20,6	18,0	2,6	3,2	7,3	2,0
Abril	66,7	44,4	9,0	13,3	20,2	17,7	2,5	3,4	7,7	2,0
Maio	67,0	44,5	8,5	13,8	20,1	17,7	2,4	3,2	7,8	1,9
Junho	67,2	45,1	8,1	14,0	19,4	16,8	2,6	3,2	7,5	2,7
Julho	67,6	44,8	8,5	14,4	19,4	16,8	2,6	3,0	7,4	2,6
Agosto	67,0	43,7	8,6	14,7	19,9	17,3	2,6	3,0	7,5	2,6
Setembro	67,1	43,5	9,0	14,5	20,3	17,5	2,8	3,1	7,5	2,0
Outubro	66,7	43,4	9,1	14,2	20,2	17,4	2,8	3,2	7,4	2,5
Novembro	67,0	43,8	9,3	13,9	20,8	17,9	2,8	3,2	6,9	2,1
Dezembro	67,1	44,5	8,7	13,8	20,9	18,4	2,5	2,9	6,9	2,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

**Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-nov. 2010**

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2009	1.023	103,2	1.132	103,2	737	109,9
Fevereiro	1.026	103,5	1.135	103,5	741	110,4
Março	1.056	106,5	1.160	105,8	747	111,3
Abril	1.045	105,4	1.149	104,8	730	108,8
Maio	1.044	105,3	1.145	104,4	714	106,4
Junho	1.013	102,2	1.133	103,3	712	106,1
Julho	1.008	101,6	1.118	101,9	724	107,8
Agosto	1.013	102,2	1.125	102,5	762	113,6
Setembro	1.018	102,6	1.124	102,5	733	109,2
Outubro	1.032	104,1	1.147	104,6	729	108,6
Novembro	1.048	105,7	1.168	106,5	731	108,9
Dezembro	1.045	105,3	1.156	105,4	738	109,9
Janeiro 2010	1.050	105,9	1.153	105,1	751	112,0
Fevereiro	1.048	105,7	1.146	104,5	748	111,4
Março	1.087	109,6	1.186	108,1	773	115,2
Abril	1.090	109,9	1.181	107,7	769	114,6
Maio	1.110	111,9	1.184	108,0	786	117,2
Junho	1.096	110,5	1.181	107,6	762	113,5
Julho	1.121	113,1	1.212	110,6	793	118,1
Agosto	1.091	110,1	1.192	108,7	769	114,6
Setembro	1.101	111,0	1.190	108,5	755	112,5
Outubro	1.068	107,7	1.166	106,3	699	104,2
Novembro	1.079	108,8	1.177	107,3	746	111,1
Variação mensal						
Nov. 2010/out. 2010		1,1		0,9		6,7
Variação no ano						
Nov. 2010/dez. 2009		3,3		1,8		1,1
Variação anual						
Nov. 2010/nov. 2009		3,0		0,7		2,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de novembro de 2010.

(4) Base: Média de 2000 = 100.

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-nov. 2010

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral dos ocupados					
	Total (2)	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2009	1.023	(3)	549	634	1.023	2.606
Fevereiro	1.026	(3)	554	641	1.003	2.546
Março	1.056	(3)	559	647	1.010	2.572
Abril	1.045	(3)	553	620	1.005	2.578
Maio	1.044	(3)	569	617	1.005	2.616
Junho	1.013	(3)	562	619	974	2.597
Julho	1.008	(3)	553	635	976	2.467
Agosto	1.013	(3)	540	655	999	2.416
Setembro	1.018	(3)	556	668	1.003	2.356
Outubro	1.032	(3)	562	674	1.006	2.452
Novembro	1.048	(3)	567	683	1.012	2.454
Dezembro	1.045	(3)	573	697	1.019	2.365
Janeiro 2010	1.050	(3)	588	700	1.023	2.360
Fevereiro	1.048	(3)	593	698	1.002	2.451
Março	1.087	(3)	587	688	1.007	2.635
Abril	1.090	(3)	585	672	1.011	2.696
Maio	1.110	(3)	579	663	1.020	2.786
Junho	1.096	(3)	576	661	1.028	2.707
Julho	1.121	(3)	564	693	1.056	2.691
Agosto	1.091	(3)	588	681	1.073	2.424
Setembro	1.101	(3)	598	663	1.083	2.484
Outubro	1.068	(3)	610	669	1.040	2.423
Novembro	1.079	(3)	611	708	1.033	2.475

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de novembro de 2010.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-nov. 2010

Trimestres	Total (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (3)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2009	1.132	940	1.221	778	923	1.016	595	1.855
Fevereiro	1.135	927	1.204	752	919	995	613	1.884
Março	1.160	934	1.223	765	930	1.004	602	1.936
Abril	1.149	929	1.270	723	929	993	612	1.912
Maio	1.145	932	1.255	733	924	999	616	1.899
Junho	1.133	929	1.256	730	916	994	624	1.850
Julho	1.118	915	1.142	762	903	983	593	1.840
Agosto	1.125	925	1.250	768	903	996	606	1.875
Setembro	1.124	930	1.205	774	905	1.001	606	1.872
Outubro	1.147	952	1.267	778	933	1.028	634	1.897
Novembro	1.168	986	1.242	780	985	1.060	652	1.863
Dezembro	1.156	997	1.266	773	996	1.068	655	1.769
Janeiro 2010	1.153	998	1.277	773	998	1.071	621	1.789
Fevereiro	1.146	978	1.218	775	982	1.056	582	1.851
Março	1.186	980	1.276	796	973	1.057	564	2.089
Abril	1.181	981	1.261	801	972	1.057	558	2.025
Maio	1.184	971	1.248	819	944	1.041	561	2.070
Junho	1.181	993	1.215	824	994	1.057	630	1.923
Julho	1.212	1.011	1.268	841	1.004	1.074	669	1.984
Agosto	1.192	1.022	1.286	849	1.027	1.088	684	1.845
Setembro	1.190	1.020	1.300	835	1.031	1.092	658	1.852
Outubro	1.166	1.006	1.245	818	1.019	1.082	630	1.801
Novembro	1.177	997	1.298	802	996	1.072	595	1.878
Variação mensal								
Nov. 2010/out. 2010	0,9	-0,9	4,3	-1,9	-2,3	-0,9	-5,5	4,3
Variação no ano								
Nov. 2010/dez. 2009	1,8	0,0	2,6	3,9	0,0	0,5	-9,2	6,1
Variação anual								
Nov. 2010/nov. 2009	0,7	1,1	4,5	2,9	1,1	1,2	-8,7	0,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de novembro de 2010.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-nov. 2010

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2009	214	440	636	1.075	2.151	440	477	720	1.273	2.227
Fevereiro	213	444	634	1.072	2.143	440	491	710	1.272	2.219
Março	232	471	632	1.159	2.121	439	491	694	1.267	2.324
Abril	253	490	632	1.158	2.112	490	491	690	1.264	2.211
Maio	242	489	631	1.053	2.107	489	490	695	1.263	2.316
Junho	211	487	625	1.053	2.101	487	489	712	1.260	2.304
Julho	240	486	628	1.050	2.096	486	488	733	1.258	2.275
Agosto	250	485	626	1.048	2.094	485	487	730	1.252	2.278
Setembro	260	485	627	1.048	2.089	485	487	730	1.251	2.191
Outubro	250	485	625	1.146	2.088	485	486	730	1.251	2.302
Novembro	250	484	626	1.210	2.167	484	500	731	1.354	2.395
Dezembro	260	484	624	1.249	2.165	484	520	765	1.353	2.357
Janeiro 2010	309	484	666	1.235	2.125	484	525	772	1.301	2.349
Fevereiro	307	519	669	1.157	2.087	484	524	767	1.248	2.289
Março	306	520	668	1.223	2.185	520	525	764	1.237	2.379
Abril	305	517	664	1.190	2.235	517	521	730	1.227	2.368
Maio	303	514	682	1.210	2.343	514	519	734	1.232	2.355
Junho	303	513	687	1.209	2.330	513	516	758	1.280	2.348
Julho	303	514	705	1.216	2.348	514	517	770	1.323	2.519
Agosto	304	517	706	1.216	2.229	515	517	795	1.340	2.424
Setembro	303	516	707	1.217	2.234	516	517	791	1.335	2.437
Outubro	303	515	691	1.216	2.124	515	517	787	1.318	2.337
Novembro	300	510	700	1.210	2.219	510	517	800	1.311	2.343
Variação mensal										
Nov. 2010/out. 2010	-0,9	-0,9	1,3	-0,5	4,5	-0,9	0,1	1,7	-0,5	0,3
Variação no ano										
Nov. 2010/dez. 2009	15,3	5,4	12,1	-3,1	2,5	5,4	-0,6	4,6	-3,1	-0,6
Variação anual										
Nov. 2010/nov. 2009	20,0	5,3	11,9	0,0	2,4	5,3	3,3	9,4	-3,1	-2,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de novembro de 2010.

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Flutuação mensal do emprego
Bahia – jan. 2009-dez. 2010

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços
2009	71.170	7.258	22.683	14.524	28.099
Janeiro	-917	-1.018	906	-1.480	-256
Fevereiro	422	-277	-282	-421	945
Março	4.497	27	1.839	-425	2.042
Abril	3.917	-381	2.565	490	1.485
Maiο	9.060	1.870	624	1.390	2.086
Junho	6.119	278	950	720	1.514
Julho	9.792	995	3.824	980	2.532
Agosto	11.085	2.491	3.780	2.281	4.343
Setembro	10.765	2.624	3.486	2.750	3.524
Outubro	7.443	2.117	1.932	2.592	2.834
Novembro	13.241	-224	4.549	4.647	5.953
Dezembro	-4.254	-1.244	-1.490	1.000	1.097
2010 (2)	91.402	14.742	20.485	17.980	32.198
Janeiro	14.424	2.418	4.029	1.578	3.972
Fevereiro	6.088	1.505	2.766	1.324	1.198
Março	10.226	3.146	4.348	-723	2.033
Abril	10.590	2.341	2.600	518	1.436
Maiο	16.301	2.663	2.620	1.659	3.855
Junho	3.705	-343	1.184	775	961
Julho	8.137	1.080	4.385	-856	3.104
Agosto	11.207	2.313	3.591	1.070	5.657
Setembro	10.287	2.060	1.591	2.223	3.962
Outubro	7.059	1.184	-351	3.756	3.858
Novembro	10.681	390	2.830	5.240	4.189
Dezembro	-17.303	-4.015	-9.108	1.416	-2.027
jan. 2010-dez. 2010	91.402	14.742	20.485	17.980	32.198

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração a incorporação de 32.545 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a novembro de 2010. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011. Em todo o boletim de dezembro de 2010, será desconsiderado o novo procedimento do MTE, visando preservar a comparabilidade do saldo ao longo da série histórica do Caged.

Flutuação mensal do emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-dez. 2010

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços
2009	39.965	-258	15.199	5.159	19.750
Janeiro	-1.146	101	378	-1.179	-241
Fevereiro	-1.219	-649	-489	-359	333
Março	2.810	-620	1.529	-295	2.185
Abril	3.065	-371	2.173	222	1.134
Maio	1.970	-152	238	348	1.471
Junho	1.474	-258	163	425	1.177
Julho	4.894	242	2.753	320	1.697
Agosto	7.370	344	2.978	771	2.904
Setembro	6.964	980	2.185	1.472	2.313
Outubro	3.609	56	870	988	1.672
Novembro	10.619	457	3.302	2.003	4.731
Dezembro	-445	-388	-881	443	374
2010 (2)	49.262	3.653	16.785	7.963	20.070
Janeiro	7.622	834	3.804	630	2.454
Fevereiro	3.699	321	1.631	439	1.234
Março	5.774	914	3.690	-427	1.532
Abril	2.981	653	1.815	122	478
Maio	6.361	1.117	1.422	962	2.706
Junho	674	-1.130	1.275	112	525
Julho	5.913	355	4.053	-725	2.039
Agosto	7.805	584	3.089	308	3.566
Setembro	4.688	671	885	832	2.049
Outubro	5.277	324	-1	1.766	3.141
Novembro	8.232	475	2.461	2.822	2.460
Dezembro	-9.764	-1.465	-7.339	1.122	-2.114
jan. 2010-dez. 2010	49.262	3.653	16.785	7.963	20.070

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração a incorporação de 17.538 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a novembro de 2010. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011. Em todo o boletim de dezembro de 2010, será desconsiderado o novo procedimento do MTE, visando preservar a comparabilidade do saldo ao longo da série histórica do Caged.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Demonstrativo das receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2009/2010						
(R\$ 1.000,00)						
Receita realizada	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	175.950.590	196.690.747	372.641.337	193.628.795	210.935.681	404.564.476
Receitas correntes	150.844.692	174.524.956	325.369.648	126.655.761	155.135.646	281.791.407
Receita tributária	46.440.169	55.004.898	101.445.067	40.840.088	41.593.643	82.433.731
Impostos	45.765.294	54.316.318	100.081.612	40.281.596	41.087.770	81.369.366
Taxas	674.875	688.580	1.363.455	558.492	505.873	1.064.365
Receita de contribuições	80.494.030	97.285.701	177.779.731	69.179.656	81.421.697	150.601.353
Contribuições sociais	78.050.181	94.811.356	172.861.537	67.141.235	79.325.455	146.466.690
Contribuições econômicas	2.443.848	2.474.345	4.918.193	2.038.420	2.096.242	4.134.662
Receita patrimonial	13.551.026	10.651.490	24.202.516	6.668.476	13.152.299	19.820.775
Receitas imobiliárias	143.651	217.759	361.410	119.693	107.263	226.956
Receitas de valores mobiliários	1.895.919	7.558.806	9.454.725	1.255.561	10.384.260	11.639.821
Receita de concessões e permissões	32.251	608.343	640.594	421.704	117.728	539.432
Compensações financeiras	4.486.191	2.265.425	6.751.616	4.869.888	2.538.122	7.408.010
Receita de outorga a título oneroso	6.991.695	-	6.991.695	-	-	-
Outras receitas patrimoniais	1.320	1.158	2.478	1.630	4.925	6.555
Receita agropecuária	3.805	3.811	7.616	2.839	4.034	6.873
Receita da produção vegetal	2.696	2.408	5.104	1.476	2.770	4.246
Receita da produção animal e derivados	1.117	1.363	2.480	1.352	1.268	2.620
Outras receitas agropecuárias	-8	40	32	11	-3	8
Receita industrial	65.723	169.144	234.867	112.206	106.321	218.527
Receita da indústria de transformação	65.723	169.144	234.867	112.206	106.321	218.527
Receita de serviços	5.980.874	6.353.552	12.334.426	5.213.343	4.905.102	10.118.445
Transferências correntes	31.176	116.169	147.345	8.715	41.507	50.222
Transferências intergovernamentais	0	0	0	-	-	-
Transferências de instituições privadas	329	14.853	15.182	-47	14.904	14.857
Transferências do exterior	7.365	5.979	13.344	-732	5.201	4.469
Transferências de pessoas	82	119	201	80	99	179
Transferências de convênios	23.322	95.159	118.481	9.361	19.995	29.356
Transferências para o combate à fome	77	59	136	53	1.307	1.360
Receitas correntes a classificar	22.105	-51.519	-	-	-	-
Outras receitas correntes	4.255.785	4.991.711	9.247.496	46.028	-63.885	-17.857
Multas e juros de mora	2.196.414	2.298.369	4.494.783	4.584.411	13.974.927	18.559.338
Indenizações e restituições	467.260	452.987	920.247	2.769.790	4.536.043	7.305.833
Receita da dívida ativa	670.575	572.170	1.242.745	435.721	556.978	992.699
Receitas diversas	921.536	1.668.185	2.589.721	546.760	1.453.609	2.000.369
Receitas de capital	25.105.898	22.165.791	47.271.689	832.140	7.428.297	8.260.437
Operações de crédito	4.301.180	10.590.098	14.891.278	66.973.034	55.800.035	122.773.069
Operações de crédito internas	4.297.643	9.553.243	13.850.886	58.186.282	46.552.625	104.738.907
Operações de crédito externas	3.538	1.036.855	1.040.393	58.151.457	45.790.593	103.942.050
Alienação de bens	118.512	400.185	518.697	34.826	762.032	796.858
Alienação de bens móveis	96.308	323.074	419.382	84.496	138.289	222.785
Alienação de bens imóveis	22.204	77.112	99.316	57.939	68.274	126.213
Amortizações de empréstimos	3.950.424	4.233.438	8.183.862	26.556	70.014	96.570
Transferências de capital	15.674	11.568	27.242	3.682.288	3.478.507	7.160.795

(Conclusão)

Demonstrativo das receitas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2009/2010

(R\$ 1.000,00)

Receita realizada	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Transferências do exterior	-	-	-	10.920	19.165	30.085
Transferências de pessoas	0	0	0	-	261	261
Transferência de outras instituições públicas	0	0	0	87	25	112
Transferências de convênios	15.674	11.568	27.242	10.833	18.879	29.712
Outras receitas de capital	16.720.108	6.930.502	23.650.610	5.009.048	5.611.450	10.620.498
Resultado do banco central do Brasil	11.006.291	0	11.006.291	-	-	-
Remuneração das disponibilidades	5.713.811	6.930.328	12.644.139	5.009.013	5.607.255	10.616.268
Proveniente da execução de garantias	-	165	165	-	-	-
Receita dívida ativa alienação estoques de café	2	9	11	35	4.195	4.230
Outras receitas	0	0	0	-	-	-
Receita (intraorçamentária) (II)	2.102.237	3.234.936	5.337.173	1.746.829	2.795.843	4.542.672
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	178.052.828	199.925.683	377.978.511	195.375.624	213.731.525	409.107.149
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	86.092.094	32.981.803	119.073.897	38.690.378	108.319.537	147.009.915
Operações de crédito internas	83.786.268	32.981.803	116.768.071	36.429.803	107.726.475	144.156.278
Mobiliária	83.786.268	32.981.803	116.768.071	36.429.803	107.726.475	144.156.278
Operações de crédito externas	2.305.825	0	2.305.825	2.260.575	593.061	2.853.636
Mobiliária	2.305.825	0	2.305.825	2.260.575	593.061	2.853.636
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	264.144.922	232.907.486	497.052.408	234.066.002	322.051.061	556.117.063
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	264.144.922	232.907.486	497.052.408	234.066.002	322.051.061	556.117.063
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Receitas correntes	1.977.835	3.095.073	5.072.908	1.746.829	2.795.843	4.542.672
Receita tributária	31	13	44	72	68	140
Impostos	6	4	10	17	54	71
Taxas	25	9	34	55	14	69
Receita de contribuições	1.947.334	3.041.726	4.989.060	1.717.584	2.730.724	4.448.308
Contribuições sociais	1.947.333	3.041.727	4.989.060	1.717.577	2.730.724	4.448.301
Contribuições econômicas	0	-1	-1	-	-	-
Receita patrimonial	1.296	-1.508	-212	-309	248	-61
Receitas imobiliárias	1.264	-1.560	-296	-337	215	-122
Receitas de valores mobiliários	11	0	11	-	-	-
Receita de concessões e permissões	21	52	73	28	33	61
Compensações financeiras	0	-	0	-	-	-
Receita industrial	22.297	39.177	61.474	22.938	32.882	55.820
Receita da indústria de transformação	22.297	39.177	61.474	22.938	32.882	55.820
Receita de serviços	5.999	14.627	20.626	5.623	22.402	28.025
Outras receitas correntes	878	1.038	1.916	921	9.519	10.440
Multas e juros de mora	33	158	191	16	85	101
Indenizações e restituições	515	639	1.154	648	9.004	9.652
Receitas correntes diversas	330	241	571	257	429	686
Total	3.955.670	6.190.146	10.145.816	3.493.658	5.591.686	9.085.344

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

Demonstrativo das despesas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2009/2010

(R\$ 1.000,00)

Despesa executada	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	150.795.185	183.643.067	334.438.252	259.719.020	255.662.920	515.381.940
Despesas correntes	123.766.094	160.709.232	284.475.326	134.425.727	156.145.298	290.571.025
Pessoal e encargos sociais	26.223.825	35.725.925	61.949.750	23.642.379	32.037.469	55.679.848
Juros e encargos da dívida	6.836.306	15.443.121	22.279.427	19.709.360	22.938.923	42.648.283
Outras despesas correntes	90.705.963	109.540.187	200.246.150	91.073.988	101.168.907	192.242.895
Transferência a estados, DF e municípios	30.229.932	38.711.513	68.941.445	26.836.458	34.998.038	61.834.496
Benefícios previdenciários	38.149.207	46.133.195	84.282.402	44.784.062	42.563.085	87.347.147
Demais despesas correntes	22.326.825	24.695.479	47.022.304	19.453.468	23.607.784	43.061.252
Despesas de capital	27.029.090	22.933.835	49.962.925	125.293.293	99.517.622	224.810.915
Investimentos	4.095.147	9.648.750	13.743.897	3.135.235	7.065.494	10.200.729
Inversões financeiras	4.923.272	6.598.597	11.521.869	4.656.060	6.361.592	11.017.652
Amortização da dívida	18.010.671	6.686.487	24.697.158	117.501.999	86.090.535	203.592.534
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	2.496.655	3.835.738	6.332.393	2.180.443	3.271.429	5.451.872
Despesas correntes	2.341.797	3.672.024	6.013.821	1.961.704	3.137.741	5.099.445
Pessoal e encargos sociais	2.187.914	3.479.790	5.667.704	1.896.526	2.978.924	4.875.450
Outras despesas correntes	153.883	192.233	346.116	65.177	158.817	223.994
Demais despesas correntes	153.883	192.233	346.116	65.177	158.817	223.994
Despesas de capital	154.857	163.714	318.571	218.740	133.688	352.428
Investimentos	4.997	12.838	17.835	3.474	11.656	15.130
Inversões financeiras	149.861	150.876	300.737	215.266	122.032	337.298
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	153.291.839	187.478.805	340.770.644	261.899.464	258.934.349	520.833.813
Amortização da dívida – refinanciamento (XI)	57.383.495	14.526.203	71.909.698	19.203.012	16.580.766	34.291.929
Amortização da dívida interna	54.422.327	12.990.196	67.412.523	15.972.708	15.088.917	31.061.625
Dívida mobiliária	54.422.224	12.990.116	67.412.340	15.972.708	15.088.917	31.061.625
Outras dívidas	103	80	183	-	-	-
Amortização da dívida externa	2.961.168	1.536.007	4.497.175	3.230.303	1.491.849	4.722.152
Dívida mobiliária	2.447.221	1.029.702	3.476.923	2.607.865	-562.686	2.045.179
Outras dívidas	513.947	506.305	1.020.252	622.438	2.054.535	2.676.973
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	210.675.334	202.005.008	412.680.342	281.102.475	275.515.114	555.125.742
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	210.675.334	202.005.008	412.680.342	281.102.475	275.515.114	555.125.742

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

Estado

(Continua)

Balço Orçamentário – Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2009/2010						
(R\$ 1,00)						
Receita realizada	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (i)	3.695.381.517	4.381.778.050	8.077.159.567	3.165.115.690	3.959.960.931	7.125.076.621
Receitas correntes	3.523.886.790	3.931.059.142	7.454.945.932	3.139.779.728	3.305.032.955	6.444.812.683
Receita tributária	2.162.286.068	2.251.835.671	4.414.121.738	1.897.216.254	1.899.577.923	3.796.794.177
Impostos	2.066.848.325	2.156.979.112	4.223.827.437	1.821.052.034	1.828.485.793	3.649.537.827
Taxas	95.437.743	94.856.559	190.294.302	76.164.220	71.092.130	147.256.351
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	230.303.941	286.639.061	516.943.002	215.909.944	276.852.822	492.762.765
Contribuições sociais	230.303.941	286.639.061	516.943.002	215.909.944	276.852.822	492.762.765
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	43.742.309	70.942.966	114.685.276	29.864.535	43.692.772	73.557.307
Receitas imobiliárias	4.667.747	13.512.102	18.179.849	2.131.897	5.511.694	7.643.590
Receitas de valores mobiliários	38.693.780	54.563.464	93.257.245	26.454.671	36.639.454	63.094.125
Receitas de concessões e permissões	366.607	795.674	1.162.281	396.744	555.062	951.806
Compensações financeiras	-	-	-	881.223	986.562	1.867.786
Outras receitas patrimoniais	14.175	2.071.726	2.085.901	63.436	55.838	119.274
Receita agropecuária	69.378	45.036	114.414	878	1.487	2.365
Receita da produção vegetal	482	1.014	1.496	61.350	48.953	110.303
Receita da produção animal e derivados	65.558	41.908	107.466	1.208	5.398	6.606
Outras receitas agropecuárias	3.338	2.114	5.452	1.235	5.000	6.235
Receita industrial	11.188	9.076	20.263	1.235	5.000	6.235
Receita da indústria de transformação	11.188	9.076	20.263	-	-	-
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	12.918.160	23.956.888	36.875.049
Receita de serviços	21.391.726	18.370.470	39.762.196	1.209.480.602	1.346.970.463	2.556.451.065
Transferências correntes	1.361.664.658	1.665.942.681	3.027.607.339	1.169.398.474	1.410.760.965	2.580.159.439
Transferências intergovernamentais	1.349.305.408	1.622.917.405	2.972.222.812	-99.307	1.150	-98.157
Transferências de instituições privadas	-	831.071	831.071	-	61.199	61.199
Transferências do exterior	-	186.845	186.845	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	40.181.435	-63.852.851	-23.671.416
Transferências de convênios	12.359.250	42.007.359	54.366.610	-	-	-
Transferências para o combate à fome	-	-	-	156.927.643	138.626.806	295.554.449
Outras receitas correntes	133.911.261	126.342.317	260.253.578	37.883.925	30.999.488	68.883.413
Multas e juros de mora	28.676.901	28.181.280	56.858.181	7.346.725	10.329.696	17.676.421
Indenizações e restituições	5.691.835	5.977.209	11.669.045	2.553.408	3.620.052	6.173.460
Receita da dívida ativa	5.157.036	6.094.036	11.251.072	109.143.585	93.677.570	202.821.155
Receitas diversas	94.385.490	86.089.791	180.475.281	-382.602.081	-424.705.557	-807.307.638
Conta retificadora da receita orçamentária	-429.493.738	-489.068.136	-918.561.875	-25.335.962	-654.927.976	-680.263.938
Receitas de capital	171.494.727	450.718.909	622.213.635	6.214.774	361.463.115	367.677.889
Operações de crédito	21.574.012	352.421.556	373.995.568	-	-5.790.030	-5.790.030
Operações de crédito internas	5.323.009	265.990.283	271.313.292	6.214.774	367.253.145	373.467.919
Operações de crédito externas	16.251.003	86.431.272	102.682.275	363.008	1.957.771	2.320.779
Alienação de bens	3.172.403	7.131.008	10.303.411	-	1.424.637	1.424.637
Alienação de bens móveis	1.419.342	2.230.885	3.650.227	363.008	533.134	896.142

(Conclusão)

Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2009/2010

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Alienação de bens imóveis	1.753.061	4.900.123	6.653.184	11.789.828	11.610.750	23.400.577
Amortização de empréstimos	13.276.593	13.648.838	26.925.431	11.789.828	11.610.750	23.400.577
Amortização de empréstimos	13.276.593	13.648.838	26.925.431	6.968.352	279.896.340	286.864.692
Transferências de capital	133.471.718	77.517.508	210.989.226	-10.782.442	-	-10.782.442
Transferências intergovernamentais	-	48.562	48.562	-	-	-
Transferências de instituições privadas	-	69.990	69.990	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	17.750.794	279.896.340	297.647.134
Transferências de convênios	133.471.718	77.398.956	210.870.674	-	-	-
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-
Div. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-
Receitas de capital diversas	-	-	-	202.454.662	275.183.085	477.637.746
Outras receitas	-	-	-	3.367.570.352	4.235.144.015	7.602.714.367
Receitas (intraorçamentárias) (II)	247.748.562	348.255.284	596.003.845	-	-	-
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	3.943.130.079	4.730.033.334	8.673.163.413	-	-	-
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	3.367.570.352	4.235.144.015	7.602.714.367
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	3.943.130.079	4.730.033.334	8.673.163.413	3.367.570.352	4.235.144.015	7.602.714.367
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	3.943.130.079	4.730.033.334	8.673.163.413	-	-	-
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Receitas correntes	247.748.562	348.255.284	247.748.562	202.454.662	275.183.085	477.637.746
Receita de contribuições	244.001.067	346.162.885	244.001.067	198.534.157	273.521.998	472.056.155
Contribuições sociais	244.001.067	346.162.885	244.001.067	198.534.157	273.521.998	472.056.155
Receita de serviços	3.747.495	2.092.399	3.747.495	3.920.505	1.661.086	5.581.592
Total	247.748.562	348.255.284	247.748.562	202.454.662	275.183.085	477.637.746

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Balanco orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2009/2010

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	3.595.502.220	4.907.411.992	8.502.914.211	3.247.753.220	4.367.124.903	7.614.878.123
Despesas correntes	3.120.920.459	4.166.467.194	7.287.387.653	2.862.697.361	3.641.655.388	6.504.352.748
Pessoal e encargos sociais	1.574.858.678	2.165.563.685	3.740.422.363	1.438.795.457	1.917.483.126	3.356.278.583
Juros e encargos da dívida	64.240.401	128.598.848	192.839.249	79.972.464	111.346.626	191.319.090
Outras despesas correntes	1.481.821.380	1.872.304.661	3.354.126.041	1.343.929.440	1.612.825.635	2.956.755.075
Transferências a municípios	537.416.968	523.997.347	1.061.414.315	482.826.930	449.043.603	931.870.534
Demais despesas correntes	944.404.412	1.348.307.314	2.292.711.725	861.102.509	1.163.782.032	2.024.884.541
Despesas de capital	474.581.760	740.944.798	1.215.526.558	385.055.859	725.469.516	1.110.525.375
Investimentos	324.524.445	533.589.082	858.113.527	224.389.302	482.549.175	706.938.477
Inversões financeiras	32.217.843	48.852.047	81.069.890	21.165.012	75.629.082	96.794.094
Amortização da dívida	117.839.472	158.503.669	276.343.141	139.501.544	167.291.259	306.792.804
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	245.215.446	398.381.998	643.597.444	206.083.781	286.013.754	492.097.535
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	3.840.717.666	5.305.793.990	9.146.511.656	3.453.837.001	4.653.138.658	8.106.975.658
Amortização da dívida – refinanciamento(IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	3.840.717.666	5.305.793.990	9.146.511.656	3.453.837.001	4.653.138.658	8.106.975.658
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VIII) = (V + VI)	3.840.717.666	5.305.793.990	9.146.511.656	3.453.837.001	4.653.138.658	8.106.975.658

Despesa intraorçamentária	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Despesas correntes	245.215.446	398.256.431	643.471.878	206.083.781	286.013.754	492.097.535
Pessoal e encargos sociais	200.567.752	309.635.255	510.203.007	202.749.887	283.311.042	486.060.929
Outras despesas correntes	44.647.694	88.621.176	133.268.871	3.333.894	2.702.713	6.036.606
Despesas de capital	-	125.567	125.567	-	-	-
Investimentos	-	125.567	125.567	-	-	-
Total	245.215.446	398.381.998	643.597.444	206.083.781	286.013.754	492.097.535

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 - Anexo X.

**Receita tributária mensal
Bahia – jan. 2009-dez. 2010**

(R\$ 1.000,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Janeiro	810.970	979.883	34.657	178.173	845.627	1.158.056
Fevereiro	801.240	833.413	52.661	258.684	853.902	1.092.097
Março	713.872	814.798	50.502	240.109	764.374	1.054.907
Abril	776.584	971.788	55.207	241.674	831.791	1.213.462
Mai	836.838	1.078.347	78.041	259.506	914.879	1.337.854
Junho	775.248	896.077	90.239	270.318	865.487	1.166.395
Julho	806.720	856.846	94.934	265.928	901.654	1.122.775
Agosto	823.385	882.520	84.955	302.332	908.340	1.184.852
Setembro	864.030	953.828	77.583	271.491	941.613	1.225.319
Outubro	901.385	931.188	48.331	236.083	949.716	1.167.271
Novembro	902.751	954.043	33.708	226.563	936.459	1.180.606
Dezembro	838.339	1.001.226	45.815	356.643	884.154	1.357.869
Total	9.851.361	11.153.957	746.635	3.107.506	10.597.997	14.261.463

Fonte: Sefaz-Balancetes mensais.

Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da Federação
Brasil – set-dez. 2009/2010

(R\$ 1.000,00)

Unidade da Federação	2010					2009				
	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado set.-dez.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado set.-dez.
Norte	1.401.264	1.309.912	1.354.019	1.177.805 (1)	5.243.000	1.138.889 (1)	1.160.355	1.384.834	1.232.585	4.916.663
Acre	54.086	51.017	55.706	53.216 (1)	214.025	41.045 (1)	43.207	41.591	39.856	165.699
Amazonas	505.944	500.187	483.209	475.711	1.965.051	392.628	422.257	460.424	449.417	1.724.726
Pará	486.892	417.146	471.212	510.946	1.886.196	388.763	393.135	555.630	419.308	1.756.836
Rondônia	201.539	200.889	204.758	...	607.186	170.054	157.297	172.005	162.780	662.136
Amapá	41.090	40.462	43.435	42.166	167.153	35.802	35.094	41.452	45.281	157.629
Roraima	...	...	...	...	...	28.915	27.541	30.938	31.316	118.710
Tocantins	111.713	100.212	95.698	95.768	403.391	81.681	81.824	82.794	84.627	330.926
Nordeste	3.490.257	3.509.849	3.659.807 (1)	3.634.970 (1)	14.294.883	2.981.439 (1)	3.063.176	3.165.074	3.208.227	12.417.916
Maranhão	275.723	271.524	254.640 (1)	282.313	1.084.200	231.483	220.654	228.670	226.970	907.777
Piauí	165.392	165.469	174.011	199.664	704.536	150.139	142.314	149.029	150.281	591.763
Ceará	538.465	545.499	552.634	595.579	2.232.177	455.480	464.409	482.008	533.696	1.935.593
Rio Grande do Norte	235.593	248.624	234.779	...	718.996	208.413	220.249	222.599	227.751	879.012
Paraíba	214.308	216.763	232.197	229.339	892.607	181.888	184.186	206.296	193.335	765.705
Pernambuco	708.299	727.804	798.450	860.498	3.095.051	595.244	617.217	660.400	702.948	2.575.809
Alagoas	160.472	163.494	181.826	212.182 (1)	717.974	143.180	149.042	160.235	169.688	622.145
Sergipe	159.018	159.333	211.554	169.605	699.510	123.047 (1)	135.523	129.426	129.861	517.857
Bahia	1.032.987	1.011.338	1.019.717	1.085.790	4.149.832	892.566	929.581	926.411	873.696	3.622.254
Sudeste	12.707.781	12.910.777 (1)	13.083.838	13.944.358	52.646.754	10.952.185 (1)	11.475.768	11.742.715	12.635.379	46.806.047
Minas Gerais	2.294.678	2.248.875 (1)	2.315.664	2.314.779	9.173.996	1.984.397	2.072.425	2.123.219	2.067.105	8.247.146
Espírito Santo	563.517	700.364	612.582	672.293	2.548.756	514.542	530.039	561.732	622.475	2.228.788
Rio de Janeiro	1.930.855	1.931.070	2.026.912	2.098.446	7.987.283	1.577.735	1.634.230	1.841.705	1.816.099	6.869.769
São Paulo	7.918.731	8.030.469	8.128.681	8.858.840	32.936.721	6.875.511 (1)	7.239.073	7.216.059	8.129.701	29.460.344
Sul	2.005.053	2.122.686	2.180.495	997.976	7.306.210	3.103.200	3.145.250	3.313.432	3.350.296	12.912.178
Paraná	1.099.920	1.176.636	1.236.611	...	3.513.167	1.157.929	1.119.106	1.111.782	1.136.825	4.525.642
Santa Catarina	905.133	946.050	943.884	997.976	3.793.043	702.117	717.389	782.557	787.779	2.989.842
Rio Grande do Sul	...	...	...	...	...	1.243.154	1.308.755	1.419.094	1.425.691	5.396.694
Centro-Oeste	1.892.598	1.932.089	1.994.619	1.987.883 (1)	7.807.189	1.736.080	1.772.768	1.769.579 (1)	1.764.042	7.042.469
Mato Grosso	437.548	425.470	493.661	465.834	1.822.513	458.940	480.199	427.703	442.388	1.809.230
Mato Grosso do Sul	406.162	408.967	413.411	415.631	1.644.171	356.277	347.717	360.888	365.861	1.430.743
Goiás	662.758	670.769	713.072	709.809 (1)	2.756.408	583.006	609.734	610.587	601.180	2.404.507
Distrito Federal	386.130	426.883	374.475	396.609	1.584.097	337.857	335.117	370.399 (1)	354.614	1.397.987
Brasil	21.496.953	21.785.314 (1)	22.272.779 (1)	21.742.993 (1)	87.298.039	19.911.792 (1)	20.617.316	21.375.634 (1)	22.190.529	64.183.479

Fonte: Confaz/Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Última Atualização: 09/02/11.

(...) Dado indisponível.

(1) Dado sujeito a retificação.

Município

(Continua)

Balanço orçamentário – Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2009/2010						
(R\$ 1,00)						
Receita realizada	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	469.949.732	521.401.403	991.351.135	422.510.567	528.946.236	951.456.802
Receitas correntes	478.620.349	549.673.955	1.028.294.304	431.957.294	527.165.622	959.122.916
Receita tributária	165.226.851	193.391.024	358.617.875	135.104.579	176.377.398	311.481.977
Impostos	149.455.019	174.829.272	324.284.291	121.879.314	157.405.695	279.285.009
Taxas	15.549.227	18.311.893	33.861.120	12.930.772	18.753.475	31.684.247
Outras receitas tributárias	222.606	249.859	472.464	294.493	218.228	512.720
Receita de contribuições	18.900.444	22.861.399	41.761.843	14.893.819	20.391.962	35.285.781
Contribuições sociais	9.936.149	12.267.859	22.204.008	6.415.290	11.927.884	18.343.173
Contribuições econômicas	8.964.295	10.593.540	19.557.835	8.478.529	8.464.078	16.942.608
Receita patrimonial	6.462.557	7.259.245	13.721.802	5.287.944	5.606.061	10.894.005
Receitas imobiliárias	842.596	245.090	1.087.686	286.692	220.853	507.545
Receitas de valores mobiliários	3.697.115	3.416.168	7.113.283	3.398.849	3.315.525	6.714.374
Receitas de concessões e permissões	1.922.846	3.597.987	5.520.833	1.602.403	2.069.684	3.672.087
Outras receitas patrimoniais	-	-	-	-	-	0
Receita industrial	197.467	613.832	811.299	94.858	156.850	251.708
Receita da indústria de construção	197.467	613.832	811.299	94.858	156.850	251.708
Receita de serviços	257.691	599.934	857.624	337.696	542.199	879.895
Transferências correntes	266.913.176	307.953.861	574.867.038	258.443.187	275.358.703	533.801.890
Transferências intergovernamentais	2.364.987.999	302.627.652	2.667.615.650	255.438.251	272.503.453	527.941.704
Transferências de instituições privadas	72.400	3.432.403	3.504.803	411	640.127	640.537
Transferências de pessoas	500	71.093	71.593	100	81.781	81.881
Transferências de convênios	3.341.477	1.822.714	5.164.192	3.004.426	2.133.341	5.137.767
Outras receitas correntes	20.662.162	16.994.660	37.656.822	17.795.210	48.732.450	66.527.660
Multas e juros de mora	10.307.986	8.841.798	19.149.784	10.638.212	9.366.501	20.004.713
Indenizações e restituições	3.989.212	448.423	4.437.635	604.739	431.731	1.036.470
Receita da dívida ativa	5.325.186	7.053.699	12.378.885	5.757.142	36.917.025	42.674.167
Receitas diversas	1.130.778	650.740	1.781.518	795.118	2.017.193	2.812.311
Receitas de capital	19.441.723	4.118.138	23.559.861	16.366.603	29.857.946	46.224.549
Operações de crédito	-	-	0	-	2.617.446	2.617.446
Operações de crédito internas	-	-	0	-	2.617.446	2.617.446
Alienação de bens	-	59.801	59.801	-	-	0
Alienação de bens móveis	-	59.801	59.801	-	-	0
Transferências de capital	19.441.723	4.058.338	23.500.060	16.366.603	27.240.500	43.607.103
Transferências intergovernamentais	6.500.000	-	6.500.000	1.040.000	-	1.040.000
Transferências de convênios	12.941.723	4.058.338	17.000.060	15.326.603	27.240.500	42.567.103
Outras receitas de capital	-	-	0	-	-	0
Receitas diversas	-	-	0	-	-	0
Dedução da receita corrente	-28.112.340	-32.390.690	-60.503.029	-25.813.331	-28.077.332	-53.890.662
Receitas (intraorçamentárias) (II)	9.086.989	12.874.913	21.961.902	7.959.380	9.471.367	17.430.747
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	479.036.721	534.276.316	1.013.313.038	430.469.946	538.417.603	968.887.549
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	0
Total (V) = (III + IV)	479.036.721	534.276.316	1.013.313.038	430.469.946	538.417.603	968.887.549

(Conclusão)

Balanço orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – set.-dez. 2009/2010

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Receitas correntes	9.086.989	12.874.913	21.961.902	7.959.380	9.471.367	17.430.747
Receita de contribuições	8.714.182	11.982.075	20.696.256	7.830.054	9.205.529	17.035.582
Receita de serviços	372.807	892.839	1.265.646	129.326	265.839	395.165
Receita de capital	-	-	-	-	-	0
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	0
Total	9.086.989	12.874.913	21.961.902	7.959.380	9.471.367	17.430.747

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

(...) Dado indisponível até 13/05/2010.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º)

Balanço orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – set.-dez. 2009/2010

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	488.916.208	669.158.699	1.158.074.908	457.745.378	651.563.818	1.109.309.196
Despesas correntes	443.833.331	624.969.956	1.068.803.286	386.747.435	592.625.867	979.373.302
Pessoal e encargos sociais	181.751.778	249.168.496	430.920.274	154.283.200	213.668.010	367.951.210
Juros e encargos da dívida	11.730.343	11.585.736	23.316.079	11.515.984	11.200.552	22.716.536
Outras despesas correntes	250.351.209	364.215.722	614.566.931	220.948.251	367.757.305	588.705.556
Despesas de capital	45.082.878	44.188.744	44.188.744	70.997.942	58.937.952	129.935.894
Investimentos	26.403.024	25.265.278	51.668.303	53.739.810	37.939.231	91.679.041
Inversões financeiras	1.725.000	2.830.555	4.555.555	1.939.000	3.717.218	5.656.218
Amortização da dívida	16.954.853	16.092.910	33.047.763	15.319.132	17.281.503	32.600.635
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	-	14.265.824	14.265.824	9.065.326	13.121.895	22.187.220
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	500.326.433	683.424.523	1.183.750.955	466.810.703	664.685.713	1.131.496.417
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	500.326.433	683.424.523	1.183.750.955	466.810.703	664.685.713	1.131.496.417

Despesa intraorçamentária	2010			2009		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado set.-dez.
Despesas correntes	11.410.225	142.654.823	154.065.048	9.065.326	13.121.894	22.187.220
Pessoal e encargos sociais	9.825.033	13.999.985	23.825.018	8.231.008	12.191.271	20.422.279
Outras despesas correntes	1.585.192	265.839	1.851.030	834.317	930.624	1.764.941
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	11.410.225	14.265.823	25.676.048	906.532.551	13.121.894	919.654.445

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X

Compartilhe seu conhecimento

divulgando artigos na revista
Conjuntura & Planejamento (C&P)

A publicação tem como foco principal o comportamento da economia nacional e regional, bem como o desenvolvimento do planejamento na Bahia. Com um diversificado leque de artigos e informações estatísticas, a revista busca refletir a realidade contemporânea.

Envie seu artigo para o
c&p@sei.ba.gov.br

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista **Conjuntura & Planejamento**, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprovam para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir/modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constantes no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor do artigo ou resenha aceito para publicação receberá gratuitamente dois exemplares da edição que veicula seu texto.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Formato A4, espaço 1,5. Margens: superior e esquerda de 3cm, inferior e direita de 2cm. A fonte Times New Roman, tamanho 12, mínimo de cinco e máximo de dez páginas, incluindo notas e Referências;
- Na identificação do autor, informar nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefones e endereço para correspondência;
- Os arquivos magnéticos, editados em Word, devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), e-mail: c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e ilustrações (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outros) devem observar as Normas da ABNT, com títulos correspondentes aos citados no corpo do texto, legendas e fontes completas;
- As tabelas devem estar em conformidade com as Normas de Apresentação Tabular do IBGE, contidas no Manual de Redação e Estilo da Instituição, e devem vir, assim como os gráficos, em formato Excel;
- Os desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outros devem vir acompanhadas dos originais;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial no corpo do texto e colocadas no fim da página;
- Nas citações, adotar o sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT). As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto; com mais de três linhas, devem ser apresentadas em outro parágrafo, com recuo esquerdo de 4cm e fonte tamanho 10, sem aspas;
- As Referências devem incluir todos os elementos estabelecidos pela NBR 6023 da ABNT;
- As resenhas devem ter, no máximo, três páginas.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br), menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



ISSN 1413-1536

